# A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

*História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*

João Pedro Stedile (org.)

Douglas Estevam (assistente de pesquisa)

# A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

*História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*

2ª edição

EDITORA
EXPRESSÃO POPULAR

São Paulo - 2012

Revisão
*Geraldo Martins de Azevedo Filho, Lia Urbini*

Projeto gráfico e diagramação
*Zap Design*

Capa
*Marcos Cartum*

Impressão e acabamento
*Cromosete*

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Q5 A questão agrária no Brasil : história e natureza das Ligas Camponesas
1954-1964 /João Pedro Stedile (org.) -- 2.ed.--São Paulo :
Expressão Popular, 2012.
224 p.

Indexado em GeoDados - http://www.geodados.uem.br
ISBN 85-87394-78-9

1. Questão agrária - Brasil. 2. Ligas Camponesas – Brasil -
História I. Stedile, João Pedro. II. Título.

CDD 21.ed. 301.44830981

**Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250**



2ª edição: julho de 2012

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR
Rua Abolição, 201 - Bela Vista
CEP 01319-010 – São Paulo-SP
Fones: (11) 3105-9500 / 3522-7516, Fax: (11) 3112-0941
livraria@expressaopopular.com.br
www.expressaopopular.com.br

“As Ligas Camponesas foram o principal movimento camponês de massas da década de 1960 e colocaram, na ordem do dia, sua palavra de ordem: reforma agrária na lei ou na marra.”

*João Pedro Stedile*

# Sumário

ANEXOS

# HISTÓRIA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Existem diversas formas para analisar e estudar a questão agrária, no geral, e no Brasil, em particular. Nesta coleção, o enfoque principal está na economia política e na história, utilizada como instrumento científico de interpretação da questão agrária pelos autores e teses publicados. É uma forma específica de analisar a questão agrária. Se quisermos mais abrangência, poderemos buscar outras áreas do conhecimento, como, por exemplo, a análise da evolução das classes sociais no campo, ou do desenvolvimento das forças produtivas, ou do desenvolvimento das lutas e dos movimentos sociais. Para todos esses vieses, existe uma ampla literatura de pesquisa e de estudos, realizados e publicados pelos nossos historiadores, cientistas políticos e sociólogos.

*A questão agrária I – O debate tradicional – 1500-1960*

Primeiro volume da coleção, traz uma coletânea de autores, considerados "clássicos", que se debruçaram na pesquisa, durante a década de 1960, para entender a questão agrária brasileira no período colonial. Foram estes os primeiros autores que, do ponto

de vista da economia política e da história, procuraram interpretar as relações sociais e de produção na agricultura brasileira.

*A questão agrária II – O debate na esquerda – 1960-1980*

O segundo volume reúne textos que aprofundam ainda mais os estudos, que chegam aos anos de 1980, com a publicação do histórico documento "A Igreja e os problemas da terra", uma análise sociológica da natureza dos problemas agrários. Esta análise representou um elemento de ligação entre a polêmica criada pelos estudos da década de 1960 até o fim da ditadura nos anos de 1980.

*A questão agrária III – Programas de reforma agrária – 1946-2003*

O terceiro volume é uma coletânea dos diversos projetos e programas políticos que setores sociais, classes e partidos políticos ofereceram à sociedade brasileira como interpretação e solução do problema agrário. A opção pela publicação desses textos se baseou no fato de representarem vontades coletivas de partidos ou de movimentos sociais, e não simples expressões individuais. Assim, reunimos todas as principais propostas, desde a do Partido Comunista do Brasil – PCB, na Constituição de 1946, até o programa unitário dos movimentos camponeses e entidades de apoio - 2003.

*A questão agrária IV – História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*

O quarto volume – "História e natureza das Ligas Camponesas" – já publicado pela Editora Expressão Popular em 2002, teve o objetivo de divulgar as experiências de luta e as iniciativas de organização das Ligas Camponesas num período específico da história recente do Brasil, mobilizando, na luta direta, durante dez anos, milhares de camponeses.

*A questão agrária V – A classe dominante agrária – natureza e comportamento – 1964-1980*

O quinto volume é um profundo estudo realizado por Sonia Regina de Mendonça sobre a natureza das principais organizações políticas da classe dominante no meio rural, em especial a Sociedade Nacional de Agricultura, União Democrática Ruralista (UDR), a Sociedade Rural Brasileira, e seus representantes.

A autora analisa também as relações promíscuas entre as classes dominantes e o Estado brasileiro, particularmente no que se refere a sua influência nos rumos da política agrária e agrícola.

*A questão agrária VI – A questão agrária na década de 1990*

O sexto volume, "A questão agrária na década de 1990", inicialmente publicado pela editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, de Porto Alegre, foi um esforço para a publicação das análises e polêmicas de diversos autores, pesquisadores da questão agrária, que brotaram com o renascimento do debate sobre a questão agrária, na década de 1990, logo após a redemocratização do país e a queda da ditadura. Os temas da reforma agrária e da questão agrária, adormecidos durante a ditadura (1964-1984), voltaram às preocupações de pesquisadores até pelo ressurgimento dos movimentos sociais no campo.

*A questão agrária VII – O debate na década de 2000*

Depois, um sétimo volume, que resgata o debate ocorrido nestes anos de 2000.

Assim, entregaremos aos leitores, estudiosos das questões agrárias brasileiras, um conjunto resumido das principais teses defendidas por nossos pesquisadores nos últimos 60 anos. Certamente, servirá como subsídio aos cursos de graduação e de pós-graduação, assim como, e sobretudo, à militância que atua nos movimentos sociais.

* * *

As Ligas Camponesas se inserem como o mais importante movimento social camponês organizado pelo povo brasileiro na década de 1960. Nesse sentido, as Ligas são parte do condutor da história das lutas sociais de nosso povo, desde o período do colonialismo até nossos dias.

Elas foram uma forma de organização das massas camponesas do Nordeste, em especial dos moradores dos engenhos na Zona da Mata e principalmente nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Como movimento de massas, não tinha muita formalidade organizativa, apesar da existência de estatutos. Os camponeses se reuniam por local de moradia e planejavam lutas sociais para resolver problemas específicos. Havia unidade estadual e nacional, proporcionada por uma direção política coletiva e por um programa político.

O contexto geral em que se desenvolveram as Ligas Camponesas foi o de uma crise cíclica do modelo de industrialização dependente, ocorrida em nosso país nos anos de 1954-1964. Nesse período, depois de várias décadas de crescimento continuado e do desenvolvimento da industrialização com base na aliança entre os capitais estatal, nacional e estrangeiro, o modelo entrou em crise.

No bojo da crise do modelo de industrialização dependente eclodiu o reascenso do movimento de massas e uma crise de dominação política por parte das classes dominantes. Do ponto de vista institucional, a crise resultou na renúncia do então presidente Jânio Quadros e na investidura do governo João Goulart, que passou a defender as chamadas reformas de base, como alternativa à crise.

Nessa conjuntura, intensificou-se o debate político e acadêmico sobre a necessidade da realização da reforma agrária como uma forma de desenvolver as forças produtivas, intensificar o mercado interno, estimular a indústria nacional, distribuir renda e, sobretudo, resolver o problema da pobreza no interior do país.

É, então, nesse contexto que se desenvolvem as Ligas Camponesas, um poderoso movimento de massas, com enorme capacidade de mobilização, para defender a urgência da realização da reforma agrária, com a palavra de ordem: "Reforma agrária na lei ou na marra". O objetivo imediato era a aprovação de uma lei de reforma agrária, até então inexistente nos marcos jurídicos do país. E caso as elites se opusessem a esse projeto, os camponeses, não hesitariam em sua luta. Como não hesitaram. Ao longo de toda a existência das Ligas Camponesas (1954-1964), embora de curta duração (apenas dez anos de vida organizativa), sua luta se pautou pela cotidiana mobilização de massas. Desde a ocupação de engenhos até grandes manifestações urbanas, as Ligas demonstraram sua força, quando reuniram, em Recife, mais de 50 mil camponeses vindos de todo o Estado, em uma grande manifestação, fato que jamais se repetiu na história pernambucana.

Mas as Ligas também se articulavam politicamente. Recebiam a influência de partidos políticos de esquerda, que queriam transformações mais profundas na sociedade, que queriam ir além da simples extinção do latifúndio. Dos partidos e organizações políticas que exerciam influência nas Ligas, podemos elencar: o Partido Socialista Brasileiro – PSB, que se destacou através de um de seus integrantes, Francisco Leitão, principal liderança do movimento camponês; uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro – PCB; dissidência, pela esquerda, organizada por Clodomir Santos de Morais; a esquerda cristã, organizada no Movimento de Educação de Base – MEB e na Ação Popular – AP, assim como em outros setores da esquerda de menor poder de influência. Por outro lado, as Ligas Camponesas eram combatidas tanto pela direita latifundiária – que mantinha com elas um relacionamento de inimiga de classe pelos métodos "massivos" de atuação do movimento, que os fazendeiros não conseguiam derrotar –, quanto pelos setores reformistas do PCB e pelos setores conservadores da Igreja católica.

As Ligas Camponesas realizaram muitas conferências e congressos, estaduais e nacionais, entre seus militantes ou em conjunto com outras forças. Em novembro de 1961, em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi realizado o mais importante congresso camponês, não só por ter sido o primeiro, mas também por ter sido unitário, juntando todas as forças progressistas de organização camponesa. E conseguiram não só levar para lá seus melhores quadros, mas também pressionar o próprio presidente da República, João Goulart, e outras autoridades ligadas ao problema.

De 1963 em diante, as Ligas Camponesas estavam prestes a se transformar numa organização política, mais consequente, mais formal, mais organizada, com um programa que extrapolava a questão agrária.

O resultado da história todos conhecem: veio o golpe militar em abril de 1964 e a ira dos verdugos caiu, em primeiro lugar, sobre os movimentos camponeses, em especial contra as Ligas Camponesas, que foram destroçadas, tiveram seus líderes presos, torturados, mortos, exilados. Muitos de seus líderes de base e militantes foram assassinados pelos próprios fazendeiros/usineiros e seus esbirros. Depois de dez anos de muitas lutas, mobilizações, sacrifícios e conquistas, as Ligas Camponesas, derrotadas e dizimadas por forças infinitamente superiores, deixaram de existir como organização social.

Este livro, o volume IV da coleção "A questão agrária no Brasil", faz uma homenagem ao que foi o principal movimento das massas camponesas naquele período da nossa história, de 1954 a 1964.

Por isso, tivemos o privilégio de poder contar com o consentimento de alguns dos principais estudiosos e autores que se debruçaram no estudo para narrar a história e a natureza das Ligas Camponesas, reunidos neste volume, sem nos esquecermos dos outros autores que também produziram obras que ajudam a compreender esse movimento.

Primeiramente, destacamos o trabalho realizado por Clodomir Santos de Morais, em cuja bagagem vamos encontrar a experiência de sua prática política, como líder que foi das Ligas. A recuperação de suas anotações e memória, com a distância no tempo (de 1969) e no espaço (no seu exílio na Suíça), tornou possível a elaboração de uma minuciosa "História das Ligas Camponesas do Brasil".

Em seguida, temos um texto da historiadora e socióloga, professora Bernardete W. Aued, que examina, com base em pesquisas e critérios sociológicos, o que foi esse movimento social, suas contradições internas e as influências que recebeu.

O terceiro texto é de Joseph A. Page, conhecido estudioso de assuntos brasileiros que escreve alguns anos após o desfecho Golpe militar/destruição das Ligas. Ele teve o mérito de contextualizar, em termos socioeconômicos, o que esse "fenômeno" representou no período, inclusive da perspectiva do imperialismo estadunidense e sua relação com um país dependente, que nos oferece a oportunidade de entender melhor as revoltas dos camponeses e a terrível repressão que se abateu sobre eles.

Por último, um recente trabalho (de 2004) do jornalista pernambucano Vandeck Santiago, que, estimulado pela repercussão que a herança histórica das Ligas Camponesas ainda provoca no Nordeste, mesmo quatro décadas após sua destruição, interpretou, com olhos do século 21, o que representaram e representam essas lutas, ajudando-nos a compreender a sua importância.

Nos Anexos vamos encontrar alguns documentos históricos, como o estatuto das Ligas e textos publicados no jornal *A Liga,* que serviam basicamente para seus quadros e seus apoiadores na cidade.

Temos a certeza de que, em razão da qualidade dos textos aqui inseridos, este livro cumprirá sua função: a de ajudar os leitores a compreender a grandeza da experiência histórica representada pelos dez anos de luta das Ligas Camponesas.

Aos militantes sociais, principalmente os camponeses, que fazem a sua luta nos dias de hoje, o texto oferece a possibilidade de uma ampla colheita de lições que auxiliam na compreensão dos acertos e dos erros daquela ação política realizada com determinação. E ajudam também a compreender o que significa a imensa generosidade de companheiros, principalmente os camponeses, pobres e analfabetos, que não hesitaram em colocar sua própria vida em risco – com inúmeros assassinatos consumados – quando a luta pela sua libertação e pela sua dignidade assim o exigia. Contudo, o ideal e as formas de luta, a "garra" e a obstinação, o comprometimento e a força das Ligas e dos companheiros estão, hoje, desenvolvidos, atualizados e reiterados na luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, herdeiro natural daquela histórica organização.

*João Pedro Stedile*

# CRONOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO – 1945-1964*

| Data | Política | Organização | Lutas |
|---|---|---|---|
| 1944 | Decreto que autoriza a organização sindical rural de assalariados agrícolas | | |
| 1945 | Fim do "Estado Novo"<br><br>Getúlio Vargas e fim da ditadura<br><br>Fim da II Guerra Mundial | Início das primeiras organizações de trabalhadores rurais | |
| 1946 | Nova Constituição | | |
| 1948 | | | Associação dos Lavradores Fluminenses – entidade constituída para defender os posseiros do Rio de Janeiro |
| De 1949 a 1954 | | | Realizadas 55 greves em fazendas de cacau, cana-de-açúcar e café |

* MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

| Data | Política | Organização | Lutas |
|---|---|---|---|
| 1950 | Primeiras discussões sobre Reforma Agrária no Congresso Nacional | I Congresso Camponês de Pernambuco | Revolta de Porecatu (PR) – luta entre posseiros e grileiros |
| 1951 | | I Congresso Camponês de Goiás, em Goiânia | |
| 1952-1953 | | | Luta dos posseiros no Espírito Santo |
| 1953 | | I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas | |
| 1954 | Suicídio de Getúlio Vargas | II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas – Constituição da Ultab (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) | Ligas Camponesas |
| 1955 | | Constituição das Ligas Camponesas | Resistência e expulsão no Engenho Galileia (PE)<br><br>Movimento de arrendatários rurais em Santa Fé do Sul (SP) |
| 1957 | | I Conferência da Ultab | Ocupação em Francisco Beltrão e Pato Branco (PR)<br><br>Luta dos posseiros em Trombas e Formoso (GO) |
| 1959 | Tentativa de golpe por setores da Aeronáutica em Aragarças (GO) | | Operação "Arranca capim" em Santa Fé do Sul (SP) |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1960 | | Sindicalismo cristão<br><br>Constituição do Master – Movimento de Agricultores Sem Terra (RS)<br><br>Sarn – Serviço de Apoio aos Agricultores do Rio Grande do Norte<br><br>FAG – Frente Agrária Gaúcha - Frente Agrária de Goiás<br><br>Sorpe – Serviço de Organização Rural de Pernambuco | |
| 1961 | Renúncia de Jânio Quadros<br><br>Crise política/intensificação do debate sobre Reforma Agrária na sociedade e no Congresso Nacional | Congresso Unitário de Camponeses do Brasil – Belo Horizonte (MG) | Acampamentos promovidos pelo Master (RS)<br><br>Resistência armada e ocupações de terras no Rio de Janeiro<br><br>Expansão das Ligas Camponesas e ampliação de conflitos e manifestações no Nordeste<br><br>Conflitos em diversos pontos do país |
| 1962 | Regulamentação da sindicalização rural | Sindicatos da AP – Ação Popular | |
| 1963 | Estatuto do Trabalhador Rural<br><br>Constituição da Supra – Superintendência de Política [e Reforma] Agrária | 20 de dezembro – Congresso de constituição da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) | Greve geral dos trabalhadores canavieiros na Zona da Mata (PE) |
| 1964 | 13 de março: comício na Central do Brasil<br><br>31 de março: golpe militar patrocinado pelos Estados Unidos | | |

# I – HISTÓRIA DAS LIGAS CAMPONESAS DO BRASIL (1969)*

Clodomir Santos De Morais

## 1. AS LIGAS CAMPONESAS

### Período de 1945-1947

O retorno do país ao regime de garantias democráticas (em 1945), interrompido pelos 10 anos da ditadura de Vargas, propiciou uma grande mobilização de massas camponesas na maioria dos Estados brasileiros. Nesse esforço se destacou, naquele período, o Partido Comunista como única organização que se dedicava às massas rurais. As outras agrupações políticas se limitavam ao simples e periódico manejo eleitoral das pessoas do campo, empregando, para isso, a estrutura de poder político dominado pelos grandes latifundiários.

Organizar sindicalmente os trabalhadores agrícolas, apesar de não ser proibido, tornou-se, no entanto, quase impossível, dado o

* MORAIS, Clodomir Santos de. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Brasília: Edições Iattermund, 1997. Tradução do espanhol: Joaquim Lisboa Neto. Para esta edição, mantivemos a versão original p. 12-62. Texto gentilmente liberado pelo autor para esta publicação.

tortuoso procedimento na tramitação das solicitações de personalidade jurídica. Assim, por exemplo, muito depois de se conseguir registrar um dos primeiros sindicatos rurais, em 1933, o dos trabalhadores do município de Campos (RJ), e, em 1954, quando se registrou o sindicato dos trabalhadores da Usina Barreiros (PE), somente essas duas organizações, e duas ou três mais (duas em São Paulo e uma na Bahia), funcionavam legalmente na área rural brasileira.

Outras organizações rurais sindicais que se estruturaram, nesse período, não eram reconhecidas pela lei como tais.

Até 1963, no Brasil, existia, *de jure,* uma relativa liberdade sindical estabelecida no Direito Positivo (Consolidação das Leis do Trabalho) e, *de facto,* uma rígida restrição ao sindicalismo rural, ditada pelo contexto político de governos comprometidos com os latifundiários.

Pelo fato de não se poder superar esses rígidos limites institucionais, a única possibilidade residia em atuar dentro do âmbito do Código Civil, o mesmo que admite a organização de associações de caráter não especificamente trabalhistas. Nesse caminho operaram os ativistas do Partido Comunista, realizando, entre 1945 e 1947, uma grande e organizada mobilização de trabalhadores agrícolas em quase todos os Estados brasileiros. Fundaram-se, então, centenas de Ligas Camponesas, que reuniam milhares e milhares de pessoas. Os êxitos alcançados foram de tal importância que nem os elevados índices de analfabetismo do meio rural impediram a eleição de considerável número de representantes comunistas para as assembleias estaduais e municipais, com a grande contribuição da votação camponesa.

Consoante a própria estrutura orgânica do Partido Comunista, tratava-se de um movimento camponês altamente centralizado. Além de receber orientação de uma dezena de jornais diários e outro tanto de semanários comunistas, as Ligas Camponesas se orien-

tavam por seu próprio jornal, *Terra Livre,* fundado em São Paulo em maio de 1949, e que circulava semanal ou quinzenalmente, segundo seus recursos financeiros. O folheto *Zé Brasil,* que reflete mais que nenhum outro a tragédia camponesa, alcançou, durante anos seguidos, milhões de exemplares, com grande circulação no setor rural.

Nessa época, não se formaram líderes camponeses de grande projeção nacional, regional ou local, pois, como se disse, as Ligas Camponesas eram organizações-apêndice da estrutura unitária e centralizada do Partido Comunista. Seu líder era o mesmo do Partido, Luiz Carlos Prestes, que, não poucas vezes, aparecia instalando pessoalmente Ligas Camponesas.

A proscrição do Partido Comunista em 1947 significou, principalmente, o fechamento das Ligas Camponesas, e foi no setor rural que ocorreu a maior parte dos assassinatos, prisões e perseguições com que o governo Dutra marcou a adoção daquela medida arbitrária.

Uma análise sucinta dos movimentos e organizações de trabalhadores agrícolas do Brasil, no período de 1945 a 1947, nos leva às seguintes conclusões básicas:

– a organização de trabalhadores rurais não somente abarcava os assalariados agrícolas de áreas da agricultura comercial, mas também penetrava em setores camponeses, especialmente os pequenos arrendatários, parceiros e posseiros localizados em quase todos os Estados brasileiros;

– as organizações atuavam segundo as táticas ditadas pelo Partido Comunista, que propugnava uma política de acumulação de forças (militares e de eleitores), sob a palavra de ordem de uma unitária e disciplinada aliança operário-camponesa;

– havia uma profunda dependência política dos movimentos camponeses com relação aos movimentos operários das cidades e do campo, dada a preponderância operária entre os dirigentes

intermediários do partido, que era o único elemento de catalisação e de orientação dos trabalhadores rurais.

Não houve líderes camponeses de grande significado, especialmente pela pouca influência ideológica do campesinato nas teses programáticas do movimento camponês.

### Período de 1948-1954

Com a proscrição do Partido Comunista, desmoronaram-se, reduziram-se extraordinariamente as organizações de trabalhadores no Brasil. Em 1958, as Ligas Camponesas ficaram quase apagadas do cenário rural brasileiro. Só umas quantas funcionavam clandestina ou extralegalmente, aventurando-se, vez por outra, a realizar atos públicos, quase sempre reprimidos violentamente pela polícia. Essas poucas organizações que resistiram ao clima de repressão reduziam-se, em alguns casos, a simples diretorias sem corpo social. Muito poucas em cada Estado e em cada região representavam certo número de filiados que pressionavam para mantê-las ativas.

Sob as duras condições de clandestinidade, o Partido Comunista concentrou sua atividade nos núcleos urbanos, reagrupando seus militantes nos lugares onde não foi tão acentuada a desarticulação de seus organismos intermediários e de base. As óbvias limitações do trabalho clandestino não lhe permitiram, evidentemente, reorganizar de forma unitária o setor rural. Nesse contexto, muitos setores, sobretudo camponeses, tiveram de se reagrupar por si ou, pelo menos, com uma ineficaz assistência do Partido. Nesses setores destacou-se uma grande influência ideológica do radicalismo de alguns estratos urbanos que conseguiram infiltrar-se no movimento camponês.

Essas manifestações de independência ideológica do campesinato não se generalizaram, mas surgiram de forma esporádica e em lugares distantes (dos centros operários urbanos), onde predominava a agricultura de subsistência.

Na maioria dos casos, emergiram de áreas já politizadas ou "conscientizadas" no período 1945-1947, localizadas nas novas fronteiras agrícolas socialmente dinamizadas por grupos de imigrantes desgarrados da ideologia tradicional de suas antigas comunidades. Destacaram-se os núcleos de posseiros que, considerando a possessão uma presumível propriedade, decidiam defender sua parcela com o mesmo fervor do possuidor de grandes extensões de terra.

Quatro importantes acontecimentos marcaram os movimentos camponeses dessa época: a guerrilha de Porecatu, a revolta de Dona Noca, o território livre de Formoso e o primeiro Congresso Nordestino de Trabalhadores Agrícolas. Sobretudo nos três primeiros acontecimentos mencionados, é quase nula a influência dos operários urbanos.

A guerrilha de Porecatu apareceu em 1950, na margem esquerda do curso médio do rio Paranapanema, que divide São Paulo e Paraná. A área conflitada começa no município de Porecatu (PR). Originou-se de um processo de litígios sangrentos entre posseiros e latifundiários, que disputavam vastas áreas de novas fronteiras agrícolas do Norte do Paraná, penetradas por imigrantes gaúchos e nordestinos.

Jacinto, um artesão rural e imigrante nordestino, que acompanhou de perto os mais importantes conflitos da área, dirigiu o levante armado dos camponeses de Porecatu e organizou um forte movimento de apoio guerrilheiro no outro lado do rio Paranapanema. Antigos núcleos do Partido Comunista, localizados em Londrina, Apucarana (PR), Assis, Presidente Prudente, Martinópolis, Presidente Bernardes (SP), passaram a alimentar os guerrilheiros com armas, munições, medicamentos e dinheiro. A guerrilha de Porecatu, depois de dois meses de impetuosa atuação, dissolveu-se por ingerência do Comitê Regional do Partido Comunista, que constatou não haver condições históricas para a sobrevivência do movimento armado.

A revolta de Dona Noca deu-se em 1951, no interior do Maranhão. Constituiu-se numa ação paralela às lutas de rua que se desenvolveram na cidade de São Luís, capital do Estado, lideradas pelo jornalista Neiva Moreira e pela líder comunista local, Dra. Maria Aragão.

Estudantes e operários, nessa época, buscaram impedir que tomasse posse o governador eleito Eugênio de Barros. Enquanto isso, a prefeita do município de São João dos Patos, Joana da Rocha Santos (de apelido Dona Noca), latifundiária de tendência liberal, decidiu-se, também, a impedir a posse do governador. Dona Noca viajou a Recife, metrópole regional do Nordeste, comprou armas e munições e as conduziu pessoalmente ao interior do Maranhão. Organizou ali uma milícia de centenas de camponeses e nomeou o "general Bastos" (um estudante de direito) comandante da "revolução". Em uma semana, a milícia camponesa conquistou as cidades de Pastos Bons, Miradouro, Passagem Franca e, depois do assalto ao povoado de Mangas (às margens do rio Parnaíba), ameaçou invadir o Piauí.

Derrotados no morro do Mutum (entre as cidades de Barão de Grajaú e São João dos Patos), os camponeses dispersaram-se após 30 dias, tempo que durou a revolta de Dona Noca.

O território livre de Formoso foi uma área de quase 10 mil quilômetros quadrados em Goiás. Os posseiros dali, sob a liderança do camponês José Porfírio, resistiram aos latifundiários. Em choques armados contra estes e contra as forças policiais que apoiavam os latifundiários, os camponeses de José Porfírio saíram vitoriosos, proclamando território livre a área localizada entre o rio Tocantins e seu afluente, o rio Formoso. Além disso, elegeram as autoridades da área (prefeitos, vereadores e juízes) e se negaram a pagar tributos a Goiás. Sob a orientação do Partido Comunista, os camponeses organizaram-se em comitês políticos e ligas armadas. Durante vários anos sustentaram essa situação, até que, anos mais

tarde, o governador do Estado, coronel Mauro Borges, expropriou a terra e a distribuiu em parcelas, liquidando assim o litígio e a organização armada camponesa.

O I Congresso Nordestino de Trabalhadores Agrícolas realizou-se em agosto de 1954, sob a orientação do Partido Comunista de Pernambuco, na cidade de Limoeiro, sob a liderança do operário Pedro Renaux Leite. O congresso constituiu-se no último esforço das organizações extralegais de trabalhadores agrícolas (ligas camponesas e sindicatos rurais de Pernambuco), no sentido de institucionalizar-se. Apesar da considerável quantidade de participantes, a polícia encerrou violentamente o mencionado congresso. Em contrapartida, o sindicato rural (sem personalidade jurídica) de Goiana, um tanto fora da linha do congresso, invadiu a cidade com milhares de trabalhadores agrícolas armados de foices, facões e enxadões, expulsando de lá as autoridades policiais. Essa ação teve como líderes o camponês João Tomás e o bancário José Raimundo da Silva, ambos militantes do Partido Comunista.

O período de 1948-1954 marca uma fase na qual os camponeses começam a ensaiar sua própria ação, ainda que de maneira um pouco isolada, isto é, sem as profundas e necessárias ligações com os organismos de operários urbanos que lhes ajudaram a criar suas primeiras organizações.

## Ressurgimento das Ligas

Em 1954, eram poucas as organizações camponesas que funcionavam e pouquíssimas as que conservavam o nome de Ligas. Uma delas era a Liga Camponesa da Iputinga, localizada nos arredores de Recife, que subsistia apesar das constantes prisões de seus líderes e das crescentes suspensões de atividades sofridas. Tratava-se de uma organização antiga, dirigida por José Ayres dos Prazeres, seu irmão Amaro de Capim, o dirigente comunista Carlos Cavalcanti e outros.

José dos Prazeres havia sido um criador tradicional de ligas camponesas em anos anteriores. Era um antigo batalhador pelas causas sociais desde a primeira década deste século 20 quando, em Recife, sofreu sua primeira prisão ao tentar, com outros companheiros, embarcar em um navio capitaneado por um militante anarquista, que recrutava voluntários para combater em prol da revolução mexicana.

Anos atrás (1906), esteve perseguido pelo fato de coletar ajuda para os socialistas russos durante uma campanha financeira encabeçada pelos jornais sulinos *Terra Livre* e *Novo Rumo,* que José dos Prazeres distribuía em Pernambuco. Nessa época, ele havia abandonado o campo para trabalhar na Great Western Railway, atraído pelos salários que os ferroviários haviam conseguido em sua greve geral de 1901. Politizou-se aí, e passou a ser um ativo anarcossindicalista, mantendo contatos pessoais e correspondência com destacados socialistas e anarcossindicalistas da época, como Carlos Cavaco, Joaquim Pimenta e outros. Apesar de ser recém-saído do campo, José dos Prazeres era um autodidata. Para seu nível de operário, era considerado um homem que lia e escrevia facilmente e com boa caligrafia. Isso lhe valeu os cargos de secretário nas numerosas organizações de que participou.

Prazeres abandonou o anarcossindicalismo em 1924, quando a fração nordestina desse movimento político negou-se a dar apoio à Coluna Prestes.[1] Mais tarde, José dos Prazeres reapareceu lutando nas barricadas do Largo da Paz, em Recife, em prol do levante comunista de 1935. Entre 1945 e 1947, ano em que abandona o Partido Comunista, Prazeres atuou muito na mobilização dos trabalhadores rurais, através da Liga Camponesa de Iputinga, juntamente com outros esquerdistas que a dirigia. Enquanto isso,

[1] Revolta militar dirigida por Luiz Carlos Prestes contra o governo do presidente Artur Bernardes.

buscava infiltrar-se no campo, estabelecendo contatos com grupos camponeses em litígio com os latifundiários.

Esses contatos foram frutíferos, desembocando na tentativa mais importante de reorganizar os camponeses de Pernambuco: a criação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, baseada no núcleo de camponeses do engenho Galileia, município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco.[2]

A Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP) teve, em seus inícios, dias muito difíceis. Isso foi a partir do momento em que seu presidente de honra, Oscar Beltrão, que era o próprio dono do engenho Galileia, declinou do cargo honorífico e passou a perseguir os camponeses. A Beltrão se uniram Sadir Pinto do Rego, dono do engenho Surubim, e Constâncio Maranhão, dono do engenho Tamatamirim, onde Prazeres organizou mais tarde novos núcleos de camponeses.

A saída de Beltrão privou o pequeno núcleo camponês de uma cúpula, uma cobertura política da qual necessitava para sobreviver. Nos meses de março e abril de 1955, surgiram as primeiras arbitrariedades policiais. De repente, apareceu José dos Prazeres com o presidente da SAPPP, Paulo Travassos,[3] buscando, na capital do Estado (Recife), respaldo político para os camponeses do engenho Galileia.

Prazeres queria evitar que a polícia continuasse sua repressão contra os camponeses do Galileia. Essas gestões realizadas na capital do Estado fizeram com que se formasse um grupo de personalidades para respaldar a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco e de suas "delegacias",[4] às quais, nesses tempos, os

---

2 Ver carta em que José dos Prazeres descreve com detalhes como organizou, ele, o núcleo inicial das modernas Ligas Camponesas.

3 Paulo Travassos era uma mistura de camponês e operário rural do Espírito Santo, onde militava no Partido Comunista. Perseguido pela polícia, em 1945 viajou para Pernambuco e recomeçou sua atividade de organizador rural.

4 "Delegacia" é o mesmo que sucursal ou subseção.

latifundiários apelidaram de Ligas Camponesas, vindo com isso a confundi-las com a Liga de Iputinga e com outras ligas camponesas comunistas, já desaparecidas. O trabalho de Prazeres na capital teve pleno êxito. Os deputados Ignácio Valadares Filho, José Dias da Silva, do Partido União Democrática Nacional; Francisco Julião de Paula, do Partido Socialista; Clodomir Morais e Paulo Viana de Queiroz, do Partido Trabalhista Brasileiro; o vereador José Guimarães Sobrinho, do Partido Social Trabalhista; o prefeito de Paulista, Cunha Primo, do Partido Social Democrático; e o advogado Djaci Magalhães, do Partido Comunista, constituíram inicialmente o organismo informal de apoio urbano de alto nível às Ligas Camponesas. Eles visitavam permanentemente os núcleos de camponeses ameaçados e, com as imunidades de que gozavam como representantes do povo, evitavam que a polícia cometesse arbitrariedades.

### Método e tática

Dessa maneira, surgia na atividade prática o embrião do futuro Conselho Regional das Ligas Camponesas, o que constituiria posteriormente uma peça decisiva no desenvolvimento inicial desse movimento camponês brasileiro.

O conselho, formado por personalidades urbanas, desempenhava duas funções simultâneas:

– dar amplitude e respaldo político ao movimento camponês;

– sensibilizar as massas urbanas com relação às palavras de ordem rurais.

Seu meio século de experiência nas lutas sociais, pleno de perseguições e de prisões, levou José dos Prazeres a conceber empiricamente e instintivamente dois pontos básicos da nova tática política a se adotar no movimento camponês.

Primeiro, que a organização camponesa deveria ter estrutura e circunscrição regionais e não locais. Com efeito, uma organização camponesa local era facilmente sufocada pelos latifundiários,

policiais e Justiça da área em que surgia. Às vezes, isso ocorria inclusive antes de conseguir sua personalidade jurídica, ao passo que uma organização regional trazia em si mesma extraordinárias vantagens, tais como:

– o "*status*" de uma federação regional;

– versatilidade e dinamismo em seu crescimento, já que sua personalidade se estendia automaticamente a numerosas filiais fundadas *a posteriori;* e

– apoio de setores urbanos esclarecidos e mais progressistas, já que o foro da organização regional tinha sede na capital do Estado.

Segundo, que a cúpula de respaldo urbano da organização camponesa embrionária seria formada inicialmente por personalidades vinculadas às amplas massas populares, incluindo os partidos políticos e entidades conservadoras. O importante era que ditas personalidades reconhecessem o direito que tem o camponês de defender o seu pedaço de terra.

Esses dois pontos básicos transformaram por completo os métodos e as técnicas anteriormente adotadas na mobilização rural do país, que se baseavam fundamentalmente em:

– um longo esforço para conseguir registro para cada organização camponesa criada e logo reuni-las em uma federação; e

– na longa espera da assistência e da ajuda que poderiam propiciar, ocasionalmente, os sindicatos e organizações políticas dos operários urbanos.

Dessa transformação de métodos resultou, ao mesmo tempo, maior dinamismo e menor insegurança nos trabalhos de proselitismo de arregimentação camponesa, e uma maior independência com relação aos comedidos e prudentes interesses que representavam os principais líderes da classe operária urbana brasileira nessa época.

Posteriormente, o Conselho Regional das Ligas, composto de profissionais liberais e políticos amigos do movimento camponês, institucionalizou-se.

Essa contribuição à estrutura orgânica inicial das Ligas pareceu ser uma exigência histórica em sua primeira fase. É que, nessa época, o movimento camponês ainda não havia conquistado a simpatia e o apoio dos operários urbanos que, evidentemente, seriam seus mais legítimos aliados e o estrato mais apto para ajudar politicamente as massas rurais.

O Conselho Regional com aquela composição social era um instrumento necessário de consultas e, esporadicamente, de decisões em tudo quanto se relacionasse com os efeitos ou consequências do movimento camponês dentro da sociedade global. Uma vez institucionalizado, o Conselho Regional passou a ter uma composição invariavelmente formada por militantes do Partido Comunista Brasileiro, do Partido Trabalhista e do Partido Socialista Brasileiro, no qual estava Francisco Julião, que já havia sido proclamado presidente de honra das Ligas Camponesas.

## Enfoques teóricos

O Conselho Regional das Ligas desempenhou, em seu início, um importante papel na expansão do movimento camponês, redigindo os documentos principais, analisando os resultados da experiência diuturna das atividades das Ligas e buscando conceituar os fenômenos que fossem surgindo durante a investigação empírica. Assim foi que se decidiu limitar a arregimentação de massas rurais tão-somente às áreas de posseiros (arrendatários, parceiros e ocupantes) e de pequenos proprietários, isto é, dispender esforços exclusivamente nas áreas tidas como de camponeses mesmo. Adiava-se deliberada e indefinidamente a arregimentação dos assalariados agrícolas.

Essa tese impôs, na época, uma análise cuidadosa. Na área em que surgiram as Ligas Camponesas, misturavam-se e confundiam-se dois tipos de exploração agrícola: a capitalista e a pré-capitalista, chamada semifeudal. Em outras palavras, a

"plantação" e o "latifúndio social". E também, por isso, misturavam-se e confundiam-se os dois grandes ramos de explorados: os assalariados agrícolas (operários rurais) e os camponeses (os "artesãos do campo"). Em meio desses estratos, havia milhares de semioperários que, de acordo com os regimes das safras, ora trabalhavam como assalariados da "plantação", ora como camponeses em seu pedaço de terra.

Os assalariados agrícolas, mercê dos decretos institucionais predominantes naquela época, tinham uma limitada possibilidade de luta, já que a sindicalização rural era praticamente proibida.

O assalariado agrícola, ou seja, o operário do campo, era o indivíduo que vendia sua força de trabalho para o capitalista rural que, por sua vez, era o proprietário da terra e dos meios de produção, dos instrumentos de trabalho. Vivia numa pequena casa miserável da usina de açúcar, em cujo barracão[5] comprava, por preços exorbitantes, alimentos da pior qualidade. No barracão, desde seu primeiro dia de trabalho, o assalariado agrícola era um devedor permanente, jamais um credor. E, por qualquer pequeno desejo de melhoria de vida, por qualquer reclamação contra as injustiças sofridas, era despedido. Sem um teto para abrigar sua família, sem terra e sem instrumentos de trabalho para plantar, sem poupança de nenhuma espécie, o assalariado agrícola não dispunha de condições materiais para lutar judicialmente contra o patrão, pois os Tribunais do Trabalho estavam distantes, na capital ou em cidades importantes do Estado, e suas decisões demandavam alguns meses. Assim, vistos em seus mínimos recursos econômicos, o assalariado agrícola era politicamente pouco importante, enquanto objeto de organização, naquela primeira fase.

---

[5] Modalidade do *truck system*. Armazém do engenho, destinado a recuperar o salário pago aos operários agrícolas, fornecendo-lhes, a preços elevados, mercadorias de primeira necessidade.

Em compensação, com os camponeses, não ocorria o mesmo. Eles tinham uma grande capacidade de luta, em razão dos fatores expostos a seguir. A associação de defesa de seus interesses – a sociedade civil – tinha plena vigência e consagração nas chamadas democracias liberais. Ela era garantida pelo Código Civil e sua constituição se realizava em uma semana, tempo necessário para reunir determinado número de camponeses, redigir uma ata, publicar a síntese dos estatutos no *Diário Oficial* e registrá-la em um cartório. Feito isto, suas filiais gozavam, automaticamente, de caráter legal, da liga fundada, com uma simples comunicação formal de sua criação ao cartório.

O camponês, ainda quando não fosse proprietário de um pedaço de terra (isto é, sendo arrendatário, parceiro ou ocupante), por força do contrato civil, tinha assegurado o direito de plantar meses ou anos indefinidos. Para viver, ele não dependia de alguém que lhe pagasse salários. Vivia do que produzia e do que vendia nas feiras. Era dono, também, dos instrumentos de trabalho que utilizava. Se entrasse em litígio com o proprietário da terra, em virtude das relações jurídicas com o latifundiário, que é de natureza civil, o camponês tinha um representante da Justiça ali mesmo, no município onde residia. Enquanto não se esgotassem, durante meses e anos, todos os recursos legais estabelecidos pelo Código de Procedimento Civil, o camponês continuava plantando, colhendo, comendo com sua família e vendendo a produção excedente.

Em face do exposto, concentrou-se o trabalho de proselitismo e de organização no setor exclusivamente camponês, utilizando, aliás, diferentes métodos para cada caso, segundo as áreas e as circunstâncias. Para isso, no trabalho de conscientização e politização camponesa, participaram cantadores e violeiros; estudantes de medicina, curando as doenças dos camponeses; estudantes de direito, atuando contra os latifundiários; grupos de teatro estudantil, entretendo e educando politicamente a família do camponês etc.

A reforma agrária – que, nessa fase, se determinou que fosse pregada pelas Ligas Camponesas – se resumia em umas poucas medidas que não representavam mudanças estruturais.

Estimular essas modestas medidas correspondia simplesmente a uma tática deliberada, pois não existia clima, naquela ocasião, para falar no fracionamento das grandes propriedades rurais. Clamava--se, pois, contra a intervenção da polícia em assuntos de natureza agrária; contra os castigos corporais e outras violências cometidas pelos latifundiários contra os camponeses e os bens destes; contra os restos semifeudais que prevaleciam no meio rural do Nordeste brasileiro, sobretudo o "cambão", que é semelhante à corveia, anterior à Revolução Francesa.

Para concretizar essas medidas, bastava a pressão das massas e uma utilização eficaz do Código Civil, já que a lei, bem aplicada, opunha sérios obstáculos à sanha dos latifundiários. Na realidade, buscava-se aproveitar a existência de uma contradição histórica entre a lei da burguesia liberal, no poder, o Código Civil e as normas tradicionais e retrógradas adotadas pelos latifundiários. Assim, estimou-se que o advogado civilista e o agitador político eram os tipos de trabalhadores sociais mais indicados para a fase inicial de expansão do movimento camponês.

### Liderança

Entre os membros do primitivo Conselho Regional das Ligas, o advogado mais experiente era o deputado Francisco Julião que, imediatamente, se projetou como presidente de honra do movimento camponês. Naquela ocasião, sua atividade se dirigia a um interesse exclusivamente eleitoral. Na verdade, não havendo obtido votos suficientes para se eleger deputado estadual, tendo sido eleito por votação geral dos outros candidatos do Partido Socialista, Julião devia fazer grandes esforços para conseguir uma reeleição para o quadriênio seguinte. Daí que, como advogado,

buscava defender qualquer tipo de causa que resultasse em projeção política eleitoral.

Seu comportamento o conduzia, algumas vezes, a posições contraditórias. Por exemplo, Julião se propunha dirigir camponeses extremamente católicos, ao mesmo tempo em que acusava, na Justiça, o arcebispo de Recife, num ruidoso processo em que atuava como advogado defensor de um secretário da Cúria Metropolitana. Não obstante que a maior parte dos quatrocentos votos com que conseguiu se eleger como deputado tenha sido da classe média, cheia de preconceitos morais, Julião, nesse período, apareceu como advogado de milhares de prostitutas do *bas fond* de Recife, que reivindicavam o direito do livre estabelecimento em qualquer rua da cidade.

No entanto, ele reunia algumas qualidades que o confirmavam, dia após dia, na liderança das Ligas Camponesas: a paciência e a humildade com que ouvia os camponeses; a prodigalidade com que distribuía favores e dinheiro aos camponeses mais necessitados; o paternalismo em que envolvia suas relações políticas com grupos de camponeses acostumados, por gerações inteiras, ao paternalismo dos grandes donos de engenhos.

Com o objetivo de dar a Julião maior clareza sobre a importância política do movimento camponês e da reforma agrária, ele foi enviado à União Soviética, Bulgária e China Continental. Essas três viagens exerceram profunda influência no comportamento político de Francisco Julião. Ele viu de perto o que era um campesinato libertado das travas feudais e do atraso cultural, pela reforma agrária. E, a partir dessa época, passou a se dedicar exclusivamente à causa camponesa.

Sua residência na capital de Pernambuco, à maneira da "casa grande" dos engenhos açucareiros, era bastante ampla, com grandes "áreas de serviço" e quase um hectare utilizado no cultivo de mandioca e na criação de porcos e aves domésticas. Conservando

os hábitos da família feudal de que era originário, Julião mantinha numerosos serventes de ambos os sexos para cortar lenha para a cozinha, bombear água do poço, cuidar dos porcos e aves, enviar recados, vigiar a casa, atuar como guarda-costas (Julião era sempre ameaçado de morte) e cozinhar para as dezenas de camponeses que, diariamente, iam lhe pedir assistência jurídica.

Chegando ali, o camponês não se sentia deslocado do ambiente da fazenda ou do engenho. A paisagem física era idêntica, com apenas uma diferença substancial: naquela "casa grande" ele podia chegar, sentar-se, comer e dormir sem que ninguém o perturbasse. E, às vezes, hospedava-se por vários dias, protegendo-se da polícia ou do latifundiário que o perseguia ou, ainda, aguardando a solução de seu problema. Além disso, o camponês podia conversar por longas horas com o "patrão" ou "chefe", que, às vezes, o atendia de pijama, sem nenhum protocolo. Ainda que não tivesse êxito na longa viagem que havia realizado até a capital do Estado, o camponês regressava satisfeito, feliz por haver encontrado um homem rico, um "doutor" que o havia tratado de igual para igual, com respeito e carinho.

Para toda uma geração de humilhados e ofendidos, foi essencial essa postura natural de Francisco Julião. De sua casa saía o camponês falando para os quatro ventos da "bondade do doutor Julião", aumentando, assim, mais ainda seu prestígio pessoal entre os desamparados.

## 2. FATORES DE EXPANSÃO DAS LIGAS

Numerosos foram os fatores que influíram para a expansão das Ligas Camponesas. O principal foi, indubitavelmente, a ampliação das liberdades democráticas no país, cujo processo começou com a eleição de Kubitschek e Goulart à presidência e vice-presidência da República, respectivamente. A fome e a reforma agrária eram temas que, entre outros, dia após dia, iam

deixando de ser tabus[6] para se converter em assuntos correntes tratados pelos jornais e outros meios de divulgação. Cada dia que passava, multiplicavam-se, no território nacional, os congressos, através dos quais o povo discutia seus principais problemas: congressos contra o elevado custo de vida; congressos pela defesa das riquezas minerais do país; congressos de estudos dos problemas municipais etc.

### Congresso de Salvação do Nordeste[7]

Entre 20 e 27 de agosto do mesmo ano (1955) em que ressurgiram as Ligas Camponesas, realizou-se, em Recife, o Congresso de Salvação do Nordeste, que teve importância decisiva no desenvolvimento do movimento camponês. Tratava-se de um congresso convocado pelas personalidades e organizações mais progressistas de Pernambuco e que conseguiu reunir os mais amplos setores sociais dos nove Estados que compõem o "Grande Nordeste", do Maranhão à Bahia.

Sua instalação foi realizada num dos clubes mais ricos da capital, o Clube Português, e presidida pelo próprio governador do Estado, general Cordeiro de Farias, de inequívocas tendências direitistas. Ali estavam 2 mil pessoas e, entre elas, muitos parlamentares, numerosos representantes da indústria, do comércio, dos sindicatos de trabalhadores urbanos, das universidades, dos grêmios estudantis, de profissionais liberais, das Ligas Camponesas etc. Aproximadamente 1,6 mil delegados representavam os nove Estados do "Grande Nordeste" que, naquela época, somavam mais de 10 milhões de habitantes.

---

6 A fome passou a ser um assunto tratado livremente e sem preconceitos a partir da publicação generalizada das obras do professor Josué de Castro.

7 *Revista Brasileira dos Municípios* nº 32, Ano VIII (out. e dez. de 1955). *Congresso de Salvação do Nordeste*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rio de Janeiro.

Era a primeira vez que, no Brasil, reuniam-se tantas pessoas de tão diferentes camadas sociais, das mais diversas posições políticas, para discutir abertamente sobre os principais e mais conhecidos problemas socioeconômicos que afetavam aquela região.

Cada comissão técnica desse congresso valia por um congresso independente, tão grande era o número de seus participantes. Por exemplo, a Comissão de Problemas da Terra, dirigida pelo padre Brentano, presidente da Federação Brasileira de Círculos Católicos, compunha-se de mais de duzentos delegados, a maioria camponeses representantes das Ligas.

Nessa oportunidade, institucionalizou-se, pelo menos em Pernambuco, a prédica da reforma agrária. Além do mais, o Congresso de Salvação do Nordeste desenvolveu no Estado o processo eleitoral, baseando-se na denúncia permanente do anacronismo das estruturas rurais e na condenação do acentuado atraso econômico (industrial-urbano) em que mantinha Pernambuco a oligarquia agrária semifeudal dominante. Assim, no mês seguinte (setembro), realizou-se, em Recife, o Primeiro Congresso de Camponeses de Pernambuco, auspiciado pelo professor Josué de Castro, então diretor-geral da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação). A reunião de 3 mil delegados realizou-se no Clube Náutico, outra associação bastante rica da capital de Pernambuco.

Esse Congresso culminou com grande e ruidoso desfile camponês pelas ruas de Recife.

José dos Prazeres havia realizado na ocasião dois grandes sonhos: ser eleito presidente das Ligas Camponesas em seu primeiro congresso e ver as ruas da capital dominadas por milhares de camponeses. A partir desse momento, as Ligas Camponesas saíram de seu isolamento inicial e se estenderam do município de Vitória de Santo Antão para outros municípios de Pernambuco, ainda que dentro dos marcos sociais de seus começos, ou seja, mobilizando,

principalmente, os pequenos posseiros (arrendatários e parceiros) da Zona da Mata (zona úmida, onde se situa a indústria agrícola do açúcar). Dessa maneira, começou o contágio dos assalariados agrícolas das plantações.

## Desmoronamento da oligarquia agrária

> O Nordeste Brasileiro, – dizia o manifesto de convocatória do Congresso de Salvação do Nordeste, – é uma das regiões mais desamparadas do país. Inumeráveis problemas retardam seu progresso e concorrem para fazer penosa a vida de mais de 11 milhões de pessoas que o habitam. Os produtos fundamentais da região, como o açúcar, o algodão, o caroá (bromeliácea fibrosa parecida com o cânhamo, a juta ou o linho), o agave, o couro, as peles etc., perdem-se por falta de mercados, trazendo consequências desastrosas para sua economia. A utilização do potencial hidroelétrico da cachoeira de Paulo Afonso, reconhecido, desde há um século, como imprescindível para a redenção do Nordeste, vai sendo desfeito como fator de progresso no desenvolvimento de sua indústria. O fenômeno das secas periódicas, os graves aspectos da crise no transporte, o analfabetismo, o baixo poder aquisitivo da maioria da população, as incidências de doenças sociais, a pobreza, responsável pelos altos índices de mortalidade e penúria, fazem insuportável a existência do povo.[8]

Pernambuco, por ser o Estado mais importante da região, refletia mais claramente o conjunto de problemas sociais que afetavam o Nordeste. Em sua capital, de 600 mil habitantes – o próprio governador reconhecia isso – "250 mil pessoas vivem de biscate e de pequenos furtos".[9] "Em determinadas regiões (de Pernambuco),

[8] MORAIS, Clodomir. *Queda de uma Oligarquia*. Pernambuco, Gráfica Editora do Recife S.A., 1959, p. 17.

[9] FARIAS, General Cordeiro de. *II Mensagem do Governo à Assembleia Legislativa de Pernambuco*. Recife, 15/3/1956. *Diário Oficial de Pernambuco* de 16/3/1956.

devido à miséria e à depauperação, chegam a morrer 504 de cada mil crianças que nascem".[10]

Esses e muitos outros índices, que denunciavam o extremo pauperismo em que vivia Pernambuco, resultavam das características de uma economia estancada, em crise – a economia açucareira, em que se sustentavam o Estado e a oligarquia agrária, que o dominava, ininterruptamente, desde 1937.

O Congresso de Salvação do Nordeste havia fincado suas bases no diálogo com a frente única da classe de empresários, industriais e comerciantes com a classe trabalhadora. No mesmo ano de sua realização, a oligarquia agrária sofreu seu primeiro golpe: perdeu a prefeitura de Recife que, anteriormente, era um dos componentes políticos de sua estrutura de poder. A campanha eleitoral do prefeito Pelópidas da Silveira foi financiada pelos industriais e comerciantes e sua esmagadora vitória deveu-se, sobretudo, aos votos dos comunistas, socialistas e trabalhistas. Instaurou-se, então, em Recife, o chamado Governo da Frente Popular, determinando-se um grande impulso ao movimento camponês.

Com esse fato, a oligarquia agrária sentiu tremer seus alicerces e reagiu com medidas de violência policial. De 6 de janeiro a 6 de fevereiro de 1956, desatou-se o terror em Pernambuco. Centenas de lideres operários e camponeses foram presos. Todos os camponeses integrantes das Ligas foram detidos. Em consequência, houve uma paralisação, nos meses seguintes, tanto nos movimentos dos trabalhadores urbanos quanto rurais, em Pernambuco.

Em seguida, o governo lançou-se contra o prefeito Silveira e tentou derrubá-lo sob a "acusação" de estar vinculado aos comunistas. Essa manobra fracassou por falta de apoio da opinião pública de todos os estratos da população de Recife.

---

[10] Estas cifras foram apresentadas pelo sr. Cid Sampaio (governador de Pernambuco), em entrevista publicada pelo *Jornal do Commércio,* de Recife, de 14 de setembro de 1958. V. Morais, obra citada, p. 169.

O próximo ataque do governo e da oligarquia agrária seria contra os industriais e comerciantes. Em 31 de agosto de 1956, o governo apresentou um projeto de reformas ao Código Tributário para, através de pesados impostos e de um rígido procedimento, amedrontar e submeter politicamente os comerciantes e os industriais. A reação destes foi vigorosa e contou com o apoio da maioria dos pernambucanos, coisa que fez fortalecer mais ainda a Frente Única, engendrada no Congresso de Salvação do Nordeste[11] e posta em prática na última eleição municipal de Recife. Apareceu, entretanto, um elemento novo no quadro político da Frente Popular: a participação em peso dos assalariados agrícolas, dos camponeses, dos comerciantes e pequenos industriais de todo o interior do Estado na luta política regional. Prorrompeu, então, a luta aberta contra Governo da oligarquia agrária, sob a forma de luta contra o novo Código Tributário.

O edifício da Federação das Indústrias, onde se realizavam permanentemente as assembleias gerais dos comerciantes e industriais, foi sitiado em novembro pela cavalaria da polícia. Com isso, alarmaram-se os dirigentes e participantes do setor empresarial e buscaram o apoio de seus trabalhadores.

---

[11] O Congresso de Salvação do Nordeste exerceu extraordinária influência na política econômica e social do Nordeste Brasileiro nos anos subsequentes. Uma de suas resoluções foi a realização de um congresso especial para debater os problemas agrários da região. Este foi realizado três anos mais tarde (1958), com o nome de *O Encontro de Salgueiro*, que contou com representantes do presidente da República e de governos estaduais da região. O general Machado Lopes, que representou o governo federal, informou ao presidente Kubitschek que aquela reunião o havia convencido de que o Nordeste era uma zona explosiva, merecendo imediatas soluções para seus problemas. No ano seguinte, realizou-se o *Seminário de Garanhuns*, que estudou com profundidade os problemas socioeconômicos da região. O descobrimento da dura realidade nordestina fez surgir o chamado Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), do qual nasceu, imediatamente, a Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

Em torno da luta contra o Código Tributário, explodiu uma greve geral no dia 9 de novembro de 1956. Paralisaram-se todas as atividades econômicas e financeiras de Pernambuco: bancos, comércio, indústria e agricultura. Trinta e cinco líderes de sindicatos e federações de trabalhadores do Estado assinaram um manifesto de apoio à greve geral e, entre eles, José dos Prazeres, em nome das Ligas Camponesas.[12]

Com o aprofundamento das crises políticas, explodiu uma nova greve geral no dia 13 de março do ano seguinte. Desta vez, maior em número de participantes e mais profunda quanto aos propósitos políticos que a determinavam. Foi a maior greve de toda a história de Pernambuco. Com isso, consolidou-se a Frente Popular que, a partir dessa época, espalhou-se por todo o Estado. E o mais importante: institucionalizou-se a participação dos camponeses organizados nas lutas políticas daquela unidade da Federação brasileira.

Para os camponeses e para os assalariados agrícolas, que ainda não podiam se organizar, as duas grandes greves exerceram um importante papel de conscientização e politização, a mesma que frutificaria num maior nível de organização e de combatividade nas futuras greves gerais no campo, realizadas nos anos de 1963/64.

Em 1958, derrubou-se a oligarquia agrária de Pernambuco. Foi eleito governador o industrial Cid Sampaio; e vice-governador, Pelópidas da Silveira.

Experimentam-se, pela primeira vez, acentuadas transformações políticas no Estado.

Ampliaram-se as liberdades democráticas e as Ligas Camponesas expandiram-se por outras áreas do Estado. Em 1959, os camponeses exigiram a distribuição das terras do engenho Galileia, onde ressurgiu o movimento das Ligas Camponesas. Com grandes manifestações de rua e comícios camponeses ante a Assembleia

12 *Jornal do Commércio*, Recife, Pernambuco, Brasil. Edição de 9 de novembro de 1958.

Legislativa e o Palácio do Governo, conseguiu-se fazer aprovar o projeto do deputado Carlos Luís de Andrade (Partido Socialista), que determinava a expropriação daquele engenho.

Esse acontecimento, aguardado com ansiedade pelos camponeses da Galileia, estimulou extraordinariamente o movimento das Ligas, levando-o para fora das fronteiras de Pernambuco e, inclusive, consolidando seu prestígio no Nordeste e em outras regiões do país, até onde repercutiram as lutas dos camponeses da Liga da Galileia.

Meses antes, por motivo de uma disputa de liderança, havia se afastado da presidência das Ligas Camponesas o seu fundador, José dos Prazeres. No entanto, na qualidade de simples ativista, continuou organizando, na região serrana de Bonito, as grandes Ligas de Guaretama e de Barra de Guabiraba, somando-as aos 34 núcleos que anteriormente ele mesmo havia fundado.

A expropriação do engenho da Galileia determinou uma grande mudança nas atitudes de seus camponeses. A Liga da Galileia, que foi a base das modernas Ligas Camponesas, estava condenada a desaparecer como o centro principal do proselitismo e de capacitação do movimento camponês. O Estado passou a administrar o engenho Galileia e a absorver as ambições de seus camponeses. Reduzidos a proprietários tutelados pelo governo estadual, os camponeses da Galileia foram perdendo o interesse político pela luta camponesa. Edward Kennedy, senador estadunidense, visitou o engenho e presenteou os camponeses com um gerador de energia elétrica para iluminar suas choças (mocambos) miseráveis. A Liga da Galileia, em 1961, já estava, pois, reduzida a umas poucas dezenas de sócios desunidos, brigando entre si, pelo fato de que este tinha um caminhão ou aquele outro tinha um jipe. O Poder Público os havia corrompido e havia transformado, em parte, as atitudes políticas daqueles camponeses.

No entanto, apagado o "vulcão" que representou durante cinco anos a Liga da Galileia, surgiram, em substituição, outros

sete "vulcões": as Ligas de Guaretama, de Barra de Guabiraba, Serra da Passira, Arassoiaba, Ponte dos Carvalhos, Quipapá e Taquarembó, todas em Pernambuco. As Ligas Camponesas, a essa altura, passaram a ser conhecidas no resto do Brasil e no exterior. Independentemente de seu conselho regional, começaram a nascer novas ligas em outros Estados, fundadas por camponeses locais.

Em 1960, o conselho regional planificou a expansão do movimento camponês, fundando ligas camponesas em outras regiões e Estados do país.

## Revolução Cubana

A Revolução Cubana exerceu grande influência no conteúdo político e no crescimento das Ligas Camponesas. Em abril de 1960, dois dirigentes das Ligas (Francisco Julião e Clodomir Morais) acompanharam o candidato à presidência da República Jânio Quadros, em sua viagem a Havana e Caracas, de onde regressaram entusiasmados com a reforma agrária cubana e com o grande movimento rural que se realizava na Venezuela, com mais de mil sindicatos agrícolas e umas trezentas ligas camponesas.

Nessa época, sérias ameaças pendiam sobre a Revolução Cubana e sua reforma agrária. A intervenção estadunidense parecia iminente e Cuba buscava solidariedade em toda a América Latina. No Brasil, não havia campanha de solidariedade a Cuba, pelo fato de as organizações políticas de esquerda, comunistas, socialistas e o Partido Trabalhista Brasileiro estarem comprometidos com a eleição do candidato de tendência nacionalista à presidência da República, general Teixeira Lott, o qual manifestava uma aversão especial aos revolucionários cubanos.

Tais organizações políticas acharam mais conveniente iniciar campanhas de solidariedade a Cuba somente depois do mês de outubro, ou seja, depois da campanha eleitoral. Em vista disso, o Comitê Estadual do PCB de Pernambuco ordenou que as Ligas

Camponesas encabeçassem a solidariedade a Cuba, organizando no Nordeste o Comitê Nacional de Solidariedade com a Revolução Cubana, com uma direção formada por "fidelistas" pertencentes às organizações políticas antes mencionadas. Multiplicaram-se os subcomitês nos bairros de Recife, nas cidades do interior de Pernambuco e em outros Estados do Nordeste.

Como consequência dessa campanha, considerada inoportuna, começaram a diminuir as estreitas relações que existiam entre o Comitê Central do Partido Comunista e as Ligas Camponesas. Tais relações ficaram mais tensas ainda quando os comunistas de Pernambuco, que formavam parte do Conselho Regional das Ligas, trataram de impor suas teses no IV Congresso do Partido Comunista, segundo as quais a luta contra os remanescentes feudais na agricultura não devia se subordinar à luta contra o imperialismo. O documento básico dessas teses foi publicado na "Tribuna de Debates" do jornal *Novos Rumos,* do PCB, na edição de 14 de julho de 1960, com o título "Uma Questão Básica", e assinado por Cláudio (Clodomir) Morais.

Derrotados no mencionado congresso, aqueles comunistas divergentes impulsionaram com rapidez o programa de fundação de Ligas Camponesas no resto do país. Em menos de um ano, nasceram em dez Estados brasileiros seus respectivos comitês regionais, dirigindo pequenas ligas camponesas que eram, às vezes, impulsionadas por organizadores importados de Pernambuco. Enquanto isso, seus melhores militantes eram enviados às dezenas a Cuba, para conhecer de perto a reforma agrária. O movimento das Ligas cresceu tanto a ponto de adquirir um *status* de organização nacional, sobretudo depois de haver se organizado o Comitê Nacional das Ligas Camponesas.

Esse crescimento vertiginoso das Ligas Camponesas, porém, trazia-lhe sérias desvantagens que afetariam, mais tarde, a integridade e a solidez da organização. Com efeito, em 1961, as Ligas

Camponesas não tinham, ainda, uma estrutura orgânica capaz de dirigir as numerosas organizações de massas que as integravam. Elas reuniam as ligas e núcleos de camponeses. Além disso, reuniam alguns grupos de simpatizantes da reforma agrária radical, introduzidos entre a massa universitária (Ligas de Estudantes), entre a gente dos bairros operários (Ligas Urbanas), entre setores femininos (Ligas Femininas), entre militares (Ligas de Sargentos) etc. Eram, enfim, um grande corpo amorfo, sem um esqueleto e sem um "sistema nervoso" que lhe imprimissem unidade e coerência em toda a extensão do organismo.

### 3. A ULTAB E AS LIGAS NO CONGRESSO DE BELO HORIZONTE

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab) foi criada em São Paulo, no final do ano de 1955, pelos comunistas, com a finalidade de organizar os trabalhadores rurais do Brasil. No ato de sua fundação, estiveram presentes as Ligas Camponesas, representadas por um de seus dirigentes, o advogado Djaci Magalhães. No entanto, as Ligas não se filiaram à Ultab. Tampouco aceitaram a oferta de aparecer com uma ou duas páginas de notícias no jornal *Terra Livre,* da Ultab, em troca da distribuição do referido jornal entre os camponeses de Pernambuco. A recusa em função do fato de que a grande maioria dos camponeses desse Estado era analfabeta e a propaganda mais eficiente entre os homens do campo no Nordeste consistia na utilização de violeiros, do cantador e do folhetinista[13] que, através de

[13] Violeiro é o camponês que toca viola e, ao mesmo tempo, canta versos improvisados. É um *doublê* de jograis ou de menestréis e trovadores medievais. Enquanto toca a viola de doze cordas, canta as façanhas dos célebres bandoleiros (cangaceiros) ou de um simples camponês que se opôs aos marcos da sociedade fechada do Nordeste brasileiro. O "cantador" é, em geral, o vendedor de folhetos de cordéis camponeses, através dos quais se editam histórias cantadas pelos violeiros. Para vendê-los nas feiras e festas camponesas, o cantador recita os versos com uma melodia típica e sem maiores variações na linha melódica. O "folhetinista" é o poeta camponês que escreve, em versos, aquelas histórias, ou é o dono das pequenas tipografias que as edita em folhetos.

"canções de protesto",[14] manifestavam simpatias aos "movimentos pré-políticos, sejam messiânicos ou de bandoleirismo social",[15] em que estiveram comprometidas as gerações anteriores.

Além do mais, a Ultab parecia ser uma organização imposta de cima para baixo, com a finalidade de coordenar nacionalmente as organizações camponesas que se planejavam fundar no território do país. Dessa maneira, a liderança que a Ultab apresentava era de tipo meramente formal, não obstante existirem em sua área de influência política (Sul e Centro do Brasil) autênticos líderes camponeses de renome nacional: Jofre Correia Neto (em São Paulo) e José Porfírio (em Goiás), por exemplo. Os dirigentes que a Ultab cooptou eram o alfaiate Lindolfo Silva e o jornalista Nestor Veras.

As Ligas mantiveram, no entanto, estreitas relações com a Ultab e voltaram a se reunir com a referida organização no seu I Congresso de Trabalhadores Agrícolas do Paraná, realizado em 1959.

A Ultab, apoiada pelo aparelho nacional do Partido Comunista, pôde se desenvolver rapidamente por todo o país, exceto no Rio Grande do Sul, onde atuava o Master,[16] e em Pernambuco, onde estava o "centro nervoso" das Ligas. O número de organizações filiadas à Ultab, em 1962, era dez vezes superior às Ligas

---

[14] Do francês *chanson de geste.* Poema antigo *(chanson de Roland)* em que se narra um conjunto de feitos memoráveis de um personagem.

[15] Movimentos pré-políticos, messiânicos ou de bandoleirismo social, compreendem as fases embrionárias dos movimentos camponeses latino-americanos, segundo afirma Aníbal Quijano em *Los Movimientos Campesinos contemporáneos en América Latina. Cepal* – 1966.

[16] Master (Movimento de Agricultores Sem Terra) foi uma organização notoriamente oficialista, criada pelo governador Brizola para impedir que, no Rio Grande do Sul, os trabalhadores rurais se filiassem à Ultab ou às Ligas. Esse movimento nasceu a partir das invasões de terras, patrocinado também pelo referido governador, com o objetivo político de projetar nacionalmente o seu nome.

Camponesas.[17] No entanto, estas eram muito mais dinâmicas, mais agressivas e refletiam melhor o radicalismo revolucionário dos camponeses do Brasil daquela época.

A Ultab era uma organização de tipo clássico e constituía uma experiência que o Partido Comunista já havia posto em prática no período 1945-1947, sem maiores resultados, a não ser o de reunir grande número de filiados e de eleitores. Sua tática residia na acumulação de forças, através de um trabalho de apoio a reivindicações e a interesses econômicos dos trabalhadores agrícolas (assalariados e camponeses). As Ligas, ao contrário, atuavam no sentido de despertar a consciência política entre os camponeses, para que no momento histórico pudessem decidir sobre seu destino.

Assim, em 17 de novembro, em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, enfrentaram-se essas duas tendências do campesinato brasileiro. Era o I Congresso Camponês Nacional, convocado e organizado pela Ultab, com forte apoio financeiro do governo federal, interessado em buscar a melhor forma de evitar que o movimento camponês seguisse fora da tutela governamental, à qual, por vários decênios, encontrava-se submetido o sindicalismo urbano.

O próprio presidente Goulart esteve presente no congresso, acompanhado de vários ministros, numerosos parlamentares e do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

Dos 1,4 mil delegados no congresso, 215 eram das Ligas Camponesas, a maioria em farrapos e de aspecto faminto; 38 eram delegados do Master, operários rurais, robustos e bem vestidos que, inclusive, negaram-se a utilizar os modestos alojamentos reservados para os delegados[18] e hospedaram-se em hotéis

---

[17] Segundo o jornal *Terra Livre,* edição de 20 de outubro de 1962, a Ultab, ao cumprir, nesse mês, oito anos de existência, reunia já quinhentas associações, com um total de mais de meio milhão de filiados.

[18] Dos representantes do Master, apenas uma jovem, Célia Lima, hospedou-se no alojamento das delegações camponesas, que havia sido improvisado, com esteiras nos socavões de uma construção pública.

regulares. O restante dos delegados provinha de organizações filiadas a Ultab.

O choque político e ideológico da Ultab e das Ligas foi inevitável. As comissões técnicas do congresso (dirigidas pela Ultab) não puderam funcionar regularmente porque o plenário do congresso afirmava insistentemente que não podiam perder tempo examinando teses sofisticadas a respeito de uma reforma agrária que o governo sequer lhes havia prometido. Os camponeses não queriam saber como se realizava uma reforma agrária, mas, sim, desejavam discutir a maneira de impor imediatamente a reforma agrária radical.

Nos primeiros dias do congresso, a Ultab viu derrotadas suas modernas teses de reforma de leis de arrendamento rural e de extensão da política salarial e de segurança social urbana às massas rurais. A bandeira da reforma agrária radical, na lei ou na marra, saída dos camponeses das Ligas, contagiou todos os delegados. O congresso, a partir desse momento, não passou de uma série de ruidosas e agitadas manifestações e comícios políticos, quando já havia se iniciado, no interior da própria catedral, de onde se aplaudiu com "vivas à reforma agrária radical" e "morte aos latifundiários", o sermão da missa inaugural do I Congresso Nacional dos Camponeses.

Nessa oportunidade, apareceu totalmente claro o trabalho do grupo de comunistas divergentes em torno dos quais gravitava Julião. O Partido Comunista os via de frente pela primeira vez e os responsabilizava pela ruptura da unidade partidária. Com a grande vitória obtida no congresso camponês, o mencionado grupo divergente incrementou o recrutamento dos guerrilheiros dentro da própria reunião nacional dos camponeses. Em consequência, muitos deles foram expulsos do Partido Comunista. Essa violenta medida foi o prelúdio da guerra aberta contra as Ligas.[19]

[19] No entanto, essa medida não conduziu o referido grupo de comunistas a criar uma fração dentro do PC ou a filiar-se às frações já existentes. Além disso, o mencionado

## 4. O ESQUEMA GUERRILHEIRO E A LUTA INTERNA

A invasão da baía dos Porcos por exilados cubanos foi verdadeiramente um fato que mudou a trajetória das Ligas Camponesas. Os dirigentes das Ligas, em 1960, haviam planejado, em cinco ou dez anos, uma organização das massas rurais brasileiras para preparar as bases da chamada Aliança Operário-Camponesa, tida como imprescindível para a futura revolução brasileira. Não tinham, seguramente, outras pretensões imediatas.

Com a invasão da baía dos Porcos, em abril de 1961, no entanto, modificaram-se todos os planos. Os dirigentes das Ligas admitiram que a derrubada da Revolução Cubana adiaria, sem nenhuma dúvida, a Revolução Brasileira. Admitiam também, que, à medida que os EUA estavam decididos a derrotar o governo de Fidel Castro, derrotariam do mesmo modo os governos amigos de Cuba, incluindo o de Jânio Quadros. E, como persistisse a ameaça de invasão à ilha castrista, as Ligas abandonaram o plano de organizar as massas rurais em longo prazo e passaram a preparar focos de resistência guerrilheira.[20]

---

grupo impedia que Julião hostilizasse o Partido em seus discursos e que se inclinasse para as frações chamadas de "antipartido". Essa posição *sui generis* converteu as Ligas num alvo fácil aos ataques de todas as correntes esquerdistas de então.

[20] Num curto período de sete anos, houve seis tentativas de golpes contra o regime representativo brasileiro, com a finalidade de implantar uma ditadura militar reacionária. O primeiro foi em agosto de 1954, com a morte trágica do presidente Getúlio Vargas; o segundo golpe foi tentado pelo presidente Carlos Luz, em 1955, para impedir a tomada de posse do mandatário eleito. Segue-se no governo Kubitschek as revoltas militares de Jacareacanga e de Aragarças. A crise política artificialmente criada durante a greve universitária de Recife (abril de 1961), seguida de uma exagerada mobilização de forças militares, obrigou o presidente Jânio Quadros a mudar o seu escritório de despacho para um sítio nos arredores de São Paulo, seu grande reduto eleitoral. O golpe militar parecia inevitável e se sucedeu quatro meses depois, com a renúncia de Quadros. No mês seguinte, os civis retomaram o poder, com a posse de João Goulart. No entanto, a implantação de uma ditadura militar era questão de poucos meses.

Entretanto, os adversários das guerrilhas e das próprias Ligas, assim como outros fatores limitativos, eram extremamente fortes para serem superados por uma organização sem experiência e ainda não consolidada. Contra as guerrilhas, pronunciaram-se abertamente o Partido Comunista e as Forças Armadas do país. Contra as Ligas, além destes, existiam os pequenos grupos esquerdistas que logo passaram a disputar a direção da luta armada.

### Falta de unidade

Em 1951, as Ligas seguiam sendo um organismo bicéfalo. Uma cabeça era o antigo grupo de comunistas divergentes, que atuava na organização dos camponeses e que passou a organizar o esquema guerrilheiro. A outra cabeça era Julião, o propagandista urbano da luta armada.

Extremamente influenciado pelos contatos políticos que lhe preparavam os mais distintos grupos de esquerdistas, Julião deixava-se envolver facilmente ou se confundir com tais grupos, os mesmos que, às vezes, insinuavam-lhe a possibilidade de uma campanha eleitoral para o governo de Pernambuco ou para a vice-presidência da República. Por isso, os comícios, conferências e outros atos públicos que aqueles pequenos grupos preparavam para Julião tinham, como exclusivo interesse, recrutar militantes das Ligas e infiltrar-se no setor armado. Dessa maneira, as Ligas Camponesas não se multiplicavam, mas os grupos esquerdistas eram cada vez

---

Assim, os dirigentes das Ligas decidiram preparar o esquema armado para resistir ao golpe iminente e para oferecer aos camponeses núcleos de proteção contra o terror que, inevitavelmente, seria desencadeado por militares e latifundiários.
Tudo indica, porém, que o que contribuiu definitivamente para que os dirigentes das Ligas decidissem criar seus campos de treinamento guerrilheiro (chamados "dispositivos militares") foram os enormes suprimentos de carabinas e fuzis automáticos (25 mil armas) proporcionadas pelo governador Adhemar de Barros, de São Paulo, para que os latifundiários brasileiros "se defendessem" da reforma agrária.

mais fortalecidos. E se não conseguiram infiltrar-se no esquema guerrilheiro das Ligas foi porque Julião nada sabia do setor armado. De fato, admitindo "a falta de vigilância e de segurança revolucionárias que têm os intelectuais pequeno-burgueses sem nenhuma experiência na atividade clandestina", os comunistas divergentes que dirigiam as Ligas informavam a Julião somente as coisas que estavam relacionadas com a agitação das massas.

Assim, do setor armado, somente sabiam aqueles que efetivamente estavam trabalhando no esquema guerrilheiro; e, inclusive, segundo consta, estes conheciam exclusivamente o que correspondia à sua área de ação. Os subsetores funcionavam em compartimentos estanques isolados e hermeticamente fechados. Os militantes de um campo de treinamento de guerrilha sabiam somente o que ocorria nesse campo. Porém, a guerrilha das Ligas não se concretizou. Só num campo de treinamento houve choques com o corpo de paraquedistas e fuzileiros navais, nos primeiros dias de novembro de 1962; e isso só porque os militares surpreenderam os futuros guerrilheiros.

Tudo indica que, além de outros fatores, as relações diplomáticas que existiam entre Cuba e o Brasil exerceram grande influência no fracasso do esquema militar das Ligas Camponesas. Essas relações, nessa época, não propiciavam um apoio aberto do governo cubano às guerrilhas que as Ligas preparavam no Brasil. Segundo consta, alguns setores cubanos aconselhavam uma maior aproximação das Ligas com os presidentes Quadros e Goulart, sucessivamente.

Os homens das Ligas que fundaram os campos de treinamento de guerrilhas, desprovidos de preparação adequada, pouco puderam transmitir da arte militar aos seus companheiros. Em um ano, à espera de uma voz de comando que nunca chegou, os futuros guerrilheiros tiveram de enfrentar todas as consequências naturais de um longo e particular isolamento; da falta da atividade prometida;

da ausência de um programa armado bem definido e, ainda mais, da falta de uma sólida unidade dos organismos dirigentes, fatores esses que destroem moral, política, ideológica e organicamente qualquer grupo de combatentes.

Às Ligas faltava, desde seus começos, unidade organizativa. Como já se disse, elas sempre haviam sido corpo bicéfalo. Eram organizadas pelos camponeses e um grupo de comunistas dissidentes, enquanto Julião aparecia como seu principal propagandista, sua bandeira. Ele era o artista e, aqueles, seus empresários. Eram dois corpos que viviam em simbiose. Além do mais, à medida que aumentava a participação dos pequenos grupos esquerdistas, mencionados anteriormente, no movimento de massas das Ligas e se aproximava a campanha eleitoral de renovação do Parlamento, Julião escapava do controle que sobre ele exercia o setor político e armado. Esse controle era apenas tolerado por Julião, por considerá-lo demasiado rígido. Por isso, buscava sempre se libertar dele. Em 21 de abril de 1962, na cidade de Ouro Preto (MG), Julião reuniu-se com uns poucos militantes dos pequenos grupos esquerdistas, lançou um manifesto (*Manifesto de Ouro Preto* ou *Manifesto 21 de Abril*), com o objetivo de fundar um movimento político capaz de aglutinar nacionalmente, e em torno das Ligas, todos os movimentos camponeses e nacionalistas do país. Era o Movimento Tiradentes ou Movimento 21 de Abril, que não teve maior repercussão. Mesmo assim, o fracasso do manifesto não foi total, levando em conta o objetivo final que Julião perseguia, pois com isso formou uma superdireção, composta por intelectuais e estudantes dos pequenos grupos esquerdistas que o apoiavam, com a finalidade de dirigir todos os organismos das Ligas Camponesas, inclusive seu setor armado. A direção política, que era o mesmo setor armado, que a princípio havia se deixado envolver pela manobra, reagiu imediatamente. Apesar disso, foi demasiado tarde; os adversários já haviam penetrado nos campos

de treinamento guerrilheiro. Os novos recrutamentos provinham dos centros urbanos. A maioria deles estava formada por estudantes sem o nível político e ideológico que as tarefas guerrilheiras exigiam. Sem nenhuma experiência no hábito da vida organizada, os novos recrutados eram demasiado informais e muitos deles moralmente deformados. Segundo consta, os gastos dos campos de treinamento guerrilheiro tornaram-se elevados, pois muitos dos seus integrantes exigiam bolachas, marmeladas e enlatados em seus cardápios. Além do mais, exigiam o direito de visitar semanalmente os prostíbulos dos povoados vizinhos, justificando suas pretensões, entre os camponeses e operários fundadores dos campos de treinamento, assinalando que os altos dirigentes do setor militar e político e do setor de massas desfrutavam uma vida de príncipes, em hotéis luxuosos, cercados de amantes.

Minados os campos de treinamento guerrilheiro, os novos elementos começaram o assalto às suas direções para destruí-las e estabelecer um ambiente de "amplas liberdades". Mas a reação dos camponeses e assalariados, que haviam estado ali desde o princípio, foi à mão armada contra os adventícios ou recém-chegados. Estes últimos foram expulsos dos campos e tiveram de regressar para os seus centros urbanos de origem.

Desgostosos por terem sido rechaçados, procuraram Julião e o amedrontaram com o que chamaram de regime de "prepotência stalinista" do setor militar das Ligas. Pediram-lhe ajuda financeira para reunir representantes de todos os setores clandestinos e transferir-lhe todas as atribuições do setor armado. Dessa forma, desmantelou-se quase toda a organização guerrilheira.

Julião, que jamais havia entrado em contato com os futuros guerrilheiros e tampouco sabia onde os mesmos se localizavam, teve a satisfação de ver uns poucos, pela primeira vez. Mas viu também que havia caído numa armadilha. Sua ilusão de monopolizar a direção do setor militar das Ligas caiu por terra, já que

a nova direção, criada nessa oportunidade para o setor armado, estava repleta de militantes dos mencionados pequenos grupos esquerdistas.

Com a paralisação de parte do treinamento guerrilheiro, desviou-se para a campanha eleitoral de Julião (julho, agosto e setembro de 1962) a maioria das reservas financeiras e humanas do setor armado. Doze automóveis formavam a frota de sua propaganda política para deputado federal e a de um irmão seu para deputado estadual. Outros quatro veículos eram para os candidatos a deputados pelas Ligas nos Estados da Paraíba, Bahia e Paraná. A campanha eleitoral de Julião teve a mesma grandiosidade da campanha eleitoral do governador Miguel Arraes, com muita propaganda, de dois a três comícios diários e de forma particular.

No entanto, aumentou o descontentamento entre os que ainda permaneciam nos campos de treinamento guerrilheiro. Alegavam que era paradoxal preparar guerrilhas e, ao mesmo tempo, participar ativamente da "farsa eleitoral". Além do mais, reclamavam dos grandes gastos eleitorais com tantos veículos e tanta propaganda, enquanto nos campos de treinamento guerrilheiro, em um ano de existência, não haviam conseguido a ajuda de um jipe para transportar suas colheitas e para realizar operações de reconhecimento militar nas áreas de futuras operações.

A campanha eleitoral das Ligas foi um desastre. Julião não conseguiu mais que o último lugar entre os eleitos. Os outros candidatos das Ligas não chegaram a alcançar nem a suplência. Além disso, havia perdido grande parte da direção de várias organizações de massas, inclusive a própria direção do jornal *A Liga,* recém-fundado no Rio de Janeiro.

Os veículos da campanha eleitoral de Julião foram distribuídos gratuitamente entre os eleitores, exceto dois, que passaram às mãos, bem a tempo, do setor armado. Indignado com o desastre da campanha eleitoral, o setor armado obrigou Julião a dissolver o

Movimento Tiradentes[21] e a expulsar seus principais integrantes.[22] Como consequência disso, os camponeses restantes do Campo de Treinamento Guerrilheiro nº 6, da Serra de Petrópolis, comandados por Mariano da Silva ("Loyola"), deslocaram-se para o Rio de Janeiro (outubro de 1962) e, à mão armada, reconquistaram o jornal *A Liga,* que estava sendo dirigido por um grupo de intelectuais.[23]

Depois desse episódio, o jornal *A Liga* passou a ser dirigido pelo estudante e jornalista Pedro Porfírio Sampaio e pelo padre Alípio, ambos da OM, e por mais três representantes da Organização Política: Adauto Freire da Costa, Mariano José da Silva e Ozias da Costa Ferreira.

Também se levantaram em armas os camponeses e trabalhadores dos Campos de Treinamento de nº 1 e 4 e expulsaram os recém-chegados.

A partir desse momento, a luta interna das Ligas degenerou em delações de toda ordem e, em consequência, começaram a surgir as primeiras prisões. Como medida de segurança, o setor armado determinou a dissolução dos campos guerrilheiros. Nesse momento, ficavam nacionalmente liquidadas as Ligas Camponesas. O único caminho a seguir era o de reunir, no Nordeste, os seus melhores militantes, que anos atrás haviam sido enviados ao restante do país. Iniciou-se, em 1963, o trabalho de reorganização camponesa em Pernambuco, onde as Ligas haviam se reduzido a umas poucas organizações com menos de 10 mil filiados.

## 5. O AVANÇO DO SINDICALISMO RURAL

O ano de 1963 foi o ano do avanço do sindicalismo rural brasileiro. A partir do I Congresso Nacional dos Camponeses, realizado

---

21 "Dissolução do Movimento" Tiradentes. *O Seminário*, Rio de Janeiro, p. 8. Edição de 19 de outubro de 1962.

22 *Liga*. Rio de Janeiro, p. 4. Edição de 30 de outubro de 1969.

23 Dentre eles estavam o poeta Ferreira Gullar e o politicólogo Wanderley Guilherme.

em novembro de 1961, o governo teve dois anos para superar os marcos institucionais que obstaculizavam o sindicalismo rural. Um ano depois do referido congresso, as Ligas Camponesas já haviam se expandido por 13 dos 22 Estados brasileiros. Por sua vez, a Ultab, atuando em todos os Estados brasileiros, havia formado centenas de uniões de trabalhadores agrícolas de caráter municipal, que se reuniam em federações estaduais. Seu jornal, com 13 anos de existência, havia aumentado sua circulação nacional em 20 mil exemplares. As Ligas Camponesas, a essa altura, também tinham um semanário, *A Liga,* editado no Rio de Janeiro (para facilitar sua circulação nacional), tendo sido fundado em 9 de outubro de 1962.

Os 15 meses que haviam seguido àquele congresso foram prodigiosos em iniciativas dos setores organizados no campo, tais como "A Grande Marcha dos Camponeses", em Brasília (Ligas de Formosa e Tabatinga); levante armado dos camponeses de Jales, São Paulo (Ultab); a guerrilha camponesa do Prado, Bahia (Ultab); invasão do campo de treinamento Guerrilheiro das Ligas, Dianópolis (Goiás), por fuzileiros navais e paraquedistas do Exército; choque armado entre os camponeses do município de Pato Branco com a polícia do Paraná (Ultab); revolta de camponeses armados de Tocantinópolis, Goiás (Ultab); levante camponês estudantil em Jussara e Iporá, Goiás (Ligas); choques armados entre policiais e camponeses na região de Sapé, Paraíba (Ligas e Ultab), em Buíque, Pernambuco (Ligas), em Mutum e Jaciara, Mato Grosso (Ultab).

Além disso, processaram-se outros fatos que exerceram influência na atitude do governo face ao sindicalismo rural: a conferência da OEA, em Montevidéu, Uruguai, que assinalou a necessidade de mudanças profundas nas estruturas agrárias latino-americanas; as eleições para governadores e para renovação do Parlamento nacional, nos quais os defensores do reformismo agrário conseguiram grandes resultados; e a convocatória das Ligas para que se realizasse no Brasil o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba.

Aquelas iniciativas das organizações rurais partiam sem a menor previsão nem controle do governo. No entanto, o governo sentia a necessidade de estender também ao campo a tutela que exercia sobre o movimento dos trabalhadores urbanos. Assim, a arrancada impetuosa do sindicalismo rural era questão de mais ou de menos dias. Com esse propósito, derrotado o regime parlamentarista no *referendum* de 4 de janeiro de 1963, o Partido Trabalhista Brasileiro, em frente unida com o Partido Comunista, tentou exercer grande pressão sobre o governo. No entanto, independentemente dessa pressão, o Ministério do Trabalho criou o instrumento da sindicalização rural.[24] Assim começou a grande motivação para fundar sindicatos de trabalhadores rurais (assalariados agrícolas) e de trabalhadores autônomos do campo (camponeses).

A Ultab, como grande organização estruturada em todos os Estados, organizava facilmente sindicatos de assalariados agrícolas, ao mesmo tempo em que transformava as centenas de uniões de trabalhadores agrícolas em sindicatos de trabalhadores autônomos. O clero, que passou a se interessar pelo problema camponês, dividiu-se entre cristãos de esquerda e cristãos de direita, para trabalhar na organização rural. Os sacerdotes direitistas Melo e Crespo encabeçaram a sindicalização rural numa área que antes era de exclusiva penetração das Ligas (Pernambuco). O padre Lages, do Movimento Político "Ação Popular" (AP, esquerda católica),

---

[24] Em junho, porém, algumas matérias do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963) ainda não estavam regulamentadas. Entre elas, o procedimento de formação do sindicato, que deveria emanar de um decreto presidencial. Com temor de possíveis obstáculos, o ministro do Trabalho, Almino Affonso, decidiu fazê-lo por meio de mera instrução ministerial (Portaria nº 364, de 17 de junho de 1963) que, por sua vez, renovou o texto do referido estatuto. Estabeleceu-se, pois, que o sindicato, enquanto tramitava seu registro, já podia usar as prerrogativas de representação de seus filiados. O ministro do Trabalho, Amaury Silva, sucessor de Almino Affonso, constituiu, em seguida, a Comissão Nacional de Sindicalização Rural, da qual participou, inclusive, a esquerda católica, representada pelo padre Francisco Lages, de Belo Horizonte.

impulsionou a sindicalização rural em vários Estados. O bispo Eugênio Sales (centrista) encabeçou a sindicalização rural no Rio Grande do Norte e em outros Estados do Nordeste.

Os trabalhos de sindicalização tomavam proporções extraordinárias, sobretudo nos períodos em que assumem o Ministério do Trabalho, no governo Goulart, os ministros Almino Affonso e Amaury Silva, políticos de clara posição a favor da reforma agrária.

Enquanto ocorria tudo isso, em 1963, o movimento das Ligas Camponesas debatia-se numa longa e profunda luta interna. Além disso, desde janeiro, as Ligas encontravam-se completamente isoladas do clima eufórico camponês que sobreveio à liquidação do parlamentarismo. De fato, diluída a incipiente direção política das Ligas (parte da qual se encontrava nas prisões efetuadas no ano anterior), seu presidente de honra, Francisco Julião, assumiu uma posição pessoal contra o *referendum* que aboliu o parlamentarismo, coisa que afetou as relações políticas da organização com as correntes progressistas e de esquerda, que conseguiram capitalizar os resultados da sindicalização rural. Os militantes das Ligas que regressaram do restante do país para Pernambuco, uma vez dedicados a recuperar as poucas organizações camponesas que haviam resistido aos efeitos negativos da luta interna, não tiveram condições de fundar mais de meia dezena de sindicatos rurais em áreas já dominadas pelas demais correntes camponesas. De tal maneira que, quando D. Eugênio Sales, arcebispo de Natal, e Luiz Maranhão Filho, do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, convocaram uma reunião com a Ultab, AP, PTB etc., num importante conclave para tratar da formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), as Ligas, de antemão, já estavam definitivamente excluídas dessa central única institucionalizada dos trabalhadores agrícolas.

A fundação da Contag foi o acontecimento mais importante da história do campesinato brasileiro. A Contag nasceu em dezembro de 1963, numericamente grande. Em poucos meses de

funcionamento, reunia um milhão de trabalhadores rurais, dos quais expressiva maioria era formada pelos associados da Ultab.

As Ligas, apesar de estarem fora do caminho que havia tomado o campesinato brasileiro no último semestre de 1963, apresentavam suficiente pujança, no entanto, para se impor como o principal movimento dos camponeses em Pernambuco.

Exceto na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Paraná, no Acre e no Distrito Federal, nos demais Estados onde antes haviam se expandido, as Ligas estavam completamente liquidadas. Somente em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte estava em ascensão o movimento de massas das Ligas que, diga-se de passagem, era cada dia mais forte, segundo se pode inferir do papel decisivo que as Ligas desempenharam nos fatos principais que ocorreram no início de 1964, em Pernambuco e na Paraíba; greves gerais no campo (em Pernambuco); choques armados entre os camponeses de Miriri e a polícia da Paraíba; e a invasão do engenho Serra (Pernambuco).

## 6. A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA (OP) E O GOLPE MILITAR DE 1964

A luta interna que se desenvolveu em meados de 1962 nas Ligas girava em torno das disputas pela direção das atividades clandestinas do movimento, e nelas se mesclavam várias pessoas que representavam os grupos esquerdistas existentes no país. Uma vez excluídos das Ligas os representantes de tais grupos, engolfaram-se na disputa pela direção clandestina das Ligas dois de seus dirigentes de massas: Julião e Padre Alípio.[25] Isso aconteceu a partir de 1963.

---

[25] Padre Alípio, sacerdote exilado, português naturalizado brasileiro, tornou-se líder camponês no Maranhão, dando cobertura política às "uniões" e às ligas camponesas organizadas pela Ultab naquele Estado. Em 1962, desligou-se da Ultab e passou a militar nas Ligas Camponesas. O carisma que a batina e seus valentes discursos lhe conferiam ameaçavam a liderança de Julião na Seção de Massas das Ligas Camponesas, recrudescendo, ainda mais, a luta interna nos órgão diretivos.

Em seguida, o padre Alípio foi preso e, durante os quatro meses de cárcere, foi reestabelecido o domínio do Conselho Nacional das Ligas composto de advogados, estudantes, médicos e outras pessoas dissociadas das massas camponesas. Esse conselho passou a dirigir os setores legais e clandestinos da organização camponesa e, para suprir sua carência de base social, buscou formar uma frente única com Brizola e seu famoso Grupo dos Onze.[26] Brizola, no entanto, rechaçou habilmente essa pretensão das Ligas.

A libertação do padre Alípio propiciou o retorno da hegemonia operário-camponesa na alta direção das Ligas. Interpretando os interesses desses setores, o padre conseguiu que o Conselho Nacional (composto de personalidades) aprovasse a criação de uma estrutura de tipo leninista (chamada Organização Política), para dirigir todos os setores das Ligas. Em 3 de outubro de 1963, organizaram-se, formalmente, na Conferência do Recife, as Ligas Camponesas do Brasil, compostas de duas seções: a Organização Política (OP) e a Organização de Massas (OM). Esta seção, a OM, tinha estatutos liberais e era ampla, populista, aberta a todos os que desejavam a reforma agrária radical. Por outro lado, a OP compunha-se de rígidos estatutos, destinados a dirigir, de forma unitária e disciplinada, as atividades das Ligas Camponesas do Brasil, coordenando o trabalho de massas com o trabalho clandestino.[27]

---

[26] O Grupo dos Onze era o nome da pequena organização de simpatizantes e eleitores do deputado (ex-governador do Rio Grande do Sul) Leonel Brizola, que integrava o Movimento de Mobilização Popular. Seus fundadores tentaram imitar o Grupo de Combate, que é a menor unidade – o esquadrão de 11 homens – do Exército Brasileiro. Não possuía mais que estrutura local e, ainda assim, informal e meramente simbólica. Não possuía armas, nem comandos, nem programa, nem estrutura orgânica nacional.

[27] A OP aparece como uma necessidade imperiosa para os comunistas que dirigiam as Ligas. De fato, excluídos do PC, sentiam a falta de vida política organizada, com disciplina e unidade. Desinteressados em criar um novo partido, limitavam-se a se manter na clássica organização de tipo leninista de que participavam antes,

Com a saída do padre Alípio das Ligas, a nova estrutura ficou esquecida no papel.

Entretanto, o movimento de camponeses, que, no fim de 1963, estava concentrado em Pernambuco e Paraíba, tentou, por sua conta, reconstruir no Nordeste um setor armado clandestino, com base nas milícias camponesas. Estas estavam constituídas por grupos de camponeses em cada fazenda, em cada Liga, em cada sindicato rural. Eram denominadas pelo pitoresco nome de "Pés-de-Cobra", ou seja, ninguém podia vê-los nem conhecê-los.

Finalmente, em janeiro de 1964, o Conselho Nacional aceitou a necessidade de estruturar uma Organização Política de tipo leninista dentro da Organização de Massas das Ligas.

Eleita a Comissão Construtora, esta funda uma Escola de Quadros e põe em marcha, dia e noite, para os melhores militantes, cursos de capacitação política. As matérias ali ministradas eram, entre outras, história da luta de classes, noções de economia política, a revolução brasileira, a organização de tipo leninista (centralismo democrático), agitação e propaganda e a prática do funcionamento das organizações de tipo leninista.

Os alunos aprovados em tais cursos eram imediatamente incorporados à Organização Política, com a finalidade de coordenar clandestinamente o trabalho da seção com a Organização de Massas. Por esses cursos, passou grande quantidade de alunos de Pernambuco e de vários Estados.

O treinamento prático dos capacitados nesses cursos foi facilitado pelo clima de ebulição política do Nordeste, na época. Treinavam-se os novos militantes na ação conjunta e organizada da atividade clandestina.

---

porém sem denominação partidária. A maioria havia sido expulsa de organismos intermediários e, por isso, seguia buscando amparo estatutário no Comitê Central do Partido Comunista, cuja palavra final ainda não havia sido emitida.

As grandes greves gerais ocorridas em Pernambuco e o assalto ao engenho Serra, por 3 mil camponeses armados, infundia confiança aos novos militantes em face da nova forma de ação organizada. Esses e outros episódios foram aproveitados pela Organização Política apenas para treinar e formar os seus novos militantes e, ao mesmo tempo, conferir a eficiência dos métodos de organização e educação política. A Organização Militar seria reconstruída em seguida, porém com uma estrutura política que permitia a unidade e a disciplina.

A OP traçou um plano de 6 meses de capacitação dos militantes e de construção orgânica na maioria dos Estados brasileiros. Em junho de 1964, deveria se realizar o I Congresso das Ligas Camponesas do Brasil, para aprovar suas teses programáticas, seus novos estatutos e eleger sua direção definitiva, mas o golpe militar de abril interrompeu todo esse processo.

No Nordeste do Brasil, as Ligas foram a organização que mais sofreu prisões e, inclusive, assassinatos, sobretudo no âmbito de sua seção de massas (OM). Na outra seção, a Organização Política (OP), quase não caíram militantes.[28]

Decretada a proscrição das ligas, a OM foi quase totalmente dizimada. Ficou somente a Organização Política clandestina, com uma direção nacional formada por assalariados rurais e camponeses, a mesma que passou a ajudar os presos e perseguidos políticos e a desenvolver um novo tipo de ação, infiltrando-se nos sindicatos

[28] A Seção Política (OP) das Ligas, apesar de ainda estar engatinhando naquela época, foi a que sustentou a única reação armada que houve no Brasil contra o golpe militar de 1º de abril de 1964. Na noite de 31 de março, 5 mil camponeses das Ligas, com armamentos rústicos (punhais, facões, foices e espingardas), ocuparam a cidade de Vitória de Santo Antão (26 mil habitantes). Nessa oportunidade, comprovaram-se os resultados da capacitação que o núcleo diretivo local havia recebido dos mencionados cursos da OP. A ocupação da cidade deu-se num nível de organização superior ao que se havia visto dez dias antes, quando da invasão do engenho Serra.

agrícolas. Atuando dessa maneira, no mesmo ano do golpe militar, a OP das Ligas participou das greves das fábricas de açúcar Barra e Muribeca e do engenho Nova Escócia (Pernambuco).

Em agosto de 1965, a Organização Política realizou, no Rio de Janeiro, uma conferência de balanço de suas atividades e lançou um documento que analisava o golpe militar e a realidade brasileira; elaborou, além disso, um longo plano de organização clandestina e de restabelecimento dos setores armados. Depois da conferência, voltou a circular, clandestinamente, o jornal *A Liga*. Em janeiro de 1966, as Ligas estiveram representadas na Conferência Tricontinental, realizada em Havana (Cuba).

## 7. DIMENSÕES DAS LIGAS CAMPONESAS

O movimento das Ligas Camponesas penetrou organizado nos seguintes Estados brasileiros: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Rio de Janeiro, Guanabara (extinto), Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Acre e no próprio Distrito Federal (Brasília).

Na Bahia, em Minas Gerais, na Guanabara, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso, as organizações filiadas às Ligas Camponesas eram débeis e não passavam de duas ou três, com um total de 100 a 500 pessoas. Eram tão pequenas que não justificavam o funcionamento dos conselhos de Estado (regionais) respectivos.

---

Essa operação, de considerável magnitude, foi surpreendente e fulminante. Em poucas horas, a organização camponesa apoderou-se da prefeitura, do quartel de polícia, da estação de rádio, da central telefônica, da central telegráfica, da estação ferroviária, dos celeiros da Companhia de Armazéns Gerais de Pernambuco (Cagep) e dos postos de gasolina. As autoridades e os latifundiários mais hostis fugiram escoltados do município, com medo de que fossem massacrados.

Dada a falta de provisões de armas, solicitadas insistente e inutilmente ao governo estadual (posteriormente deposto), os camponeses se dispersaram antes do dia 3 de abril, quando o Exército recuperou a cidade.

No Acre, no Rio de Janeiro e no Distrito Federal funcionavam organizações camponesas com grande número de filiados, sem que se houvesse estruturado seus conselhos estaduais. Destacavam-se, entre estas, as Ligas do Acre e do Distrito Federal, com mais de três mil filiados cada uma. As mais poderosas Ligas situavam-se na Paraíba: Sapé, com 12 mil associados, e Mamanguape, com 10 mil. A terceira grande organização rural das Ligas era o Sindicato de Assalariados Agrícolas de Rio Formoso, com 7,4 mil associados. Logo em seguida, a Liga Camponesa de Vitória de Santo Antão (Pernambuco) e a Liga de Tamarana (Paraná), com 5 mil filiados cada uma. Com 4 mil associados, funcionavam as Ligas dos municípios de Timbaúba e Cabo (Pernambuco). Esta última, ao se transformar em sindicato, cresceu para 5 mil filiados. Em Pernambuco, além disso, existia o Sindicato dos Assalariados Agrícolas de Goiana, com 4 mil associados, que tomava parte no movimento das Ligas.

Em alguns casos, o movimento das Ligas Camponesas mantinha ações conjuntas com outros movimentos enquistados em organizações rurais, apesar das contradições existentes entre as Ligas e aqueles movimentos. Nesses casos, operava organicamente um típico caso de simbiose, visto que nenhum dos movimentos rurais se interessava em romper a unidade de massa dos filiados, buscando, dessa maneira, uma forma de convivência pacífica. Especificamente, pode-se enumerar os casos das Ligas de Sapé e Mamanguape e do poderoso Sindicato dos Assalariados Agrícolas de Palmares (Pernambuco), tanto naquela Liga quanto neste sindicato, com 34 mil membros, onde parte dos dirigentes e associados recebiam orientações das Ligas e outra parte (seguramente maior) obedecia às orientações da Ultab.

O apogeu das Ligas Camponesas como organização de massas rurais deu-se nos primeiros meses de 1964, época em que se conseguiu organizar a Federação das Ligas Camponesas de Pernambuco,

integrada por quarenta organizações camponesas (Ligas), uma liga de mulheres, uma liga de pescadores, uma liga urbana, uma liga de desempregados e quatro sindicatos de assalariados agrícolas. Nessa ocasião, o total de filiados em Pernambuco somava em torno de 40 mil. Na Paraíba, Rio Grande do Norte, Acre e Distrito Federal, onde, no começo de 1964, ainda funcionavam as Ligas, o número de filiados chegava a 30 mil. Pode-se afirmar, portanto, que, nessa época, as Ligas Camponesas congregavam, nacionalmente, entre 70 e 80 mil pessoas.

Trata-se, pois, de uma cifra representativa se se levar em conta as lutas internas e externas que a organização enfrentava no curto período de sua expansão (1960-1964), num país de dimensões continentais e de precários meios de locomoção, sobretudo nas zonas rurais. Além do mais, as condições históricas em que surgiram as Ligas e se processou seu crescimento não permitiram, em tempo hábil, criar uma organização com estrutura orgânica unitária, capaz de abarcar os 22 Estados onde existiam muitos "grupos de amigos das Ligas", simpatizantes desse movimento rural que não puderam ou não souberam se organizar.

### Líderes

As Ligas Camponesas chegaram a criar uma grande quantidade de líderes, nos quais se apoiou seu prestígio político e sua expansão. Se considerarmos líderes aquelas pessoas que tinham prestígio entre os camponeses e que conseguiam dirigir mais de 500 pessoas, quer seja no trabalho de organização, no trabalho de proselitismo, ou em atividades de divulgação e de educação, 51 pessoas se destacaram nas Ligas Camponesas, desde sua fundação (1955) até abril de 1964, quando foram proscritas.

Esses líderes (por motivos óbvios, alguns líderes aparecem com pseudônimo) seguem relacionados segundo sua profissão e condição social: camponeses (semiassalariados): José dos Prazeres, Zezé da

Galileia, Elizabete, João Pedro Teixeira, Pedro Fazendeiro, João Virgínio, Chapéu de Couro, Raimundo Borborema, Júlio Santana, Luís Preto, Bispo, Curió, Sacristão, Zé Eduardo, Miro, Careca e Rochinha; trabalhador assalariado rural: Cabeleira; trabalhadores assalariados urbanos: Horacy, Ozias, Palmeiras, Célia e Aureliano; pequenos proprietários: Dequinha, Laurindo e Athos; artesãos rurais: Freire, Serafim, Picopeu, Neném e Mariano; artesãos urbanos: Ceguinho, Bronqueira, Alexina, Delza, Zezinho Dantas; estudantes: Joel Câmara, João Alfredo e Porfírio Sampaio; professores: Celeste e Floriano; sacerdote: Alípio; advogados: Julião, Clodomir, Djaci, Manoel Silva, Romanelli, Maria Ceales e Ofélia.

Eram, portanto, 27 líderes de origem rural e 24 de origem urbana. Predominava em número o setor rural, com 52,9% do total de líderes. Se analisarmos os líderes em função da idade, veremos que os líderes de origem rural eram mais velhos que os de origem urbana, o que demonstra a maior maturidade das pessoas de origem rural que militavam nas Ligas.

Segundo a idade, os lideres de origem rural e de origem urbana estavam assim distribuídos: de 20 a 25 anos de idade: 2 de procedência rural, 8 de procedência urbana; de 26 a 35 anos de idade: 9 de procedência rural, 10 de procedência urbana; de 36 a 45 anos de idade: 8 de procedência rural, 5 de procedência urbana; de 46 a 55 anos de idade: 6 de procedência rural, 1 de procedência urbana; de 56 anos de idade ou mais: 2 de procedência rural, nenhum de procedência urbana.

### Movimento rural de pernambucanos

Analisando os dados sobre os lugares de nascimento dos 51 principais líderes das Ligas Camponesas, chega-se à conclusão de que este, mais que um movimento camponês do Nordeste, foi um movimento essencialmente de pernambucanos, apesar de haver se desenvolvido em mais de dez Estados.

Do total de 51 líderes, 96% era de origem nordestina e essa mesma proporção conservava os nordestinos provenientes dos setores rurais; 68,5% dos que atuavam nas Ligas eram pernambucanos e isso saltava para 72% se levarmos em consideração somente os líderes das Ligas que atuavam no Nordeste.

Com efeito, a participação nordestina de líderes de origem rural corresponde a 96%. Entre os líderes de origem rural considerada nordestina, 88,4% era de origem pernambucana. Enquanto isso, a parte pernambucana de líderes de origem rural no movimento nacional das Ligas foi de 85,2%.

Se tomarmos em conta o total de líderes nordestinos, tanto de origem rural quanto urbana, o peso dos pernambucanos representa 72,9% e 68,5% dos que eram considerados líderes dentro das Ligas Camponesas.

Outro aspecto que se observa na liderança das Ligas é que 52,9% dos 51 líderes eram de origem rural. Desses mesmos 51 líderes, 37,4% era nitidamente de origem camponesa (semiassalariados).

## Universo cultural e experiência da liderança

A maior parte dos 51 líderes mencionados era composta por gente alfabetizada. Alguns deles tinham curso secundário completo e outros tinham cursos universitários. Somente os líderes de origem rural não possuíam cursos elementares nem cursos secundários completos. Os quatro únicos líderes que não sabiam ler nem escrever eram camponeses, que representavam 21% entre os líderes camponeses.

Apesar da maior parte dos líderes ser originária de Pernambuco, não se pode afirmar que a visão que tinham do problema agrário se restringisse apenas ao universo rural do seu Estado, visto que 29,4% esteve atuando em outros Estados. Dos líderes de origem rural, 39% atuou fora de Pernambuco.

Além do mais, grande parte dos líderes das Ligas não só conhecia os problemas agrários do Nordeste ou de outras regiões do país, mas também buscava inteirar-se das questões agrárias de outros países. Assim, 37,2% dos líderes viajaram para o exterior. Dos líderes de origem rural, 37% conhecia o exterior e, entre os nitidamente camponeses, esse índice alcançou 31,5%.

Entre o ressurgimento (1955) e sua proscrição em 1964, as Ligas funcionaram legalmente 9 anos completos, porém apenas 9,8% daqueles líderes atuaram todo esse período na organização; os 51 líderes tiveram uma média de quatro anos de atuação nas Ligas.[29] Apesar das perseguições e hostilidades que sofreram as Ligas Camponesas e seus dirigentes, apenas 42% dos seus líderes estiveram presos por motivos políticos, em geral por períodos curtos, pois somente 3,9% dos 51 líderes estiveram mais de um ano nos cárceres. Apenas 2% extrapolou o tempo de dois anos em prisões políticas.

Do total de líderes das Ligas, apenas 19,6% disputou cargos eletivos para deputado, prefeito, ou vereador, antes ou durante a militância na organização. Dessas pessoas, duas eram líderes de origem rural e oito de origem urbana.

Quanto à participação das mulheres na liderança das Ligas, observa-se que elas representavam 13,8% do total de líderes. Entre os líderes de origem urbana, as mulheres correspondiam a 25%. Entre os líderes oriundos do setor rural, as mulheres correspondiam a, apenas, 3%, e entre os líderes notoriamente camponeses representavam 5%.

## 8. CONCLUSÕES

– As Ligas Camponesas, a partir de seu ressurgimento em 1955, deixaram de ser organizações para se tornar um movimento

[29] No entanto, 11 dos 51 líderes haviam atuado nas Ligas Camponesas que se organizaram no período de 1945-1947.

camponês que contagiou grandes massas rurais e urbanas, com ampla repercussão nacional e internacional. Não se pode negar o importante papel que desempenhou entre 1955 e 1964, na criação de uma consciência nacional em favor da reforma agrária. Foi, também, o movimento precursor, no Brasil, da insurreição armada camponesa, baseada nos postulados da preparação guerrilheira.

– As principais diferenças entre as Ligas e a Ultab residiam, notoriamente, nos seguintes aspectos: as Ligas foram, principalmente, um movimento rural um tanto amorfo e sem estrutura nacional sólida. Seus milhares de filiados não se aglutinavam em torno de uma estrutura orgânica previamente estabelecida, mas sim em torno de uns tantos líderes tradicionais ou carismáticos, a maioria dos quais com tendências ao caudilhismo, ao caciquismo e, portanto, hostis aos mais elementares conceitos de organização que um movimento de tal magnitude exigia.

A Ultab, ao contrário, era, sobretudo, uma organização que não buscava ser um movimento ruralista; seu principal objetivo era criar os elementos indispensáveis para formar a aliança operário-camponesa que o PC projetava para realizar a propalada "Revolução Democrático-Burguesa" (antifeudal e anti-imperialista). Salvo algumas exceções (José Porfírio, em Goiás; Chicão, em Minas Gerais; Jofre Correia, em São Paulo), seus líderes não surgiam espontaneamente dos grupos camponeses, mas eram impostos pela própria Ultab ou pelos organismos locais do Partido, para mobilizar os camponeses que, por fim, uma vez politizados, lhes atribuíam a liderança.

– Nem as Ligas nem a Ultab tinham um programa agrário definido e não tinham ideias claras sobre a reforma agrária que reivindicavam para o Brasil. Nesse caso, as duas organizações não eram totalmente culpadas, pois, na verdade, até 1964, a realidade rural brasileira era pouco conhecida. Os poucos livros que tratavam da questão agrária em esfera nacional, como *População e proprieda-*

*de da terra no Brasil*, de Diégues Júnior; *Arrendamento e parceria no Brasil*, de Clóvis Caldeira, eram de reduzidíssima difusão. Os trabalhos *Problemas agrário-camponeses do Brasil*, de Moisés Vinhas; *Posse e uso da terra e desenvolvimento socioeconômico do setor agrícola*, do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (Cida), e *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Júnior, que buscavam apresentar uma visão geral do campo brasileiro, são publicações posteriores à proscrição das Ligas e da Ultab. Assim, enquanto a Ultab buscava conhecimentos da questão agrária brasileira nos artigos de Fragmon Borges, difundidos na publicação esquerdista *Estudos Sociais*, e nos artigos de Caio Prado difundidos pela *Revista Brasiliense*, as Ligas possuíam apenas um único manual, que era o livro *Que são* as *Ligas Camponesas*, preparado por Clodomir Morais e Francisco Julião, publicado pela Civilização Brasileira. Assim, para as duas organizações de trabalhadores rurais do Brasil, Ligas e Ultab, a reforma agrária não passava de uma palavra de ordem e um ponto de referência para a mobilização das massas rurais e urbanas. O modelo – supunha-se – haveria de emergir dos próprios camponeses, depois de destruída a estrutura de poder dos latifundiários com a "Revolução Popular".[30]

No entanto, a partir do momento em que a Ultab conseguiu criar e dirigir a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e institucionalizá-la *de facto* e *de jure,* passa a apoiar as incipientes e tímidas medidas de reforma agrária do

---

[30] Como a reforma agrária, a chamada "Revolução Popular" era um conceito pouco definido pelas Ligas e pela Ultab, pois, dentro de cada uma dessas organizações, existiam duas correntes de pensamento distintas quanto à sua concepção. Na Ultab, seus dirigentes, Lindolfo Silva, Nestor Veras, Eros Trench e muitos outros, adotavam a tese 32 do Programa do Partido Comunista. Essa tese argumentava que, no Brasil, existiam duas contradições fundamentais: a contradição entre as massas rurais e os restos feudais e a contradição entre a nação e o imperialismo estadunidense. A última dessas duas contradições era considerada a principal e a que deveria subordinar todas as demais. Assim, para combater o imperialismo, a classe operária devia tentar fazer frente única com a burguesia nacional, a intelectualidade progressista e com "alguns latifundiários honestos". Para eles, a Revolução (Popular) Brasileira seria, principal-

governo federal. Essas medidas baseavam-se na expropriação (mediante pagamento em dinheiro) e distribuição de terras em zonas de conflito. Isso, em última instância, implicava na extinção das zonas de atrito que, durante anos, haviam alimentado e motivado a agitação rural em favor de uma reforma agrária. Dessa maneira, acoplada ao governo central, a reforma agrária promovida pela Ultab passou a ter como objetivos imediatos a utilização de alguns serviços públicos, favorecendo os núcleos de trabalhadores agrícolas de sua simpatia.

– Para o processo de expansão, as Ligas e a Ultab buscaram utilizar ferramentas ou mecanismos sociais diametralmente diferentes. Ambos criavam "organizações de luta".[31] Por isso, para se expandir, buscando consolidar as organizações de luta, a Ultab acoplava, a

---

mente, anti-imperialista e, secundariamente, antifeudal. Os líderes camponeses da Ultab (Jofre Correia, Zé Porfírio e outros mais), no entanto, admitiam somente uma contradição na realidade brasileira: a contradição entre a nação (com suas massas rurais) e o imperialismo, com seus tentáculos internos, os latifundiários. Por tal motivo, eles não admitiam uma revolução apoiada por latifundiários como classe e achavam que a base da Revolução Brasileira residia na aliança operário-camponesa, em frente única com a burguesia nacional. Não obstante, de todo modo submetiam-se ao ponto de vista de seus dirigentes. Joaquim Alves, diretor do jornal *Terra Livre,* e outros funcionários, que se rebelaram contra aquela tese, foram expulsos da Ultab, do Partido e do jornal em 1962.

O pessoal das Ligas, por sua vez, defendia duas concepções ainda mais opostas. Os dirigentes da Seção Política (OP) – em sua maioria ex-militantes do Partido Comunista – concebiam a Revolução Popular com base na aliança operário-camponesa, sem a participação da burguesia nacional. Entretanto, alguns dirigentes da Seção de Massas (OM) adotavam a tese de Julião, de que a Revolução Popular Brasileira seria de caráter socialista e sua vanguarda, a classe camponesa.

31 As organizações de trabalhadores classificam-se, segundo o seu caráter, em: Organizações de Luta e Organizações de Estabilização Social. Elas são instrumento de defesa de interesses de grupos sociais, bem como de conquista de benefícios e direitos, reconhecidos ou não, pela lei: sindicatos, "Uniões", "Ligas Camponesas" etc., que buscam promover mudanças estruturais. As Organizações de Estabilização Social são apenas instrumentos de uso de benefícios e direitos já admitidos nos marcos institucionais predominantes. São as cooperativas, clubes de lazer, escolas, serviços públicos e outros, que buscam atender aos interesses mais imediatos do grupo social. Estas são usadas por classes antagônicas, para consolidar suas respectivas conquistas.

estas, algumas "organizações de estabilização social". Com as Ligas ocorria exatamente o contrário, pois seus dirigentes temiam que as "organizações de estabilização social" reduzissem o radicalismo e o ímpeto revolucionário inicial dos camponeses envolvidos nas "organizações de luta". Viam, também, nas organizações de estabilização social, um instrumento de consolidação da "organização de luta", mas poucas vezes a usaram, com a finalidade de não estimular o natural individualismo camponês que, em geral, o conduz à "acomodação" e ao "pacifismo". Assim, as Ligas buscaram sua expansão apenas com as "organizações de luta", ou simplesmente transformando-as em organizações de caráter insurrecional, ainda que sem estrutura orgânica, porém proporcionando aos núcleos camponeses a chance de se defenderem da polícia e dos latifundiários, ao mesmo tempo em que entusiasmava os núcleos mais débeis. Um exemplo elucidante dessas duas táticas de expansão encontra-se numa entrevista de um camponês, publicada no *Informe Cida*:[32]

> Nosso líder é Assis Lemos (Ultab), que rompeu com Julião (Ligas). Este fala somente em violência, em 'reforma agrária, na lei ou na marra', mas, na hora que a coisa aperta, ele deixa os camponeses no fogo. É um demagogo, rodeado de aproveitadores oportunistas. Vive somente falando dos países socialistas que visitou. Entretanto, Assis Lemos não sai daqui. É um agrônomo, professor de Economia Rural da Escola de Agronomia de Areia, que aconselha calma e que luta para melhorar as condições de vida dos camponeses. Apesar do seu pacifismo, foi agredido violentamente pelos latifundiários e seus bandidos, que arrebentaram seus intestinos e testículos... Com sua maneira de atuar, ele conseguiu muita coisa para Sapé: um posto do serviço de assistência médica domiciliar urgente, um plano de

32 *Informe Cida. Posse e Uso da Terra e Desenvolvimento Socioeconômico do Setor Agrícola*. Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola. Washington: União Pan-Americana, 1966, p. 339-340.

emergência, tratores, sucursal do Banco do Brasil e um posto do serviço de alimentação e previdência social. Nos comícios de outubro do ano passado, ele obteve em Sapé 1.001 votos e foi eleito deputado estadual. Elizabeth Teixeira, que recebeu o apoio de Julião, obteve apenas 75 votos e não foi eleita.

– As Ligas, como todo movimento de opinião pública ajustada à realidade histórica, tiveram um crescimento vertiginoso e "não encontrou paralelo na história dos movimentos sociais no Brasil".[33] No entanto, faltou-lhe uma estrutura orgânica compatível com a natureza e a magnitude do movimento. Ainda por cima, em sua composição social predominavam os indivíduos integrantes de formas de produção artesanais de trabalho (camponeses, artesãos rurais e urbanos, estudantes, advogados, pescadores, donas de casa), quer nas Ligas rurais, quer nas Ligas Urbanas. Era insignificante o número de assalariados de grande empresa capitalista rural ou urbana que, em geral, concebem facilmente as estruturas orgânicas complexas, capazes de abarcar todo o país, uma vez que dominam o processo produtivo socialmente dividido da grande unidade de exploração industrial, agrícola ou de serviços. Estes só começaram a ser mobilizados pelas Ligas apenas um ano antes de sua proscrição, quando do impulso tomado pelo sindicalismo rural. Somente a partir desse fato é que surgiram as condições ideológicas que permitiram criar a estrutura orgânica das Ligas, a Organização Política (OP), inserida clandestinamente na Organização de Massas (OM). Isso determinaria a transformação de um Movimento de Massas em um Movimento Político com unidade ideológica, organização e disciplina partidárias. No entanto, o golpe militar de 1º de abril impediu que essa transformação das Ligas se desenvolvesse no ritmo previsto, posto que, com a supressão dos organismos de massas

---

33 FURTADO, Celso. *Dialéctica del Desarollo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1965, p. 134.

das Ligas, a OP seguiu tropeçando em grandes obstáculos, que as impediam de sobreviver e de se desenvolver.

– Sem uma estrutura orgânica e, ainda por cima, sem uma ideia correta em matéria organizativa no nível nacional, a tentativa de transformar as Ligas de um movimento regional nordestino (ou melhor, pernambucano) num movimento amplo, conduziria, inevitavelmente, à inconsistência e à superficialidade, que o tornaria vulnerabilíssimo às lutas internas e externas. Além do mais, o fato de tentar transformar as Ligas num movimento insurrecional antes de haver criado uma estrutura orgânica adequada historicamente no nível dos adversários, denunciava a propensão dos dirigentes das Ligas para os métodos artesanais em matéria de organização e para o aventureirismo.

# II – NOS CAMINHOS DA CISÃO – 1986*

Bernardete Wrublevski Aued

"De todas as classes que ora enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, ao contrário, é seu produto mais autêntico.
As classes médias – pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses – combatem a burguesia porque esta compromete sua existência como classes médias. Não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras; mais ainda, reacionárias, pois pretendem fazer girar para trás a roda da História. Quando são revolucionárias é em consequência de sua iminente passagem para o proletariado; não defendem então seus interesses atuais, mas seus interesses futuros; abandonam seu próprio ponto de vista para se colocar no do proletariado".
(do *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels).

## DESMOBILIZAR É NECESSÁRIO

Muitos são os caminhos que, no desenrolar da luta de classes, conduziram o movimento das Ligas à cisão, ao fracionamento da força política do proletariado.

Para se manter no poder, a burguesia utilizou-se de diversas táticas de cisão, que foram das formas violentas às mais brandas, como, por exemplo, o controle ideológico dos trabalhadores, da desorganização das massas. Todas possuíam estrategicamente um só alvo: desmobilizar, atenuar a luta de classes, "conciliar" o antagonismo inconciliável entre burguesia e proletariado.

Dentro dessa perspectiva, destacam-se pressões internas como:

a) intimidação, ameaças, espancamento ao morador que fosse encontrado com a carteira de associado da Liga; expulsão do mo-

* AUED, Bernardete Wrublevski. *A vitória dos vencidos (Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas – 1955-1964).* Florianópolis: Editora da UFSC, 1986. Editado conforme texto original – p. 51-71; 123-125; 135-152. Texto gentilmente cedido pela autora para esta publicação.

rador que se recusasse a dar o cambão, que se evidenciasse como "reivindicativo"; destruição de roçados de subsistência (por meio da invasão do local pelo gado), antes que a colheita fosse totalmente efetuada; invasão de domicílios; destruição de moradias; e

b) cooptação, oferecendo trabalho, sobretudo àquele que se apresentasse com características de liderança, num local distante, em geral uma usina ou fazenda do mesmo grupo (sendo, quase sempre, despedido em seguida).

A burguesia obtinha ótimos resultados com o emprego dessas táticas, principalmente porque espalhava o medo e a tensão; enfraquecia-se o movimento camponês, ainda mais porque a essas formas de desmobilização juntavam-se outras repressões externas, como:

a) prisão de lideranças, intimação para que elas fossem ao quartel de polícia prestar esclarecimentos;

b) criação de destacamentos e quartel de polícia nas sedes dos municípios cuja mobilização era mais intensa;

c) formação e utilização do serviço de "polícia particular" – a capangagem – em quase todas as usinas e fazendas; e

d) assassinato de líderes.

Os jornais da época[34] ocuparam boa parte de suas páginas denunciando essas pressões e repressões cometidas contra os camponeses. Efetivamente essas denúncias causaram grande sensação, tanto entre os próprios camponeses, quanto também entre os simpatizantes do movimento.

O quadro, a seguir, dá uma pequena amostra destes procedimentos. É necessário observar, em primeiro lugar, que ele não dimensiona quantitativamente as reações dos proprietários. Apesar da ampla cobertura jornalística, na realidade apenas pequena

[34] Os jornais pesquisados foram: *Correio da Paraíba*; *A União* (Paraíba); *Jornal do Commércio* (Pernambuco); *A Hora* (Pernambuco); *A Folha do Povo* (Pernambuco); *A Liga* (Rio de Janeiro).

parte chegou ao conhecimento da imprensa. E também não foram totalmente resolvidas através de processos na Justiça. Num levantamento efetuado no Cartório de Sapé não se conseguiu obter um quadro que demonstrasse a intensidade dos problemas. Em geral, a própria Liga intermediava as negociações, e só em último caso é que se recorria à Justiça.

Uma outra informação complementa esse quadro:

> No Cartório da Comarca de Sapé (que envolve os municípios de Sapé e Mari) correm cerca de 30 a 50 processos em torno de pendengas entre proprietários e camponeses. No ano de 1962, apenas uma única ação civil foi concluída, com vantagem para o proprietário. Em 1963, até março, nenhuma. Mas, de uma maneira geral, enquanto a ação não é concluída, a demora favorece o camponês, que deixa de pagar o foro ao proprietário, não pode ser expulso e, geralmente, deposita seu foro em cartório e continua a colher os frutos da terra, sem dar dia de trabalho ao patrão. Os tipos de ação mais frequentes são: despejo, reintegração e manutenção de posse, interdito proibitório (movidas pelos proprietários) e consignação e pagamento, indenização (movidas pelos camponeses). Na primeira, é requerido o despejo do camponês. A segunda é semelhante. Na terceira o proprietário deseja uma ordem judicial que proíba o camponês cultivar certas culturas ou certos trechos de sua propriedade. Na ação de consignação e pagamento, o camponês deseja pagar seu foro em cartório, pois o proprietário não deseja receber, pois quer expulsá-lo. Há uma dificuldade permanente dos rendeiros em provar que pagam uma renda anual, pois os proprietários, tradicionalmente não admitem recibos. Finalmente, na ação de indenização, o camponês deseja obter pagamento por suas lavouras e benfeitorias antes de abandonar a propriedade.[35]

---

[35] CARNEIRO, Mário Afonso, *op. cit.,* p. 81-82.

Para se ter uma melhor ideia das denúncias divulgadas, destacam-se duas que muitas reações e polêmicas provocaram:

| Incidente | Data | Local | Pessoas envolvidas |
|---|---|---|---|
| Assassinato | 17/1/62 | Fazenda Miriri | O líder da Liga, Alfredo P. Nascimento |
| Assassinato | 2/4/61 | Estr. Café do Vento – Sapé | O líder da Liga, João Pedro Teixeira |
| Destruição de roçado | 11/12/62 (aprox.) | Faz. Teone – Pedras de Fogo | Camponeses, administradores de roçado e capangas |
| Expulsão | 11/12/62 (aprox.) | Eng. Belo Jardim – P. de Fogo | Quarenta famílias de camponeses |
| Assalto a mão armada | 11/12/62 | Riacho do Ingá | Pres. da Liga, Antonio Francelino |
| Atentado | -.-. | Sapé | Teixeira Filho ou João Pedro Teixeira |
| Destruição | -.- | Faz. César Cartaxo – Itapororoca | Várias famílias de camponeses |
| Destruição de moradia | -.- | Eng. Maraú | Várias famílias de camponeses |
| Despejo | 20/2/62 (aprox.) | Faz. Tapira – Santa Rita | Dezesseis famílias de camponeses |
| Despejo | 12/6/63 (aprox.) | Faz. João Barbosa – Sapé | Camponês Antonio Alfredo e família |
| Assassinato | 31/7/63 | Faz. Fco. Manoel de Paula – Araras | O camponês Manoel Pereira |
| Agressão | -.- | Itabaiana | O prof. Assis Lemos, o líder Pedro Fazendeiro |
| "Chacina de Mari" | 15/1/64 | Mari | Camponeses, polícia militar, administrador e capangas |

FONTE: Jornal *A Liga*, *Jornal do Commércio*, *Correio da Paraíba*, *A União*, *Diário da Borborema*, *Última Hora* (de Recife), *O Globo*.

a) Em Itapororoca, na fazenda de César Cartaxo, os camponeses foram expulsos. E, para que não voltassem a morar na fazenda, suas casas foram derrubadas com trator.

Assim que soubemos que os camponeses estavam desabrigados, fui vê-los com o delegado da Superintendência da Reforma Agrária (Supra), que na época era o Sr. Waldemar Rodrigues, e o juiz de

> Rio Tinto, que era o Dr. Antônio Mariz. Até o juiz ficou revoltado vendo as crianças ao relento, chorando.[36]

Esse entrevistado ainda disse que, imediatamente, eles foram levados para um abrigo e de lá foram num caminhão para João Pessoa – mulheres, camponeses, crianças. Tal fato provocou, na capital, passeatas de protesto, a população local ficou revoltada ao saber dos absurdos que os proprietários estavam fazendo aos camponeses e chegou a exigir que o governo do Estado sustentasse aquelas famílias desabrigadas; e

b) Houve constantes denúncias, mas nem por isso as reações da classe dominante deixaram de ser violentas. Organizados, os camponeses prestavam "ajuda" ao associado que tivesse algum problema. É assim que, em fevereiro de 1963, morreu o proprietário Rubens Régis:

> Tudo começou com a derrubada das casas dos camponeses que moravam na fazenda Jucuri, de propriedade de Adauto Gomes e administrada por seu filho, o agrônomo Durval Gomes Falcão. Após a derrubada, 100 camponeses da Liga de Sapé solidarizam-se com eles e os ajudam a reconstruir as casas. Temeroso diante da disposição dos camponeses em resistir, Durval Gomes levou o caso à Associação dos Proprietários Rurais da PB e as casas foram novamente derrubadas. O pessoal da Liga se reuniu e levantou as casas. Essa era a situação até que o juiz de Sapé, Walter Rabelo, resolveu intervir, buscando solucionar o problema judicialmente. Por meio do governador Pedro Gondim, convocou-se uma reunião no próprio Palácio do Governo, onde estiveram presentes representantes, tanto da Liga de Sapé quanto da Associação dos Proprietários. Nessa reunião, o governador estabeleceu que o problema dos moradores seria resolvido juridicamente, ficando o juiz de Sapé encarregado de buscar a solução. Acertou-se, também, que haveria uma trégua até o juiz tomar a decisão: nem os camponeses levantariam casas, nem os proprietários mandariam

[36] Depoimento em 5 de outubro de 1979.

derrubá-las. A reunião terminou mais ou menos às 5 horas da tarde, tendo os proprietários concordado com a proposta do governador. Entretanto, na madrugada do dia seguinte, estes se dirigiram para a fazenda, com o objetivo de derrubar as casas. Quase próximo do engenho, ao encontrarem uma família de camponeses, amarraram o chefe numa árvore e derrubaram a casa. E se dirigiram para outras casas. E Rubens Régis, que era de todos o mais afoito, caminhou na frente, para a próxima derrubada. Lá chegando, levou um tiro. Ao verem cair por terra um dos seus, bateram em retirada os demais proprietários e capangas, procurando proteção da polícia, dizendo-se agredidos pelos camponeses. Quando ela chegou ao local, horas mais tarde, encontrou Rubens morto, não se chegando a saber se foi morte instantânea ou por falta de socorro. Foi também a polícia quem desamarrou o camponês da árvore. Quem atirou em Rubens Régis foi um camponês, mas seu nome não ficou conhecido.[37]

À semelhança desses conflitos que ora se relaciona, aconteceram inúmeros, e de vez que as necessidades e as desgraças tinham sempre muito em comum, a "verdade sobre a vida camponesa" entusiasmava a todos. Chegava-se, em alguns casos, até a funcionar como uma declaração de guerra pelo alto grau de excitação que provocava, estimulando a que todos reclamassem.

Mas isto não é tudo. Muito mais importante que essas declarações de guerra foi o móvel desses atos de poderio e arbitrariedade, que outro não era senão gerar e manter aceso um clima de tensão e apreensão, intimidando e desmobilizando qualquer germe de reação organizada.

## "JULIANISTAS", COMUNISTAS E A CISÃO INTERNA DO MOVIMENTO

Se a ação da burguesia, violenta e/ou pacífica, quase que impedia o fortalecimento da organização dos camponeses, a luta entre

[37] *Ibidem.*

"julianistas" e comunistas contribuiu sobremaneira à cisão interna do movimento das Ligas Camponesas.

Apesar de inicialmente engendrada no interior das células do PCB, a condução das lutas no campo por meio das Ligas Camponesas não foi exclusividade do PCB. Ao contrário, com o florescimento e a ascendência da movimentação de massas, o partido enfrentou, estratégica e taticamente, outras posições diversas à sua.

Dois núcleos de catalização de forças se formaram: de um lado o que ficou sendo conhecido, no Nordeste, como "os julianistas", pois boa parte dele era liderada por Francisco Julião.[38] Integravam-no também alguns militantes afastados do PCB, que não haviam constituído outro partido. Do outro PCB, que vinha perdendo, cada vez mais, o controle direcional das Ligas.

Foi por meio do encaminhamento da questão da luta pela terra que melhor se explicitaram as contradições das duas forças. Cada uma tinha uma interpretação para a situação de exploração de que eram vítimas os chamados camponeses, bem assim de como seria a nova sociedade em que viveria o "camponês desperto".

Despertar os camponeses, como se dizia na época, era tarefa de todos. Conscientizá-los de sua força coletiva, despertar suas próprias capacidades, mobilizá-los para a ação era tarefa a que todos se propunham. Na sua concretização, porém, começavam a se flagrar os problemas. A luta pela terra, por exemplo, teve, no decorrer do processo, várias mudanças táticas. No começo, predominavam aquelas da defensiva, da autodefesa. O fim almejado era o cumprimento da lei. Essa orientação se espelha com bastante nitidez na trajetória perseguida pelo líder João Pedro. As armas eram jurídicas; a violência, privilégio do proprietário, só deveria ser usada pelo camponês como último recurso: a Justiça era o caminho. Bastava

[38] O grupo dos "julianistas" enfrentava por sua vez duas tendências: a dos seguidores de Julião e a da luta armada, à revelia de Julião.

> ...uma utilização eficaz do Código Civil, já que essa lei, bem aplicada, opunha sérios obstáculos à ira dos latifundiários. Na realidade, buscava-se aproveitar a existência de uma contradição histórica entre a lei da burguesia liberal no poder, o Código Civil e as normas tradicionais e retrógradas adotadas pelos latifundiários.[39]

A divergência entre as duas forças veio à tona quando essa tática mostrou-se ineficaz (na prática), deixando transparecer que "para ricos não existem cadeias", como nos disse um camponês.

Foi, sobretudo, depois do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 17 de novembro de 1961, que a consigna da reforma agrária, transformada em palavra de ordem de efeito explosivo, encontrou um campo objetiva e subjetivamente propício para uma grande mobilização social.

Esse Congresso se constituiu num marco histórico pela luta em prol da reforma agrária e celebrizou-se pelo documento conhecido como a "Declaração de Belo Horizonte".[40]

Convocado e organizado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), recebeu grande apoio financeiro do governo federal, uma vez que este tinha como objetivo evitar que o movimento camponês fugisse à tutela governamental. Compareceram para a abertura o então presidente João Goulart, vários de seus ministros e numerosos parlamentares.[41] Cerca de 1,4 mil delegados representaram os trabalhadores no congresso, dos quais 215 das Ligas Camponesas.

A pauta do congresso preparada pela Ultab foi logo nos primeiros dias derrotada. Em lugar das modernas teses de arrendamento rural e extensão da política salarial ao campo, o grupo de "julianistas"

---

[39] MORAIS, Clodomir Santos de, *op. cit.*, p. 100.

[40] JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas*? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. p. 81.

[41] MORAIS, Clodomir Santos de, *op. cit.*, p. 113.

contagiou todos os delegados com a bandeira da "reforma agrária na lei ou na marra".[42]

Dois trechos da declaração são particularmente significativos, pois sintetizam essa reivindicação:

> A fim de superar a atual situação de subdesenvolvimento crônico, de profunda instabilidade econômica, política e social e, sobretudo, para deter a miséria e a fome crescentes e elevar o baixo nível de vida do povo em geral e melhorar as insuportáveis condições de vida e de trabalho a que estão submetidas as massas camponesas, torna-se cada vez mais urgente e imperiosa a necessidade da realização de uma reforma agrária que modifique radicalmente a atual estrutura de nossa economia agrária e as relações sociais imperantes no campo... A reforma agrária pela qual lutamos tem como objetivo fundamental a completa liquidação do monopólio da terra exercido pelo latifúndio, sustentáculo das relações antieconômicas e antissociais que predominam no campo e que são o principal entrave ao livre e próspero desenvolvimento agrário do país.[43]

Para aplicar a pretendida reforma agrária radical, reivindicavam: desapropriação de terras não cultivadas com área superior a 500 ha que fiquem próximas dos grandes centros urbanos, açudes, ou principais vias de comunicação; indenizações, em longo prazo, das terras desapropriadas; alteração do art. 147 da Constituição, que

---

[42] "... a Ultab viu derrotadas suas modernas teses de reforma das leis de arrendamento rural e de extensão da política salarial e de previdência social urbana às massas rurais. A bandeira da 'reforma agrária radical, pela lei ou pela força' saída dos camponeses das Ligas, contagiou todos os delegados. O congresso, a partir deste momento, não passou de uma série de ruidosas e agitadas manifestações e *'meetings'* políticos que já se haviam iniciado dentro da própria catedral, onde se aplaudia, com 'vivas à reforma agrária radical' e 'morte aos latifundiários' no sermão da missa inaugural do I Congresso Nacional dos Camponeses". Os delegados das Ligas, minoritários, conseguiram transformar esse congresso numa pregação em defesa da Reforma Agrária na lei ou na marra. *Ibidem*.

[43] JULIÃO, Francisco, *op. cit.* p. 82-84.

se refere à indenização de terras desapropriadas; imposto territorial proporcional ao tamanho da terra (e isenção desse imposto à pequena propriedade agrícola); doação das terras devolutas àqueles que nelas quiserem trabalhar; o incentivo à produção cooperativa e facilidades de crédito agrícola.

Nessa reunião deram-se os mais acirrados debates entre o grupo de militantes das Ligas que gravitava em torno de Francisco Julião – os "julianistas" – e os dirigentes da Ultab, que era controlada pelo PCB.

Pela primeira vez, o PCB enfrenta diretamente uma força divergente e a responsabiliza pela ruptura da unidade partidária na região.

A nova bandeira – da reforma agrária radical – repercutiu muito favoravelmente na movimentação do campesinato, passando a demarcar um novo tipo de luta pela terra.

A consigna da reforma agrária estava incluída na plataforma do PCB e dos "julianistas". Os caminhos para persegui-la é que foram diferentes.

O PCB, coerente com sua estratégia global de transformação, buscava levá-la a efeito pela via parlamentar, pela implantação de reformas de base que assegurassem mudanças gradativas, em outras palavras, pelo emprego tático de acumulação de forças:

> A luta pela reforma agrária, nós pensávamos fazê-la pela via política, conquistando naturalmente os postos eletivos para o movimento camponês, aliados com os operários que já tinham representantes na Câmara federal (pelo menos no Sul do país), do movimento estudantil da frente nacionalista, dos deputados patriotas que faziam parte de diversas bancadas, de diversos partidos. Somando tudo isso, e com a pressão do movimento de massas, nós íamos tentar conseguir essa reforma.[44]

[44] Depoimento em 10 de outubro de 1979.

Já os "julianistas", um tanto descrentes dessas táticas, apregoavam a necessidade de realizar o movimento, a exemplo do que havia acontecido em Cuba. Coerentes com aquela proposição de revolução socialista, fundamentam-se no princípio da luta armada, tendo o campesinato como força hegemônica; insistiam na necessidade imperiosa de radicalizar cada vez mais o movimento. Com base principalmente nos escritos de Julião, eivados de misticismo e religiosidade, e também através de alguns depoimentos de ex-militantes, percebe-se toda uma situação mesclada e imprecisa acerca do que consistia propriamente essa radicalidade. Eram radicais porque opunham revolução à reforma,[45] muito embora a reforma agrária fosse uma consigna que expressava a espinha dorsal da luta pela eliminação do capitalismo e instauração do socialismo. Mais que uma reforma, se fazia necessária uma reforma radical, a começar pelo campo.[46] Radicalidade também significava eliminar os dois inimigos fundamentais – o imperialismo e o latifúndio:

> O povo brasileiro pode já tomar uma decisão histórica que elimine para sempre seus dois inimigos mais cruéis – o imperialismo e o latifundiarismo – e que se elevem, num prazo relativamente curto, seus índices de vida, posto que poderá utilizar em benefício próprio todas as riquezas que possui... Queremos a Revolução Brasileira, isto é, a mudança da estrutura política, econômica e social do país. Quem fará essa revolução?... As massas que exigem reformas... Impõe-se, pois, agregar a cada reforma o adjetivo radical, para que seja uma verdadeira reforma...[47]

Juntamente com a apologia à revolução, aparece embutida a ideia da necessidade de reformas radicais e não simplesmente reformas; ambas estavam impregnadas dos acontecimentos de

---

45 JULIÃO, Francisco. *Brasil antes y después*. México: Nuestro Tiempo, 1968, p. 24.

46 *Ibidem,* p. 27.

47 *Ibidem,* p. 53-54.

Cuba, deflagrados a partir da entrada em Havana do exército revolucionário em 2 de janeiro de 1959. A solução encontrada, naquele país, para o campesinato, parece ter influenciado amplamente as lideranças das Ligas, Julião sobretudo, de vez que muitas semelhanças se encontravam entre os trabalhadores da cana-de-açúcar nordestinos e cubanos.

Portanto, à medida que os "julianistas" encaminhavam o movimento para a radicalização, o PCB centrou grande parte de sua força na sindicalização rural.

Em termos nacionais, criaram-se algumas condições à sindicalização rural. Pressionado pelas resoluções do congresso de Belo Horizonte, o governo procurou eliminar os obstáculos ao sindicalismo rural. As pressões e manifestações oriundas do campo eram cada vez mais fortes e mais abrangentes. Dos 22 Estados da União, 18 possuíam Ligas. A origem da fonte pede cautela, e também há que se fazerem algumas correções, mas o registro estatístico do II Exército menciona que havia, em 1963 (2º semestre), 218 Ligas, assim distribuídas:

| | |
|---|---|
| Amazonas | 8 |
| Pará | 8 |
| Maranhão | 12 |
| Piauí | 4 |
| Rio Grande do Norte | 5 |
| Alagoas | 5 |
| Sergipe | 4 |
| Bahia | 7 |
| Minas Gerais | 9 |
| Espírito Santo | 3 |
| Paraná | 11 |
| Santa Catarina | 4 |
| Rio Grande do Sul | 5 |

Mato Grosso ............................ 6
Ceará ....................................... 10
Goiás ....................................... 12
Rio de Janeiro .......................... 14
Paraíba .................................... 15
São Paulo ................................. 15
Pernambuco ............................. 64.[48]

A Ultab (controlada nacionalmente pelo PCB), por sua vez, havia criado representações municipais, as "Uniões de Trabalhadores Agrícolas", que se reuniam nas federações estaduais de quase todos os Estados do Brasil.

Com esses dois organismos atuando na organização legal dos camponeses, várias partes do país foram sacudidas por arrojados empreendimentos como

> a grande marcha de camponeses sobre Brasília (Ligas de Formosa e Tabatinga); levantamento armado de camponeses de Jales, São Paulo (Ultab); a guerrilha camponesa de Prado, Bahia (Ultab); invasão do campo de treinamento guerrilheiro das Ligas, Divinópolis (Goiás), por fuzileiros navais e paraquedistas do Exército; choque armado entre camponeses do município de Pato Branco, e a polícia do Paraná (Ultab); rebelião de camponeses armados de Tocantinópolis, Goiás (Ligas); choques armados entre policiais e camponeses na região de Sapé, Paraíba (Ligas e Ultab), em Buísque, Pernambuco (Ligas), em Mutum e Jaciara, Mato Grosso (Ultab)".[49]

Durante um período de 15 meses subsequentes ao congresso de Belo Horizonte, essas foram algumas das principais manifestações da organização camponesa que pressionaram o governo para que

---

[48] *O Comunismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967, v. 4, p. 380.

[49] MORAIS, Clodomir Santos de, *op. cit.,* p. 121.

tornasse viável a sindicalização rural.[50] Tanto a intensidade quanto a dimensão daqueles acontecimentos revelam à classe dominante a necessidade de tutelar o movimento, como já vinha acontecendo no movimento urbano. Por conseguinte, liberaram-se as amarras que restavam à sindicalização rural no país. Apesar de há muito reivindicada, só veio acontecer no ano de 1963, quando imediatamente se inicia uma grande emulação para fundar sindicatos no campo – atividade predominantemente levada adiante por militantes do PCB.

Pouco antes de 1963, graves problemas minavam a força das Ligas. O ecletismo da liderança não conseguia mais catalizar o potencial mobilizado em torno das Ligas.

Os "julianistas", por sua vez, apregoaram mais acentuadamente a necessidade de radicalizar o movimento. Além da palavra de ordem "reforma agrária na lei ou na marra", juntaram-se outras concitando o uso da violência também por parte dos camponeses.[51]

Confusos por uma liderança desgastada, assustados, os camponeses pareciam temer o emprego da violência, tendendo a aceitar outro tipo de orientação, cujo aspecto dominante era apenas reivindicações de melhores condições de vida; Serviço de Atendimento Médico Domiciliar de Urgência (SAMDU), plano de emergência, tratores e agências do Banco do Brasil, isso tudo parecia dizer muito mais do que "morte aos latifundiários".

---

[50] Morais menciona ainda três fatos como contribuintes, influentes para a superação das dificuldades ao sindicalismo rural. Primeiro, foi a Conferência da OEA, em Montevidéu; segundo, os resultados das eleições favoráveis para governadores estaduais e parte do Parlamento; terceiro, o convite para que as Ligas sediassem o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba. *Ibidem.*

[51] "Durante 200 anos, os proprietários oprimiram, roubaram, surraram e mataram os camponeses; agora, eles estão também começando a ser mortos. Acho que vão começar a recuar, a agir de outra maneira. Por isso, acho que a violência vai diminuir e até acabar... Violência chama violência. Nós não recuamos e os proprietários também não vão recuar. Não tem mais remédio. Agora, a coisa vai ter que ir até o fim, quando um vencerá o outro". *In* CARNEIRO, Mário Afonso, *op. cit.,* p. 75-76.

À medida que as lutas sociais foram se desenvolvendo, o movimento das Ligas chamou para si tarefas sem que houvesse uma liderança preparada politicamente. Não se quer afirmar com isso que até então o movimento estivesse revestido de características pré-políticas. Apenas pretende-se salientar o quanto estavam ultrapassados os objetivos da organização beneficente, que a grande mobilização das massas estaria comprometida se não houvesse mudanças significativas.

Em meio aos graves problemas que corroíam internamente as Ligas, desmobilizando-as, cindindo-as, o PCB propõe a sindicalização rural, coerente com sua estratégia global.

A começar pela entidade mais forte e combativa como a de Sapé, até aquelas relativamente pequenas como a de Pedras do Fogo, quase todas as associações da Paraíba foram transformadas em sindicatos – transformação esta apenas interrompida com o golpe de Estado de 1964. Com essa reorientação, pretendeu-se dar um avanço na compreensão política, pois sua necessidade era justificada a partir da redefinição tanto da base social quanto do nível das reivindicações. Se a Liga Camponesa agregava parceiros, foreiros, pequenos proprietários, trabalhadores de "pontas de rua", o sindicato passou a integrar o trabalhador rural simplesmente. Já no que se refere às reivindicações, inicialmente, suas dez táticas se concentraram no exigir o fim do arbítrio, o fim do cambão; passou-se, em seguida, ao emprego de táticas de institucionalização do movimento – via Código Civil – e, à medida que se aproximam as condições do esfacelamento das Ligas, reivindicam-se sobretudo direitos trabalhistas. Será que com essas transformações se contribuiu para (no desenvolvimento da luta de classes) o despertar da consciência clara e nítida do violento e inconciliável antagonismo que separa o proletariado da burguesia?

Dessa maneira tencionou-se imprimir ao movimento um caráter novo. Novo porque deixou de lado a feição de movimento, para se

inserir no quadro de lutas sindicais – uma vez que a organização sindical é o lugar privilegiado pelos trabalhadores no seu combate pela independência de classe.

Não obstante a sindicalização pretender constituir-se num avanço, um passo adiante na organização da classe, não conseguiu ultrapassar os limites estreitos da luta reformista. Evidentemente, o problema não era a adoção tática de medidas reformistas e sim o fato de que as reformas passaram a ser objetivo final da luta. Não podemos esquecer que o sindicato não se constitui um fim em si mesmo, mas apenas um meio, o campo por excelência de recrutamento político. Não poderá em consequência substituir o partido, a vanguarda.

Ao propor a sindicalização no campo, o PCB retoma o sentido das lutas, mas reproduz suas limitações estruturais. Elas se tornam mais transparentes à medida que analisamos o conteúdo das reivindicações. Liga ou sindicato, não conseguiram propor mais que lutas por melhores condições de vida.

Colocados os principais traços das forças oponentes, é possível vislumbrar quão obstinados, e por vezes sectários, eram os debates políticos nas Ligas entre o PCB e os "julianistas". Tal era o enfrentamento que boa parte da capacidade de argumentação, dos recursos de cada força política, era empregada no combate ao outro grupo, tão vigorosamente como combatiam seus adversários comuns, os proprietários. A disputa era tão acirrada que, folcloricamente, chegou-se a estabelecer uma linha divisória em Sapé. Da cadeia pública em direção ao Café do Vento, mandavam Elizabeth e os seguidores de Julião, da "reforma agrária na lei ou na marra". Da cadeia em diante, seguindo para Guarabira, mandava o pessoal do PCB.[52] Para além do folclore, que é menos importante, podemos vislumbrar já as imensas dificuldades de

[52] Depoimento em novembro de 1979.

levar adiante o movimento da Liga, cindindo internamente a começar pelas lideranças.

Se em Pernambuco era possível estabelecer uma distinção quanto ao encaminhamento das lutas legais – PCB no sindicato e "julianistas" na Liga – na Paraíba isso não ocorreu. Nesse Estado, ambos, aparentemente, empenhavam-se por uma convivência que não rompesse a unidade das massas. Tanto parece ser assim que, nas concentrações e comícios, apareciam num mesmo palanque lideranças das duas forças, como podemos verificar por meio desta nota:

> Comemorando o 4º aniversário de fundação da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Sapé, realizou-se naquela cidade uma grande concentração a que compareceram grande número de camponeses e a líder Elizabeth Teixeira. Discursando, na oportunidade, Elizabeth discorreu sobre a vida de seu marido, João Pedro Teixeira, assassinado por latifundiários, mostrando que só a organização e a união dos camponeses possibilitarão a conquista da reforma agrária radical que libertará o povo brasileiro da miséria e da exploração secular. Outros oradores fizeram uso da palavra, entre eles o representante do deputado Francisco Julião, estudante João Alfredo, que, num brilhante improviso, concitou as massas a marchar na luta pela revolução social redentora, sob a bandeira da reforma agrária radical. João Alfredo combateu com veemência o peleguismo que ora tenta se infiltrar no movimento camponês para amainar a luta no campo a serviço dos grupos econômicos e feudais. Falou ainda o desembargador João Santa Cruz de Oliveira enaltecendo João Pedro Teixeira e apelando para os camponeses continuarem cada vez mais organizados, a fim de conquistar a sua emancipação 'pelas urnas ou pelas armas'. Encerrando a solenidade, discursou o advogado das Ligas Camponesas da Paraíba, Sr. Bento da Gama Batista, que num discurso exaltado conclamou os camponeses para a luta com flores ou com sangue.[53]

[53] Jornal *A Liga*, 20 de fevereiro de 1963, p. 4.

Esta característica – da unidade na diversidade – imprimiu à movimentação junto ao campesinato na Paraíba uma característica singular. Mas unidade era só aparência. A cisão interna tinha raízes estratégicas e táticas.

Com referência ao radicalismo, ele foi considerado por muitos o principal traço diferenciador entre "julianistas" e o PCB, ou seja, entre a proposição das Ligas e do PCB através dos sindicatos. Justificavam os primeiros a necessidade do radicalismo para melhor catalizar o potencial revolucionário das massas camponesas, pois radical possuía significado idêntico que revolucionário.

Opondo reforma à revolução, os "julianistas" delinearam-se como um grupo anti-PCB, primeiramente, porque aderiram à teoria da guerra de guerrilhas[54] e, em segundo lugar, porque viram suas teses agraristas derrotadas no V Congresso do PCB, em 1960.[55] A ruptura definitiva, todavia, só veio a se realizar no I Congresso de Belo Horizonte, em 1961. Opondo-se ao PCB, o grupo vai buscar na organização um elo de fortalecimento. As Ligas estavam estremecidas, e porque não dizer enfraquecidas, na sua força e poderio. Como medida "salvacionista", Francisco Julião se empenha na organização do movimento: "Massas unidas e organizadas" era sua palavra de ordem.

Integrando o esforço geral dos "julianistas" para impregnar o movimento de organização e também para fugir um pouco à orientação localizada de alguns líderes, foi criada a Federação das Associações de Trabalhadores Rurais, órgão centralizador e diretivo de âmbito estadual. Essa foi a segunda tentativa de imprimir ao movimento camponês uma vida organizada.

---

54 Ou mais precisamente a ala que procurou preparar a guerrilha.

55 Muito embora a derrota do grupo agrarista, é conveniente lembrar que a temática predominante desse congresso girou em torno do camponês. *In PCB: Vinte anos de política,* 1958/1979, p. 39.

A vida dessa federação refletiu não só a coexistência das forças divergentes, mas sobretudo a acirrada luta pela conquista do poder hegemônico. Sua criação ocorreu em 25 de novembro de 1962, e desde então dela fizeram parte elementos do PCB. O deputado Assis Lemos foi o primeiro presidente, sendo substituído por Elizabeth Teixeira em 25 de novembro de 1963.[56] A eleição, que a conduziu à presidência estadual da Liga, teve efeito na assembleia de Santa Rita, quando os delegados se empenharam na reestruturação do movimento no sentido de torná-lo, propriamente, um movimento de camponeses.[57]

Sua eleição marcou significativamente a história das Ligas porque foi um dos primeiros resultados da mobilização, cujo objetivo era que o comando se constituísse de camponeses, passasse a ser exclusivamente de camponeses. Justificavam eles que "já atingiram o nível para poder dirigir-se a si próprios". Essa força deu grande impulso a que se procedesse urgente reestruturação no movimento, como se pode depreender do trecho da nota:

> A eleição da brava camponesa teve efeito no dia 25 último, quando, no vizinho município de Santa Rita, delegados de várias Ligas decidiram reestruturar o movimento camponês deste Estado... A decisão tomada

[56] Elizabeth projetou-se no movimento depois do assassinato de João Pedro. Inicialmente colocada na direção das Ligas apenas para manter na memória a figura do grande líder, a fim de fortalecer o movimento, ela surpreendeu a todos com a capacidade de liderança, sua impressionante coragem. Ainda que, no princípio, tivesse sido orientada por militantes do PCB, Elizabeth, na Paraíba, destacou-se como uma das mais importantes figuras entre os "julianistas". Sua ascensão como líder foi bastante rápida. Já em outubro de 1962, ela se candidata pela legenda do PSB a deputada estadual. Pretendia-se, com isso, transformá-la num modelo eleitoral. Sua campanha foi bastante tumultuada, o seu despreparo político era muito grande, assim como também era grande o grupo que se manifestou contrário à sua candidatura. Nessa eleição, ela recebeu somente setenta e cinco votos contra mil e um para Assis Lemos, ambos apoiados pela Liga. CARNEIRO, Mário Afonso, *op. cit.,* p. 74.

[57] Jornal *A Liga*, 4 de dezembro de 1963.

na reunião de Santa Rita foi resultado de um balanço do trabalho feito até agora na organização das massas camponesas paraibanas, sem esquecer naturalmente os resultados obtidos em outros Estados. A unanimidade dos delegados presentes concluiu ser necessária imediata reestruturação do movimento sob pena de estagná-lo ou de permitir que os pelegos do campo que se forjam atualmente desviem as Ligas dos seus objetivos naturais: a luta pela reforma agrária radical e a organização independente das massas camponesas.[58]

Essa iniciativa – marcadamente anti-PCB – visando devolver o movimento camponês ao camponês, possuía outros alvos. Em primeiro lugar, parece que, com ela, pretendia-se descartar e descaracterizar a presença de uma vanguarda no movimento – negando o papel do partido proletário como dirigente político, negando também o setor consciente do movimento político e afirmando, consequentemente, a possibilidade de a base se constituir como dirigente da luta de classes.

Ao pretender devolver o movimento camponês ao camponês, esquecia-se, também, de outro princípio fundamental da teoria política, pois Lenin já havia teorizado sobre a impossibilidade de o movimento desenvolver-se a partir de dentro, baseando-se apenas nas lutas econômicas. A consciência política de classe advém fora da luta econômica, fora do campo das relações entre operários e patrões.[59]

---

[58] *Ibidem.*

[59] LENIN, V. I. *Obras Escogidas, em doce tomos*: *1902-1905*. Moscú: Progresso, 1975. v. 2. p. 75-76.
"A luta econômica faz pensar os operários somente nas questões concernentes à atitude do governo diante da classe operária; por isso, por mais que nos esforcemos em 'dar à luta econômica mesma um caráter político' jamais poderemos, nos limites dessa tarefa, desenvolver a consciência política dos operários (até o grau de consciência política socialdemocrata), pois os próprios limites são estreitos. A fórmula Martinov... é valiosa porque põe em relevo o erro fundamental de todos os 'economistas': o convencimento de que se pode desenvolver a consciência política de classe dos operários a partir de dentro, por dizer assim, de sua luta econômica, ou seja, partindo só (ou, ao menos, principalmente) dessa luta, baseando-se só (ou, ao menos, principalmente) nessa luta. Semelhante opinião é errônea pela raiz".

A prática demonstrou o equívoco, pois nem o esforço dos camponeses para se dirigirem a si próprios, nem o empenho para se organizarem, radicalizando o movimento, conseguiram deter as forças que minaram as Ligas Camponesas. Muito embora a cisão não fosse criada pelo PCB e "julianistas", ambos a teorizaram. É por isso que, já bem antes do golpe de Estado de 1964, o movimento das Ligas caminhava para a desmobilização, para o esfacelamento.

## ESQUERDISMO, O ÚLTIMO ATO

Mais ou menos em 1963, os "julianistas" estavam cientes de que as Ligas Camponesas haviam deixado de existir com sua feição beneficente e haviam se transformado em núcleos de catalização política, para os quais estavam muito despreparados.

Segundo consta em seus documentos, uma grave crise acometia as Ligas Camponesas, a qual era manifestação daquelas novas exigências. Também a situação nacional, tida como "revolucionária", contribuía para a crise, denunciando a inexistência de uma direção segura, de uma organização disciplinada e, fundamentalmente, de uma política unitária.

Para resolver essa crise, os "julianistas" criaram um organismo político baseado nos princípios do centralismo democrático e na teoria marxista-leninista de organização – contrariamente ao empenho do PCB, que fundava sindicatos –, o Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil (CNLCB).[60]

É desse conselho que sairá a decisão de fundar um órgão encarregado da organização política, cuja tarefa principal será a de se constituir uma vanguarda do movimento.

---

[60] Tendo como referência o desempenho das Federações Estaduais das Ligas Camponesas, estruturou-se o Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil. Integrado, quase que exclusivamente, por elementos divergentes do PCB: elementos anti-PCB, mas que não haviam se filiado a outro partido ou organização; do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), 1962; e também da Política Operária (Polop).

Através da resolução tirada na conferência de Recife, ocorrida em 3 de outubro de 1963, as Ligas se estruturam num corpo único, que passou a ser conhecido como Ligas Camponesas do Brasil.[61]

Do seu programa básico, constavam fundamentalmente as reformas radicais, tanto urbanas quanto rurais; seus princípios, o centralismo democrático e a forma leninista de organização; seu objetivo, a organização, a educação política, a concretização de uma política unitária que pusesse fim ao fracionismo, ao aventureirismo e a instabilidade da linha política.

Uma das medidas táticas adotadas para consolidar a reestruturação foi a realização de cursos de capacitação, a fim de incrementar a teoria política à prática dos militantes das Ligas. Vários deles foram realizados sendo ministrados princípios de: "História da luta de classes, noções de Economia Política, a Revolução Brasileira, a organização de tipo leninista, agitação e propaganda, e prática do funcionamento das organizações de tipo leninista"[62] – daí porque o movimento de reestruturação ficou sendo conhecido como lenização do movimento[63] (ver anexos).

---

[61] *"...o Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil resolveu, por unanimidade, criar a Organização Política das LCB e, para tanto, elaborou e aprovou os seus estatutos.* Esse passo, de grande significação histórica e política para o movimento camponês brasileiro, e de repercussão nas demais classes e camadas sociais do país, provém de uma apreciação das condições objetivas e subjetivas que influem na Revolução Brasileira e, ademais, de uma aprofundada análise crítica e autocrítica do trabalho de arregimentação das massas que se reúnem em torno das Ligas Camponesas do Brasil... Tornou-se urgente, inadiável, intransferível a criação de uma vanguarda, de uma organização política unitária, disciplinada, e de funcionamento com base no centralismo democrático e na forma leninista de organização". *In* jornal *A Liga*, 18 de março de 1964, p. 5.

[62] MORAIS, Clodomir Santos de, *op. cit.,* p. 126.

[63] A leninização, segundo Morais, é fruto do trabalho dos militantes comunistas afastados do PCB, sem que se considerem como tais (aguardavam o veredicto final do Comitê Central do PCB sobre a expulsão), não tinham pensamento de criar outro partido; eles se limitaram a seguir disciplinada e organizadamente os princípios leninistas de organização. *In Ibidem*, p. 125.

Com a criação desse organismo, que aliás já vinha sendo objeto de consideração há algum tempo,[64] parece que se pretendia dar vida nova às Ligas, notadamente, coordenar as ações da base e consolidar uma vanguarda revolucionária. Noutras palavras, advogavam a necessidade de se criar uma força política – um partido, talvez – suficientemente forte que viesse a se contrapor ao reformismo do PCB.

Essa proposta de reestruturação ocorreu num momento de ascenso do sindicalismo rural, num momento em que o PCB (e em alguns lugares a Igreja) jogou toda sua força praticamente na criação e sedimentação de sindicatos rurais. Também deu-se num período em que "as massas do campo" estavam, cada vez mais, escapando ao controle de Francisco Julião.

Da proposta há que se mencionar, fundamentalmente, a análise feita por Francisco Julião, que conclamava todos à unidade partidária, aspecto básico da reestruturação.

No texto, considerado o marco dessa reestruturação, ele reafirmou, mais uma vez, o imperativo de radicalizar o movimento; estabeleceu como inconciliáveis reforma e revolução, em que radical e revolucionário não eram considerados mais que sinônimos; conclamou as forças revolucionárias em torno de um programa radical:

> Para levar adiante todo esse programa é preciso reunir e organizar as massas em torno de um movimento amplo e dinâmico, capaz de atrair e ganhar as forças populares dispersas, que não têm rumos definidos e que no campo, nas fábricas, nas escolas e nos quartéis buscam solução a todos seus problemas. Essa organização será o Movimento Unificado da Revolução Brasileira (Murb). Como todo movimento patriótico, deve ter uma bandeira: o pavilhão nacional. E deve ter também um hino: o hino da Independência. Nada expressa

[64] Padre Alípio é um importante batalhador da criação da OP. *Ibidem.*

> melhor os acenos de liberdade de nosso povo que este hino cantado nas escolas e quartéis, esse hino vibrante e forte que exalta a pátria e a liberdade, pelas quais oferece a vida. O Patrono Nacional do Movimento será Joaquim José da Silva Xavier, o alferes Tiradentes, vítima do colonialismo lusitano.
>
> Sob a sombra da bandeira nacional, com o hino da Independência e sob a inspiração de Tiradentes, o Movimento Unificado da Revolução Brasileira (Murb) se constitui numa organização de caráter político-patriótico, capaz de congregar os melhores filhos de nosso povo, independentemente de sua condição social, ideológica e religiosa, que estão dispostos a libertar o Brasil do atraso e da miséria, instaurando uma nova República, inspirada na vontade das massas.[65]

Apesar de enfatizar a unidade, como questão nevrálgica da superação da crise no movimento das Ligas (e não só nelas, mas também nos movimentos urbanos), com essa tese vaga e imprecisa, Francisco Julião não consegue reascender o movimento: perdera sua capacidade de liderança. O que restou foi uma posição marcadamente anti-PCB. Em consequência, a unificação, inviável estratégica e taticamente, não passou de uma intenção. A questão da unidade, em princípio, não passou de mais uma contribuição à cisão interna; em vez de combater o fraccionismo, alimentou-o, reforçando posições dos dissidentes do PCB.

Muito embora a leninização tivesse representado um esforço inegável de contribuição à politização – a instrumentalização teórica é sem dúvida um aspecto positivo – o efeito negativo é maior. Os acenos ao radicalismo, o esquerdismo de toda ordem não conseguiram reativar as Ligas.

No conjunto dos movimentos da esquerda dos anos de 1960, elas acabam isoladas, expondo com isso todo o oportunismo e o

[65] JULIÃO, Francisco, *op. cit.,* p. 60.

reformismo que permearam suas análises, proposições e encaminhamentos de luta. Afinal, elas representaram, em grande medida, a injusteza das análises da luta política de uma vanguarda que se pretendia revolucionária, o PCB.

As Ligas, no fundo, refletiam a própria imagem do partido, da vanguarda.

# III – CAOS NO CAMPO (1972)*

Joseph A. Page

A estrada principal, em direção ao sul, parte, no Recife, de um dos lados do aeroporto dos Guararapes e corre paralelamente ao litoral, atravessando o que os nordestinos otimistas chamavam, em 1963, de "parque industrial". Poucas indústrias tinham se localizado ali, mas haviam sido feitos muitos planos e foram despertadas muitas esperanças. Antecipando o futuro desenvolvimento industrial, o governo estadual tinha até iniciado um projeto de construção de casas nos morros por trás do aeroporto. Um cartaz desbotado dá publicidade à contribuição de recursos por parte da Aliança para o Progresso.

Um posto fiscal na estrada marca o limite dos subúrbios do Recife e uma mudança na topografia. Algumas manchas de vegetação interrompem uma longa extensão de terra arenosa semelhante a um deserto. Então os canaviais fazem sua inevitável aparição, um

* PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: O Nordeste do Brasil, 1955-1964.* Rio de Janeiro: Editora Record, 1972. Editado conforme o original – p. 179-201. Texto gentilmente liberado para esta edição.

denso e macio tapete verde cobrindo os morros. Num local onde a estrada passa entre dois morros altos, cobertos de talos, dizem que aparece à noite o fantasma de um trabalhador negro de um engenho próximo assustando os descuidados motoristas. A estrada sai dos canaviais, passa por uma grande fábrica de borracha sintética e volta-se suavemente em direção à cidade do Cabo.

Um fluxo de visitantes fez a viagem do Recife ao Cabo em 1962 e 1963, pois a Igreja católica, que havia tolerado a pobreza e a injustiça no interior durante séculos, tinha reagido rapidamente ao clamor de Julião pela revolução e movimentara-se para neutralizar o apelo das novas Ligas Camponesas. A resposta da Igreja a Julião foi o padre Antônio Melo, o jovem pároco do Cabo.[66]

O padre Melo, proveniente de uma família de 15 filhos, era um nordestino, natural do pequeno e modesto Estado de Sergipe, na parte sul da região. Ele havia sido designado para trabalhar no Cabo em 1961, quando o governador Cid Sampaio estava fazendo os preparativos para um dos seus projetos favoritos, a construção de uma fábrica que, para fabricar borracha sintética, utilizaria o álcool, um subproduto da indústria do açúcar no Nordeste. Os recursos da Aliança para o Progresso, bem como investimentos de várias companhias estadunidenses, ajudaram a tornar possível essa aventura que criaria uma nova indústria e novos empregos para a região, bem como novos mercados para os donos das usinas. (Tais esperanças continuam irrealizadas até a presente data.) A fábrica seria construída no lugar de uma usina. O governo estadual tinha prometido tomar conta dos camponeses que seriam desalojados, mas o bispo a que o padre Melo era subordinado teve a inteligência de prever que tais promessas não eram feitas para serem cumpridas e, portanto, designou o jovem padre para zelar pelos interesses dos camponeses.

[66] A ascensão à proeminência de padre Melo está descrita por Mauritônio Meira em "Nordeste: a revolução de Cristo", *O Cruzeiro*, 2 de dezembro de 1961, p. 28.

Foi uma sábia resolução que colocou a Igreja na base de um problema social sério, pois o governo estadual, como fora previsto, voltou atrás nas suas promessas e começou a forçar os camponeses a deixarem suas casas mediante o recibo de um pagamento nominal irrisório. O padre Melo protestou sem êxito. Então, tentou algo mais dramático: foi às casas dos camponeses, encorajou-os a resistir à expulsão e anunciou que bloquearia fisicamente a polícia na próxima vez que esta tentasse expulsar um camponês. A sua tática funcionou. O governo estadual desistiu, declarando por escrito que os camponeses poderiam permanecer no local até que fossem encontradas casas apropriadas para eles. Com a publicidade gerada pelo incidente, o padre Melo tornou-se um herói nacional. Ele continuou a trabalhar com os camponeses e dentro de pouco tempo estava competindo com Julião.

Uma visita feita ao Cabo em meados de 1963 revelou-nos um padre Melo em plena forma e até um pouco desconcertante, mesmo para alguém prevenido sobre suas excentricidades. Sua casa paroquial era anexa à igreja e servia também como sala de recepção e refeitório. A um canto do grande salão escassamente mobiliado, havia uma rede na qual o jovem padre de 29 anos se deitou, sem o menor vestígio de acanhamento. Ele começou a se balançar em ritmo vigoroso, reforçando com a expressão do seu rosto e de suas mãos delicadas o tom emocionado de sua voz.

– A estrutura agrária está velha. Não tem havido qualquer mudança desde os tempos coloniais. O velho sistema é a causa de nossa pobreza. O problema é mudar a estrutura. Se o Congresso não aprovar uma lei de reforma agrária, haverá uma convulsão social da qual participarão todos os grupos.

A rede rangia suavemente enquanto as palavras jorravam, com vigor, mas sem pressa. Os únicos sinais visíveis de excitação eram o brilho do seu olho esquerdo (o olho direito era nublado), uma elevação no timbre de sua voz e uma tendência a bater nas pernas de seus ouvintes.

– As terras que não estão produzindo deveriam ser confiscadas pelo governo e distribuídas entre os camponeses.

Ao ser interrogado quanto à indenização aos proprietários das terras, ele quase saltou da rede.

– Pagar? Por quê? Para quê? É contrário à doutrina social da Igreja permitir que um latifundiário fique com terras que não produzem, enquanto ao seu redor os camponeses passam fome.

Ele observou, à parte, que o príncipe Rainier possuía um enorme pedaço de terra ociosa no Brasil central, e caracterizou Julião como "o despertador que nos acordou para o problema, porém com intuitos políticos e não para encontrar uma solução". Depois, colocou ambas as pernas dentro da rede e ficou deitado de lado.

– *O The New York Times* esteve aqui para me entrevistar e também me filmaram para a televisão estadunidense.

A entrevista retomou um tom mais sério.

– O Presidente Kennedy, sim, é um verdadeiro cristão – disse ele, sentando-se subitamente e reassumindo o seu balançar compassado. – Mas os capitalistas de Wall Street controlam o Congresso e querem manter a América Latina escravizada. Querem continuar a tirar os seus lucros do Brasil.

O padre Melo concluiu com uma declaração:

– Eu sou tanto contra o capitalismo como contra o comunismo. Sou a favor de uma forma de governo socialista, como o de Israel, o da Iugoslávia e o da Suécia.

A essa altura ele falou para o quarto vizinho e vários camponeses entraram no salão. Eles apanharam uns papéis que estavam sobre uma escrivaninha no canto da sala e formaram um grupo. A um sinal do padre Melo, começaram a cantar, nasaladamente, mas com determinação: "Camponês, avança na batalha...". Padre Melo sorriu com aprovação.

– É o Hino do Camponês. Letra e música de Aureliano Vicente Silva, que também é camponês – anunciou ele quando o

canto terminou, balançando a cabeça na direção de um homem de cabelo encarapinhado, cujo rosto barbado se abriu num sorriso de acanhamento.

– Ele é protestante – interferiu outro camponês solenemente – mas toca órgão na igreja para o padre Melo.

Os meios de comunicação brasileiros, sempre rápidos em criar e explorar novos "astros", fizeram do esperto padre Melo um símbolo do padre rural radicalizado. O padre não se esquivou à projeção. Em 1961, declarou que era "meramente um acendedor de fogueiras".[67] Ao testemunhar, em Brasília, perante uma comissão federal que investigava as Ligas Camponesas em 1962, ele insistiu que os responsáveis pela violência no campo não eram os camponeses, mas os "reacionários".[68] Após a eleição governamental em Pernambuco, ele negou vigorosamente que Miguel Arraes, a quem ele tinha apoiado, fosse comunista.[69] Apesar de professar publicamente preocupação acerca de relatórios sobre o uso de violência pelas Ligas Camponesas, as suas relações com Julião eram cordiais. Após sua bem-sucedida defesa dos camponeses contra o governo estadual, o chefe das Ligas Camponesas o visitou para parabenizá-lo, visita esta que recebeu bastante publicidade da imprensa.[70]

Em alguns lugares, a postura do padre Melo suscitou reações nada simpáticas. Em fevereiro de 1963, um dos direitistas mais causticantes incluiu o nome do jovem padre numa lista de católicos proeminentes que ele acusou de serem "criptocomunistas".[71] No Cabo, um proprietário de terras enraivecido ameaçou crivar sua batina de balas. Outro proprietário disse a um oficial estadunidense que a maior ameaça de subversão não vinha do Partido Comunista,

---

[67] *Jornal do Commércio*, 12 de novembro de 1961.

[68] *Idem.,* 6 de maio de 1962.

[69] *Hispanic American Report* (vol. 15, dezembro de 1962), p. 962.

[70] Meira, *op. cit., supra*, nota 1.

[71] *Jornal do Commércio*, 16 de fevereiro de 1963.

que pelo menos era visível, mas de "padres vermelhos" como o padre Melo, que estavam subvertendo o sistema, de dentro, defendendo a "praga" da reforma agrária.

A verdade sobre o assunto, no entanto, serve como um comentário acerca da mentalidade desesperadamente retrógrada dos proprietários de terras. Pois o padre Melo não comungava com os elementos esquerdistas da Igreja, os quais viam as mudanças radicais como a única solução para os problemas do Brasil, e trabalhavam com líderes como Miguel Arraes e com comunistas conhecidos – na verdade, com qualquer pessoa tentando reestruturar a sociedade brasileira. O padre Melo era o representante mais loquaz de um grupo de padres jovens que procuravam desviar o movimento trabalhista rural dos objetivos estabelecidos por Julião e outros. A influência exercida por esses padres foi, pelo menos em curto prazo, profundamente contrarrevolucionária, fato este devidamente notado por agentes secretos em Washington. O padre Melo fez uma barulhada marxista,[72] embora, na maioria das vezes, soasse mais como Harpo e Chico do que como Karl, mas no final de 1963 ele estava abertamente aceitando dinheiro do ultraconservador Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), denunciando Miguel Arraes e proclamando seu apoio às ambições presidenciais de um político da ala direita,[73] descrito pelo jornal *New Republic* como um candidato "do leite, da maternidade e da bandeira estadunidense".[74]

O interesse da Igreja católica pela angustiosa situação dos camponeses nordestinos refletia os esforços pioneiros de um bispo no Rio Grande do Norte.[75] Durante os anos da década de 1950, ele fundara

---

72 Ele ainda está fazendo barulho marxista. Vide Antônio Melo, *The Coming revolution in Brasil* (Exposition Press, New York, 1970).

73 Vide Callado, *op. cit., supra,* Cap. 1, nota 4, p. 50-53.

74 *New Republic,* 4 de janeiro de 1964, pp. 10-11.

75 Sobre o trabalho do bispo Eugênio Sales, *vide* Pearson, *op. cit., supra,* cap. 3º, nota 4, p. 149-150.

uma organização conhecida como Serviço de Assistência Rural, que executava programas de educação e de saúde no interior, começando a organizar os trabalhadores rurais em sindicatos. O SAR declarou-se livre de quaisquer ligações políticas, mas era explicitamente anticomunista e não procurava mudanças radicais na estrutura socioeconômica do campo. Os sindicatos tentavam ajudar os trabalhadores rurais a defender seus direitos legais e a levar a cabo uma reforma agrária suave. As condições no interior do Rio Grande do Norte não eram tão cruéis quanto as de Pernambuco, um fator que contribuiu para a popularidade e o sucesso dos programas do bispo (apesar de os proprietários rurais resistirem ao que ele estava tentando fazer).

Enquanto isso, em Pernambuco, a Igreja observava, alarmada, as atividades de Julião e de suas ligas. Os clérigos tradicionalistas se contentavam em manter a identificação da Igreja com os donos de terras e denunciar a difusão do "comunismo" no interior. Mas os elementos progressistas, especialmente entre os padres jovens influenciados pelas Encíclicas do papa João XXIII, reconheciam que uma abordagem mais positiva seria necessária. Alguns deles tinham visitado o Rio Grande do Norte e visto com admiração o trabalho do Serviço de Assistência Rural. Em 25 de julho de 1961, portanto, 25 padres pernambucanos se reuniram para discutir a crescente agitação política no campo e decidiram que a forma mais efetiva de enfrentar o problema seria organizar sindicatos rurais.

A essa altura, o *status* legal dos trabalhadores rurais não era muito claro. Em 1943, as leis do salário mínimo foram alteradas para incluir os trabalhadores rurais; mas nunca foram cumpridas, pelo menos no Nordeste.[76] Outras leis trabalhistas afetando todos

[76] Fontes de observação sobre legislação de trabalho rural incluem Robert E. Price, *Rural Unionization in Brazil* (Land Tenure Center, University of Wisconsin, Madison, Wis., nº 14, agosto de 1964); *Land Tenure Conditions*, *op. cit., supra,* cap. 1º, nota 4, p. 297-332.

os trabalhadores eram teoricamente interpretadas como aplicáveis aos trabalhadores rurais, mas na prática também eram ignoradas. Em 1944, entrou em vigor uma legislação que sancionava a formação de sindicatos rurais. Uma vez reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, esses sindicatos supostamente tinham o mesmo *status* legal que os sindicatos urbanos. Mas a situação política no campo estava tão desequilibrada que era ao mesmo tempo inútil e perigoso encorajar a formação de tais organizações camponesas. Realmente, quando os padres pernambucanos realizaram seu encontro, existiam apenas cinco sindicatos rurais reconhecidos em todo o Brasil.

Mesmo assim, os jovens padres tinham certeza de que um movimento trabalhista rural organizado dentro dos quadros que a lei teoricamente fornecia poderia, com efeito, contrapor-se às forças que Julião havia desencadeado no interior. Portanto, eles começaram a trabalhar.

O padre Melo tornou-se uma combinação de chefe, intérprete e ministrador de carisma entre os camponeses. Mas o cérebro por trás da operação era um mulato gordo e cheio de energia, o padre Paulo Crespo. Os dois homens trabalharam bem em conjunto (pelo menos nesse período inicial), o padre Melo cabriolando para lá e para cá no foco da publicidade e o padre Crespo estruturando uma organização por trás do pano.

A chave do seu movimento era o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (Sorpe), um órgão patrocinado pela Igreja e modelado de acordo com o Serviço de Assistência Rural do Rio Grande do Norte, o qual se destinava a encontrar líderes camponeses e treiná-los no sindicalismo cristão.[77] Estes líderes camponeses seriam usados para organizar sindicatos rurais que seguiriam as diretrizes do Sorpe. Os novos sindicatos procurariam uma solução

[77] Informação sobre o Sorpe foi obtida através de entrevistas com o padre Crespo e membros de sua equipe no Recife, em junho e julho de 1963.

harmoniosa para as diferenças existentes entre os camponeses e os donos de terra, e entre os trabalhadores do açúcar e os usineiros, como uma alternativa preferível ao conflito de classes. Eles também encorajariam, como meio de melhorar a situação do camponês, a formação de cooperativas, assim como o fornecimento de serviços legais e outros necessários.

O padre Crespo enfatizou a distinção entre os novos sindicatos que o Sorpe estava organizando e as Ligas Camponesas de Julião:

> As Ligas Camponesas, por si sós (...) não constituem o melhor instrumento para solução do problema dos camponeses. Pela sua constituição, elas se assemelham mais de perto a uma sociedade beneficente, sem objetivos positivos. São mais uma organização paternalista do que uma sociedade em que os próprios camponeses lutam pelo seu desenvolvimento... No meio de todas essas contradições, surgiu o movimento sindicalista rural, como uma força de pressão, para o aperfeiçoamento da nossa democracia. É a última esperança para o camponês...[78]

É necessário notar que, apesar desses altos sentimentos, a abordagem do sindicalismo rural pelo Sorpe desenvolveu um paternalismo próprio. Os jovens advogados que se juntaram ao movimento dentro de pouco tempo assumiram posições de liderança, e tanto o padre Crespo quanto o padre Melo nunca demonstraram qualquer inclinação para entregar aos líderes camponeses que estavam treinando o controle geral das forças que haviam posto em ação.

Tampouco sabiam que estavam recebendo apoio da Agência Central de Informações americana. O jovem agente da CIA que trabalhava como técnico da Liga Cooperativa (Clusa) tinha se movimentado de modo rápido e silencioso para desenvolver contatos estreitos com o Sorpe e com o padre Crespo. Dentro de pouco tempo ele estava canalizando recursos da CIA para dentro do movimento a

---

[78] Citado em Prince, *op. cit., supra,* nota 11, p. 50-51.

fim de ajudar no pagamento de salários e despesas do Sorpe e atrair pessoas que, de outro modo, poderiam não ter contribuído com seus esforços para o sindicalismo rural. Ele também trabalhou de maneira efetiva com as pessoas do Sorpe para estimular os novos sindicatos rurais e fundar cooperativas que poderiam fornecer uma ampla variedade de serviços agrícolas. Essas cooperativas futuramente produziram benefícios materiais para os seus membros. Mas de maior importância para os interesses da segurança dos Estados Unidos foi o fato de que sua organização e sua administração desviaram os líderes camponeses das lutas políticas no interior pernambucano, onde eles poderiam ter sido envolvidos nos esforços para obter modificações radicais no *status quo.* Embora tenha sido utilizado o descontentamento para convencer os camponeses a formar as cooperativas, o movimento cooperativista nunca negou sua aceitação das estruturas políticas e econômicas existentes. Certa vez, o próprio homem da CIA-Clusa observou: "Ao convencer o camponês de que a miséria de sua condição é desnecessária, deve-se tomar o cuidado de não empurrá-lo até o extremo da revolta contra as autoridades e os interesses constituídos que o têm mantido no seu estado atual". Ao todo, a estratégia da CIA de financiar o Sorpe e de estabelecer cooperativas agrícolas foi uma ação bem concebida e bem executada para ajudar a reduzir o potencial revolucionário do movimento trabalhista rural em Pernambuco.

O governo federal não se mostrava de forma alguma satisfeito com o que os padres estavam fazendo, especialmente quando o pessoal do Sorpe tentou obter reconhecimento do Ministério do Trabalho para os sindicatos rurais que estavam organizando. De acordo com as leis brasileiras, somente era permitido um sindicato de trabalhadores rurais em cada município. Assim sendo, o reconhecimento oficial de um sindicato filiado ao Sorpe significava que os padres mantinham monopólio sobre as atividades legalmente sancionadas do sindicato dentro do município inteiro.

Em maio de 1962, realizou-se na Bahia o I Congresso de Trabalhadores Rurais do Norte e do Nordeste. Os representantes dos sindicatos controlados pela Igreja dominaram a reunião, que os comunistas depois acusaram de ter sido patrocinada e financiada pelos grandes proprietários rurais.[79] O Ministro do Trabalho aproveitou a ocasião para reconhecer 23 novos sindicatos rurais, cinco dos quais estavam localizados em Pernambuco. Em junho, uma parte dos sindicatos de Pernambuco se uniu para formar uma federação de sindicatos rurais, de âmbito estadual, que, em outubro, obteve reconhecimento do Ministério do Trabalho.[80] A federação estava sob o firme controle do padre Crespo e de seus associados do Sorpe.

Enquanto os padres organizavam sindicatos no Nordeste, o Congresso Brasileiro estava debatendo a reforma agrária. O problema subitamente havia se tornado muito popular em nível nacional – fato notável, tendo em vista que, apenas uns poucos anos antes, a "reforma agrária" era considerada um tópico "subversivo", que não podia ser discutido em ambientes polidos. Políticos, do presidente Goulart para baixo, estavam agora falando, em alto e bom som, sobre a necessidade de uma solução para os problemas rurais brasileiros. É claro que cada um tinha uma solução diferente e a Constituição federal ainda proibia a desapropriação de terras particulares sem indenização total e imediata, tornando portanto impossível ao governo acabar com as grandes propriedades no interior.

Mas uma coisa estranha ocorreu no dia 2 de março de 1963. O Congresso brasileiro aprovou uma lei do trabalhador rural bastante ampla. A lei estipulava os vários direitos e benefícios

---

[79] *A Hora*, 16 de junho de 1962.

[80] *Vide* Cynthia N. Hewitt, "Brazil: The Peasant Movement of Pernambuco, 1961-64", *Latin American Peasant Movements*, H. Landsberger, ed., (Cornell University Press, Ithaca, N.Y., 1969), p. 374. O estudo de Hewitt, baseado principalmente no Nordeste após o golpe de 1964, é importante fonte de informação, devendo ser visto como um lado da história.

garantidos aos trabalhadores rurais e formalizava os direitos e responsabilidades dos sindicatos de trabalhadores rurais. Foi a primeira legislação federal a tratar exclusivamente dos trabalhadores rurais, mas não provocou muita reação.[81] Talvez a falta de entusiasmo fosse devida ao fato de ela repetir coisas que já haviam sido objeto de legislação anterior (tais como a aplicação da lei de salário mínimo ao trabalhador rural). Além disso, a lei não dava cobertura a todas as classes de trabalhadores rurais encontrados no interior. Talvez também as pessoas tivessem admitido que a nova lei sofreria a mesma sorte de outras leis semelhantes, que nunca tinham sido aplicadas.

Entretanto, a nova lei veio a ser altamente significativa. Ao assumir o governo de Pernambuco, Miguel Arraes realizou algumas mudanças surpreendentes. Deu ordem à polícia estadual para se manter neutra em disputas entre camponeses e proprietários de terras. Estes, privados dos seus aliados tradicionais, reclamaram em altos brados. A 10 de abril de 1963, uma associação de proprietários fez publicar, em página inteira de um jornal do Recife, uma carta aberta ao governador, na qual eram enumerados atos de violência que alegavam terem sido cometidos pelos camponeses em semanas anteriores.[82] No dia seguinte, em resposta, Miguel Arraes fez publicar, em página inteira do mesmo jornal, uma lista de todos os atos de violência alegadamante cometidos pelos proprietários contra os camponeses durante o mesmo período de tempo.[83] Era grande novidade em Pernambuco o reconhecimento oficial dos problemas de lei e ordem do lado dos camponeses. Ao descobrirem que uma fonte de intimidação contra eles havia sido removida, os

---

[81] *Vide* Caio Prado Jr., "Marcha da Questão Agrária no Brasil", *Revista Brasiliense*, janeiro e fevereiro de 1964.

[82] *Diário de Pernambuco*, 10 de abril de 1963.

[83] *Idem.*, 11 de abril de 1963.

camponeses criaram ânimo para se organizar e exigir seus direitos legais com ainda maior vigor.

Além disso, Arraes decidiu que a lei do salário mínimo na zona açucareira deveria ser observada, e usou toda a sua influência para forçar os proprietários de engenhos e usinas a cumprir suas obrigações legais, e não apenas fingir que as observavam. Isso também contribuiu para o crescimento dos sindicatos rurais, que podiam agora pressionar os proprietários e assegurar benefícios financeiros reais para os seus membros.

À medida que os sindicatos rurais começaram a assumir uma nova importância na zona açucareira, tornou-se cada vez mais óbvio que os padres tinham se adiantado a todo mundo, visto que já vinham organizando sindicatos há muito tempo. Políticos esquerdistas e grupos políticos sempre tinham reconhecido o potencial de poder de uma organização rural, especialmente se a Constituição federal pudesse ser modificada para dar o direito de voto aos analfabetos. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do presidente Goulart, tinha usado os sindicatos para estabelecer uma base de apoio entre os trabalhadores urbanos. Agora, Goulart reconhecia que a chave do controle dos trabalhadores rurais estava nas estruturas sindicais que vinham tomando forma no interior.

As leis trabalhistas brasileiras atribuem ao governo federal o poder decisório. O Ministério do Trabalho supervisiona a coleta e distribuição do chamado “imposto sindical”, que é pago pelos trabalhadores e pelos patrões. O Ministério também tem poder exclusivo sobre o reconhecimento de sindicatos particulares e de federações de sindicatos nos Estados. O delegado regional do trabalho, que representa o Ministério do Trabalho em cada Estado, pode “intervir” num sindicato local, removendo a sua liderança. O presidente Goulart não hesitava em lançar mão desses poderes numa tentativa de assegurar o controle do movimento trabalhista rural que estava surgindo em Pernambuco.

Mas Miguel Arraes tinha seus próprios planos para os trabalhadores rurais. Não constituía segredo que ele estava considerando seriamente lançar sua candidatura para vice-presidente, ou mesmo para presidente nas eleições nacionais de 1965. Ele teria que se apresentar como o candidato do Nordeste – o que exigiria o apoio dos trabalhadores rurais da região, e dos seus sindicatos. Embora Goulart não pudesse legalmente se candidatar à reeleição como presidente, ainda buscava o poder político, e suas ambições constituíam uma fonte de especulação. De qualquer maneira, ele via Arraes como um adversário. E tanto ele quanto Arraes se opunham aos sindicatos patrocinados pela Igreja.

O Partido Comunista, com sua base urbana tradicionalmente segura, resolveu seguir uma política de dois gumes, infiltrando-se nas Ligas Camponesas já existentes e, ao mesmo tempo, formando sindicatos rurais que ficariam sob o controle do Partido. O programa de infiltração aparentemente não funcionou e também se tornou desnecessário, pois as Ligas mergulharam num mar de confusão. Por outro lado, o Partido conseguiu algum êxito contra os padres na competição para organizar sindicatos. Arraes deu o suporte aos comunistas, e estes, por sua vez, apoiaram Arraes em suas manobras diante de Goulart.

O movimento trabalhista rural em Pernambuco finalmente acabaria com as Ligas Camponesas, na falta de uma explosão de revolta no campo. Os sindicatos tinham *status* legal e estavam em posição muito superior para assegurar benefícios financeiros, médicos e educacionais aos seus membros, bem como uma participação no poder político. Logo no início da jogada, Julião assumiu a posição de que as suas Ligas e os sindicatos poderiam existir lado a lado. "As Ligas são as mães dos sindicatos", gostava de repetir. Ele encorajou os membros das Ligas a se filiarem aos sindicatos e vice-versa. Mas continuou a passar bastante tempo afastado do Nordeste, em viagem ao exterior e ao Sul do Brasil, e nunca desenvolveu uma

organização local forte. Como resultado, os padres, com seus sindicatos, começaram a deixá-lo a reboque, e Arraes e os comunistas drenaram parte do seu apoio. Apesar de Julião ter apoiado a candidatura de Arraes, o governador não escondia o seu desdém pelo líder das Ligas Camponesas. Em conversa com um repórter da revista *Newsweek,* Arraes disse o seguinte sobre Julião: "Eu tenho os meus próprios métodos e ele os dele: cabe ao povo julgar quem está certo."[84] Em uma entrevista subsequente, ele se referiu a Julião como "apenas mais um político".[85]

Assim, Julião tentou conservar suas Ligas intactas, enquanto competia ao mesmo tempo com os padres e com os comunistas pelo controle dos sindicatos rurais. O que adicionou mais lenha à fogueira foi a aparição de um grupo de jovens trotskistas e outro grupo de comunistas que tinham abandonado o Partido e estavam seguindo a linha chinesa. Esses elementos dissidentes também entraram na competição, não se mostrando capazes de penetrar além da orla, mas contribuindo muito para a confusão maciça que caracterizou o campo pernambucano em 1963 e início de 1964. A competição frequentemente era do tipo bizantino: Arraes *versus* Goulart, em nível superior; padres *versus* comunistas, *versus* Julião, *versus* trotskistas, *versus* maoístas, em nível local, com várias alianças sendo formadas e dissolvidas em rápida sucessão.[86] E, no meio de toda esta barulhada, os técnicos da Sudene estavam tentando o seu próprio projeto-piloto de reforma agrária em Pernambuco.

---

[84] Citado no *Jornal do Commércio*, 16 de fevereiro de 1963.

[85] Entrevista com o autor, junho de 1963.

[86] As fontes de informação das quais dependi incluem Hewitt, *op. cit., supra,* nota 15; Mary E. Wilkie, *A Report on Rural Syndicates in Pernambuco* (Centro Latino-Americano para Pesquisa nas Ciências Sociais, Rio de Janeiro, abril de 1964 – (cópia mimeografada arquivada com o autor); Callado, *op. cit., supra,* cap. 1, nota 4; jornais do Recife publicados durante esse período (*Diário de Pernambuco, Jornal do Commércio, Última Hora e A Hora*); Ligas Camponesas, *op. cit., supra,* cap. 7º, nota 20; entrevistas com pessoas ligadas às Ligas Camponesas e Sorpe.

As atividades de organização na zona açucareira haviam sido suspensas durante a campanha para eleição do governador em 1962, pois virtualmente todos os líderes rurais (inclusive o padre Melo e o padre Crespo) apoiaram a candidatura de Miguel Arraes. Mas, em janeiro de 1963, várias semanas antes de Arraes assumir o governo, explodiu uma luta sangrenta numa grande usina na parte Sul do Estado, numa terrível advertência de que os grandes proprietários não estavam prontos a se deitar no chão e se fazer de mortos.

O incidente resultou de uma manifestação feita por um grupo de cerca de 80 camponeses em frente do escritório da usina. Os camponeses trabalhavam nos engenhos pertencentes à usina e estavam exigindo o pagamento da gratificação que a lei obrigava os proprietários a lhes pagar no fim do ano. Acontece que o proprietário era deputado federal e membro do Partido Trabalhista Brasileiro de Goulart. Entre os manifestantes havia mulheres e crianças, e os homens, de forma agressiva, estavam armados de cacetes e facas. De acordo com um relatório, vários camponeses portavam revólveres. Aparentemente, a manifestação era apoiada pelas Ligas Camponesas.

O proprietário e político saiu do seu escritório para falar com os camponeses, acompanhado de seus pistoleiros. A discussão logo degenerou num verdadeiro confronto, que, por sua vez, explodiu em violência. Cinco camponeses foram mortos e muitos outros ficaram feridos. Pelo menos um dos pistoleiros foi também ferido. A polícia estadual tomou sua posição costumeira, mantendo o direito dos proprietários de se proteger utilizando pistoleiros contratados. O máximo que Julião pôde fazer foi recair numa desgastada reação liberal e exigir uma investigação.

Pouco depois desse incidente, surgiu na parte Sul da zona açucareira de Pernambuco um organizador carismático e dinâmico, que começou a compor um sindicato rural. O cabelo de Gregório

Bezerra agora estava branco, mas o antigo sargento do Exército e deputado federal estava, como sempre, em plena forma física. Sua presença não tinha qualquer relação com o tiroteio recente, mas assinalou o início da campanha do Partido Comunista para obter uma base entre os trabalhadores rurais.

A área em que Gregório estava trabalhando era a parte mais miserável da zona açucareira, dominada por grandes usinas que exploravam um proletariado rural sem terra. Existiam apenas alguns meeiros e pequenos rendeiros ligados aos senhores de engenho numa relação feudal. As Ligas Camponesas haviam obtido muito pouco sucesso ali no Sul e, por causa disso, Julião era acusado de proteger os interesses de grandes proprietários de terras. A verdade era que, como regra geral, apenas aqueles camponeses que tinham o uso de alguma terra própria ousavam se juntar às Ligas. Aqueles que trabalhavam para as grandes usinas geralmente não possuíam terra de onde pudessem tirar sua subsistência e, portanto, eram mais vulneráveis à retribuição dos donos das usinas. É claro que as Ligas Camponesas não podiam oferecer a esses trabalhadores proteção e benefícios que os compensassem por sua filiação. Mas os sindicatos eram bem diferentes, especialmente após a promulgação da lei de 2 de março de 1963. Eles eram legalmente reconhecidos como representativos dos interesses dos trabalhadores rurais e estavam mais capacitados a suportar as pressões dos proprietários de terras.

Gregório concentrou todo o seu esforço em Palmares, a maior cidade na área. O governador Miguel Arraes colocou à sua disposição certas facilidades que o ajudaram nos seus esforços, e outros membros do partido se uniram a Gregório no campo. Um deles veio de distância tão grande quanto o território do Acre, um lugar remoto do Brasil nos limites com o Peru e a Bolívia. Mas o presidente do sindicato recém-formado não pertencia ao partido. Era,

sim, um ex-membro das Ligas Camponesas que tinha visitado Cuba com Julião.

As atividades de organização do partido surtiram efeito, pois o ministro do Trabalho não apenas deu reconhecimento ao sindicato de Palmares, mas também incluiu nele 22 municípios! A criação desse sindicato gigante resultou na impossibilidade de os padres tomarem do partido o seu controle; mas também deu aos comunistas apenas um voto potencial na Federação Estadual de Sindicatos Rurais, o que seria de pouco valor em qualquer tentativa para tomar dos padres o controle da federação. Consequentemente, o sindicato de Palmares nunca se preocupou em se filiar à federação.

Em comparação com a retórica violenta das Ligas Camponesas, as posições tomadas pelo sindicato de Palmares pareciam meio conservadoras, pois os comunistas faziam agitação por benefícios tangíveis em favor dos trabalhadores da zona açucareira. No entanto, o sindicato constantemente enfatizava o tema da luta de classes entre os proprietários de terra e os camponeses. Durante o ano seguinte, o sindicato promoveu várias greves e manifestações. Para alguns camponeses, aquilo era como uma festa, pois tinham oportunidade de fazer passeatas pelos engenhos e na cidade, mas sem captar o significado real do que estava acontecendo. Outros começaram a desenvolver uma consciência política, especialmente depois de serem organizados pelos comunistas em pequenas células em cada engenho.

De mais imediata importância para todos os trabalhadores da área foi o fato de os usineiros, sob a pressão de Arraes, estarem pagando o salário mínimo legal. Como disse a *Newsweek:* "O dinheiro novo atingiu a moribunda economia de Pernambuco como a explosão de uma nuvem no deserto".[87] Os camponeses

---

[87] *Newsweek*, 24 de fevereiro de 1964, p. 36.

subitamente viram-se com dinheiro no bolso e apressaram-se a exercer seus novos privilégios como consumidores. Palmares e as cidades vizinhas refletiam a nova prosperidade, à medida que comerciantes e donos de lojas lucravam com o poder de compra dos trabalhadores do açúcar.

Além do sucesso obtido em Palmares, os comunistas também ajudaram a ministrar um duro golpe no movimento controlado pela Igreja na cidade de Jaboatão, nos limites do Recife. Essa era a base onde residia o padre Crespo, que havia organizado o sindicato rural do lugar. Jaboatão estava situada perto do Recife e, ao mesmo tempo, se estendia pela zona canavieira. Várias indústrias estavam ali localizadas, assim como duas usinas. A cidade sempre tinha fornecido uma grande quantidade de trabalhadores que podiam ser transportados facilmente ao Recife, para passeatas e manifestações. Também tinha a reputação de ser um viveiro de adeptos dos comunistas – tanto assim que as pessoas comumente se referiam à cidade como "Moscouzinho". Assim sendo, não era de admirar que fossem feitos esforços para arrancar do padre Crespo o sindicato rural da cidade.

Um líder camponês que havia tomado parte na organização do padre Crespo começou a fazer agitação contra o seu sindicato. Ele contava com a ajuda do governo de Arraes e dos agitadores do Partido Comunista e das Ligas Camponesas, que acenderam a centelha das manifestações contra o padre Crespo. O delegado regional do trabalho, representando o presidente Goulart, finalmente "interveio" no sindicato, removendo sua liderança pró-Crespo em agosto de 1963 e programando novas eleições para novembro. Seguiu-se um período de grande confusão, com ameaças e contra-ameaças, demonstrações e contrademonstrações. Até o próprio padre Melo entrou na briga, defendendo o seu colega pelo rádio e pela televisão. No seu estilo inimitável, ele chegou a ponto de denunciar Arraes como "um homem dominado

pelo ódio, que não faz outra coisa senão odiar".[88] Na véspera das eleições, o padre Crespo reconheceu que a chapa de seus candidatos não podia ganhar de forma alguma, e recuou, entregando o controle do sindicato a um grupo de líderes que tinha estreitas relações com Arraes e com os comunistas. Em fevereiro de 1964, o delegado regional do trabalho atacou novamente, intervindo no sindicato do padre Melo, no Cabo, e instalando novos líderes que pertenciam às Ligas Camponesas.

Entregues a seus próprios recursos, as Ligas não se saíram bem na competição com os padres. Na cidade natal de Julião, Bom Jardim, e até mesmo em Vitória de Santo Antão, município onde começara o movimento das Ligas Camponesas, os sindicatos rurais eram controlados pelos grupos ligados à Igreja. Vitória continuou sendo um viveiro para a atividade das Ligas Camponesas. Um jovem estudante de Direito, João Alfredo, e uma professora de nome Maria Celeste coordenavam a agitação, que consistia principalmente na invasão de engenhos. No final de 1963, João Alfredo rompeu com Julião, aparentemente por divergência de tática, resultando disso uma amarga rivalidade.

Enquanto isso, Joel Câmara se consumia na Casa de Detenção do Recife, escrevendo suas memórias e frequentando as aulas de Direito na companhia de vários guardas da prisão. A competição pelo controle dos sindicatos rurais tinham-no amargurado completamente. "Era ridículo" ele relembrou em 1967. "O interior é enorme. Havia lugar para todo mundo. Existiam muitos camponeses a serem tornados politicamente conscientes. O inimigo era o latifundiário. Mas os grupos estavam lutando entre si. Por que perder tempo com estas rixas mesquinhas?" Joel foi libertado em dezembro de 1963. Tão grande foi sua desilusão que ele lavou as mãos do negócio todo e não mais retornou ao movimento das Ligas Camponesas.

---

[88] Citado em Prince, *op. cit., supra,* nota 11, p. 53.

Os jovens trotskistas que Joel havia conhecido em 1961, durante o Congresso Nacional de Camponeses em Belo Horizonte, sofreram um destino um tanto diferente. Esses estudantes do Sul do Brasil, membros da chamada "Vanguarda Leninista", acharam irresistível a oportunidade oferecida pelo fermento que convulsionava a zona açucareira de Pernambuco. Ansiosos por participar do que lhes parecia ser uma experiência genuinamente revolucionária, eles abandonaram os livros para carregarem a bandeira da IV Internacional, de Trotsky, no Nordeste. O jornalista brasileiro Antônio Callado achou-os mais próximos do anarquismo do que do trotskismo: "Para mim, pareciam mais uns seguidores de Norman Mailer, digamos assim, do que do velho Trotsky".[89]

O pequeno grupo trotskista escolheu como teatro de suas operações o município de També, na parte mais setentrional da zona açucareira de Pernambuco. Começaram a trabalhar entre os camponeses, tentando tomar o controle do sindicato rural que era dirigido pelos seguidores do padre Crespo e do padre Melo. Até sua prisão em 1963, Joel Câmara trabalhava em coordenação com eles. Embora um tanto cético quanto à abordagem deles ("vieram do Sul, usando gravatas e não tinham a menor compreensão do que estava se passando na zona açucareira"), ele admirava o seu entusiasmo. Pouco tempo depois, os seus esforços frutificaram e eles tomaram o controle do sindicato. Mas, em agosto, seu líder, um estudante de 23 anos que usava o pseudônimo de "Jeremias", foi morto numa emboscada pelos pistoleiros de um proprietário de terras. Tal acontecimento fez com que o resto do grupo convocasse um congresso de camponeses em També, em 7 de outubro de 1963. Um manifesto anunciando o congresso clamava por uma "Frente Unida de Trabalhadores, Camponeses e Soldados", e esboçou um programa que propunha uma milícia camponesa, "tribunais

---

[89] Callado, *op. cit., supra,* cap. 1º, nota 4, p. 98.

populares" para julgar e punir os proprietários, e a ocupação das propriedades dos grandes latifundiários. No dia do "congresso", a polícia estadual deteve os três estudantes que haviam assinado o manifesto, e eles foram presos de acordo com a Lei de Segurança Nacional. Em outubro, o delegado regional do trabalho interveio no sindicato de També, expulsando a liderança e pondo fim à aventura trotskista no Nordeste do Brasil.

Ainda mais bizarra foi a breve, mas aventurosa carreira de Júlio Santana, líder camponês. Júlio era um pescador e fazendeiro de 40 anos, da cidade do Cabo. Ele se envolvera com Julião no movimento das Ligas Camponesas e em pouco tempo ascendera a uma posição de liderança, resultante de sua natural inteligência, habilidade oratória e personalidade agressiva. No entanto, Júlio gostava de beber, e seu uso da garrafa revelou um traço de caráter violento que perturbou sobremaneira seus companheiros das Ligas. Certo dia, embriagado, ele assustou terrivelmente a mulher de um funcionário das Ligas. Este, com a ajuda de três amigos, correu atrás de Júlio com um facão e feriu-o seriamente. Levado a um hospital, lá foi deixado como morto. Vários meses mais tarde, numa reunião da Liga, Julião estava cumprimentando alguns camponeses quando um homem com um grande bigode preto se aproximou dele e disse: "Julião, não está me reconhecendo?" Era Júlio, com as marcas de uma rudimentar cirurgia plástica. "Era como se fosse um cadáver voltando do cemitério", recordou Julião recentemente.[90] Júlio assegurou que não estava mais bebendo, e pediu para ser aceito novamente no movimento das Ligas Camponesas. Julião consultou outros funcionários da Liga e eles concordaram em dar mais uma oportunidade a Júlio.

Isso resultou num grande erro. Júlio foi trabalhar no município de Sirinhaém na parte Sul de Pernambuco. No início de 1963,

[90] Entrevista em Cuernavaca, México, setembro de 1969.

as Ligas Camponesas haviam organizado o Sindicato Rural de Sirinhaém, aparentemente com o apoio de um dos usineiros do lugar. Júlio tornou-se um dos funcionários do sindicato e dentro de pouco tempo começou a sentir que suas qualidades de liderança não estavam sendo plenamente apreciadas. De acordo com Julião:

> Essa era uma época em que os usineiros estavam sendo forçados a pagar o salário mínimo legal. Os camponeses de Sirinhaém não possuíam qualquer experiência sindical. Eles eram muito impressionáveis e creditaram a Júlio tudo o que estava acontecendo. Começaram a olhá-lo como seu salvador. Isso subiu à cabeça de Júlio. Ele começou a pensar que estava fazendo a revolução sozinho. Começou a beber novamente, a usar óculos escuros, a portar um revólver e até mesmo a ter os seus pistoleiros particulares.[91]

Antônio Callado chamou Júlio de "uma mistura de líder político e de bandido", e "um anarquista de primeira categoria".[92]

De qualquer forma, no dia 7 de julho Júlio reuniu os seus seguidores dentre os camponeses e apoderou-se do sindicato à força. Isso marcou o início de uma luta frenética, com as forças da Liga Camponesa e as de Júlio tomando e perdendo o sindicato alternadamente. O usineiro do lugar tinha um medo horrível de Júlio e ajudou os camponeses da Liga. Júlio tinha seu apoio próprio, vindo de fora. Julião sustenta que os trotskistas estavam usando Júlio para exercer uma influência decisiva no interior. Outro líder das Ligas Camponesas insiste em que Miguel Arraes estava usando Júlio para combater a influência de Julião. A certa altura, Júlio apareceu em Sirinhaém num jipe oficial do delegado regional do trabalho, o representante de Goulart em Pernambuco. Se Arraes estava dando cobertura a Júlio, esse apoio não durou muito. No dia 11 de outubro, a polícia estadual deteve Júlio e prendeu-o na Casa

---

91 *Ibidem*.

92 Callado, *op. cit., supra,* cap. 1º, nota 4, p. 97-98.

de Detenção do Recife, com base na Lei de Segurança Nacional. Foi uma ironia ter aparecido no mesmo dia num jornal do Recife um anúncio da criação do "Sindicato Central dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco",[93] que clamava pela aliança entre trabalhadores, camponeses e soldados e denunciava Júlio. Constava, como vice-presidente do novo grupo, o nome de Júlio; e João Alfredo, outro ex-líder das Ligas Camponesas, aparecia como membro do conselho consultivo. Somente os trotskistas protestaram contra a prisão de Júlio.

Depois, então, chegou à referência apropriada. Um estudante de Direito com inclinação para o drama (e que, talvez, também poderia estar agindo de acordo com os trotskistas) seguiu o tenente da polícia que tinha prendido Júlio, capturou-o de surpresa, tomou-lhe a metralhadora e o fez desfilar, a ele e a seu motorista, pelas ruas da cidade. O tenente conseguiu escapar e, finalmente, a polícia prendeu o estudante, que logo se juntou a Júlio, aos trotskistas e a Joel Câmara como os únicos presos políticos em Pernambuco.

Diante de uma oposição crescente, o padre Crespo, o padre Melo e seus associados do Sorpe conseguiram repelir os esforços em curso para tirar a Federação de Sindicatos Rurais do seu controle. Em 18 de novembro de 1963, a federação determinou uma greve contra a indústria açucareira de Pernambuco, diante do fracasso de negociações entre os trabalhadores do açúcar, os usineiros e os senhores de engenho. As Ligas Camponesas e os comunistas cooperaram, e cerca de 90% dos trabalhadores do açúcar do Estado abandonaram o seu trabalho. Depois de três dias, a greve chegava ao seu término, já que os usineiros concordaram em aumentar o salário mínimo em 80%, pagar a gratificação anual exigida pela lei e pagar os dias perdidos durante a paralisação.

[93] *Última Hora*, 11 de outubro de 1963.

Apesar de os líderes da federação terem obtido grande prestígio com a greve, os seus problemas estavam longe de serem resolvidos. O delegado regional do trabalho anunciou que ia criar mais duas "federações" de trabalhadores rurais em Pernambuco, uma para representar os trabalhadores do agreste e outra para incluir os trabalhadores do sertão. Havia uma certa lógica superficial nessa decisão, uma vez que os trabalhadores, em cada uma das três regiões distintas de Pernambuco, tinham interesses e problemas diferentes. No entanto, não era essa a razão verdadeira existente por trás da proposta do delegado. Os padres controlavam a única federação existente por causa do seu poder sobre quase todos os sindicatos, no agreste e no sertão. Se esses sindicatos fossem colocados em federações separadas, o controle que os padres exerciam sobre a federação restante, que englobaria apenas a zona açucareira, seria muito precário e sujeito a mudanças. E naturalmente a federação da zona açucareira seria a maior e mais poderosa do Estado.

Além disso, existia desacordo, dentro da federação dos padres, sobre o problema das relações com os comunistas. O presidente da federação era um católico de boa-fé da ala esquerda que favorecia a colaboração com os comunistas, a fim de alcançar objetivos específicos. O padre Crespo sustentava uma posição rigidamente anticomunista e lutou com sucesso contra toda tentativa de permitir aos comunistas qualquer influência dentro da federação.

Outra complicação foi a formação, em dezembro, da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas. Essa confederação, conhecida como Contag, representaria as várias federações estaduais em nível nacional. O Presidente Goulart viu na Contag um veículo importante para a manipulação política do emergente eleitorado rural e estava determinado a manter controle sobre ela. Um dos seus planos para conseguir isso foi a criação de sindicatos de "papel" e federações de sindicatos, especialmente nas áreas mais remotas do país. Entretanto, o primeiro presidente da Contag foi o

líder da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), que era controlada pelos comunistas. Tratava-se de um homem que o partido tinha apresentado para competir com Julião no período inicial, quando os comunistas estavam tentando enfraquecer a posição de Julião como porta-voz nacional dos interesses dos camponeses.

A natureza intensamente política das convulsões na zona açucareira explicam, pelo menos em parte, uma omissão curiosa no plano diretor de Celso Furtado para a Sudene. O problema agrário certamente era da mais alta prioridade dentro de qualquer esquema de desenvolvimento para a região; entretanto, as propostas de Celso Furtado quase não tocavam nele. A razão disso era a natureza essencialmente política do problema agrário, colocando-o assim fora do âmbito das atividades da Sudene. Celso Furtado tinha planos de criar várias colônias de nordestinos, transferindo-os para as margens de um rio na parte Oeste da região; mas a colonização era uma solução muito dispendiosa e quase não faria diferença na superpopulação da zona açucareira. Seriam "campos de concentração".

O único projeto interessante que se materializou na zona açucareira de Pernambuco não resultou de qualquer planejamento da Sudene, mas da iniciativa de um usineiro jovem e progressista, que colocou em disponibilidade, para uma reforma agrária-piloto, parte de suas terras no município do Cabo.[94] Vários camponeses, sob a supervisão da Sudene, deveriam arrendar a terra e plantar cana, que então venderiam ao dono da usina. O projeto seria administrado nas bases de uma cooperativa. O Banco do Brasil deveria fornecer crédito para compra de equipamentos, e a missão da Usaid ofereceu a ajuda do programa de Alimentos para Paz, a fim de que os camponeses atravessassem os meses iniciais. Apesar da oposição de

---

[94] *Vide* Callado, *op. cit., supra,* cap. 1º, nota 4, p. 135-50.

usineiros e donos de engenhos reacionários, e da crítica hostil por parte dos comunistas, a cooperativa de Tiriri foi aberta formalmente em 30 de junho de 1963. Alguns observadores consideraram ter sido esta a última oportunidade para o capitalismo na zona açucareira.

As atividades dos grupos em competição no interior refletiam as várias abordagens filosóficas e ideológicas em relação à reforma agrária. Na verdade, essas abordagens receberam uma análise geral no Recife em maio de 1963, quando o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais promoveu um simpósio sobre "O problema agrário na zona açucareira de Pernambuco."[95] Julião, padre Melo, João Alfredo, um líder camponês da Federação dos Sindicatos Rurais, um representante dos donos de engenhos, vários professores, jornalistas, burocratas e políticos trocaram ideias e opiniões, num debate notavelmente livre e aberto. O comandante do IV Exército, general Humberto Castelo Branco, presidiu uma das sessões e o governador Miguel Arraes proferiu o discurso de encerramento.

Sob as camadas de retórica, três posições básicas emergiram. Num dos extremos do espectro, vários donos de engenho e de usinas estavam convictos de que não existia nada a reformar. Viam como sendo imutável a relação altamente paternalista entre os donos de terras e os camponeses, um produto da mentalidade brasileira e do caráter nacional. Para esse grupo, qualquer mudança no *status quo* era um anátema.

No outro extremo, estavam aqueles que sustentavam que a causa da miséria na zona açucareira tinha sua raiz na forma vigente de distribuição e posse da terra. Isso foi definido pela Comissão Interamericana de Desenvolvimento Agrícola como um problema "de relações entre aqueles que podiam ceder os direitos sobre a terra

---

[95] Para uma cópia da ata, *vide O Problema Agrário na Zona Canavieira de Pernambuco*. Recife: *Imprensa Universitária*, 1965.

e aqueles que procuravam terras para cultivar".[96] Para alterar essa inter-relação, seriam necessárias mudanças radicais na estrutura política, econômica e social da região.

Uma posição de centro procurava benefícios tangíveis para os camponeses dentro do sistema vigente. Isso era essencialmente uma abordagem reformista que oferecia a considerável atração de recompensas imediatas, mas deixava intacta a estrutura do poder na região.

Pouco se pode dizer sobre a posição de "deixar como está", que tentava prolongar as condições genocidas no interior do Nordeste. A abordagem radical sofria de várias desvantagens. Existia um limite na natureza e quantidade das mudanças radicais que podiam ser realizadas dentro de um contexto regional. A necessidade de atuar em nível nacional, e até mesmo internacional, exigia uma dependência de forças externas. Também os radicais eram particularmente vulneráveis à competição de outros grupos que ofereciam recompensas tangíveis e imediatas aos camponeses. O problema da posição de centro era que dependia, em parte, da cooperação de uma estrutura de poder já existente, que havia tradicionalmente demonstrado uma atitude insensível para com os camponeses. Além disso, os programas levados a efeito pelos reformistas trouxeram benefícios apenas a um número limitado da população camponesa. Tanto os radicais quanto os reformistas estavam propondo soluções que exigiriam desembolsos maciços de dinheiro, mas nenhum dos grupos tinha a menor noção de como obter tal apoio financeiro.

A superpopulação da zona açucareira surgia como um obstáculo definitivo, e ninguém realmente abordou esse problema. À medida que os sindicatos rurais pressionavam para obter o salário mínimo legal e o pagamento da gratificação anual, os donos dos engenhos e das usinas começaram a cortar as despesas e, em alguns casos, até

[96] *Land Tenure Conditions*, *op. cit., supra,* cap. 1º, nota 4. p. 329-30.

a modernizar suas indústrias. Isso significaria redução da força de trabalho. Ao mesmo tempo, o atrativo de melhores salários estava conservando, no Nordeste, camponeses que, de outra forma, teriam emigrado para outras regiões. O desemprego e o subemprego, já em níveis muito altos, aumentaram, e a atmosfera de crise se prolongou pelo ano de 1964 adentro.

Ao mesmo tempo, a influência das Ligas Camponesas tinha decrescido muito, e os sindicatos rurais, apoiados pela Igreja e pela CIA, estavam sentindo grande pressão e começando a perder terreno. Elementos mais radicais, ligados a Arraes, Goulart e ao Partido Comunista, estavam aumentando sua penetração no campo e se tornava cada vez mais claro que algum lado teria de ceder.

# IV – OU, FINALMENTE, O QUE ACONTECEU COM O NORDESTE DO BRASIL? (1972)*

Joseph A. Page

Em 1969, o presidente Richard M. Nixon encarregou o governador Nelson A. Rockefeller de fazer uma série de visitas à América Latina. O propósito da missão era "conferenciar, em nome do presidente, com os líderes das outras repúblicas americanas e ajudar a administração de Nixon a desenvolver uma política de conduta para as relações internacionais dos Estados Unidos por todo o Hemisfério Ocidental".[97] O governador Rockefeller e sua comitiva não pararam no Recife nem em qualquer outro lugar do Nordeste do Brasil.

Antônio Callado escreveu vários artigos para os jornais sobre a fermentação pré-1964 no Nordeste, mas depois da "revolução" ele escolheu a novela como forma de transmitir sua interpretação final do desmoronamento. *Quarup,* pu-

---

* PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: O nordeste do Brasil, 1955-1964).* Rio de Janeiro: Editora Record, 1972. Editado conforme o original, p. 257-275. Texto gentilmente liberado para esta edição.

97 *The Rockefeller Report on the Americas,* Chicago: Quadrangle, 1969, p. 5.

blicado em 1967,[98] descreve a radicalização de um padre pernambucano cujo sonho de formar uma estrutura comunitária para os índios, incorporando o comunismo puro da Bíblia e modelada na República Indígena Guarani, estabelecida pelos jesuítas no século 18, abre caminho a uma participação ativa nos esforços contemporâneos para mobilizar os camponeses do Nordeste. Os personagens secundários sugerem figuras da vida real, com a diferença de que todos demonstram qualidades heroicas inquebrantáveis e continuam a sua luta mesmo depois de sobreviver à prisão e à tortura após o golpe. Na última cena da novela, o protagonista, agora ex-padre, viaja para o sertão a fim de se unir a uma insurreição liderada por refugiados do movimento em Pernambuco.

O *roman à clef* de Antônio Callado reflete escapismo e desapontamento causados pela incapacidade da esquerda brasileira para oferecer qualquer resistência séria ao golpe militar. Antes era moda racionalizar tal passividade repetindo-se a máxima segundo a qual "os brasileiros são um povo não violento". Mas acontecimentos recentes, inclusive relatórios de genocídio sistemático dos índios brasileiros, desmentem esse brilho otimista do caráter nacional brasileiro. A verdade é que, não obstante *Quarup,* os elementos militares que tomaram o poder no dia 1° de abril de 1964 esmagaram completamente o movimento em favor de mudanças radicais no Nordeste; aqueles que participaram do movimento escaparam para o exílio ou permaneceram na região, mas sem a mínima disposição para reviver suas atividades de antes do golpe.

Julião, por exemplo, conseguiu de alguma forma sobreviver a seu sofrimento na prisão, onde foi mantido em confinamento solitário, sem tomar banho nem fazer a barba durante dois meses. Os

---

98 Para a tradução da novela em inglês, *vide* CALLADO, Antônio. *Quarup.* Nova York: Alfred A. Knopf, 1970.

militares transferiram-no, então, para uma cela mais confortável na prisão e, em outubro de 1964, colocaram-no num quarto espaçoso no Quartel dos Bombeiros nos arredores do Recife. Durante esse período, ele escreveu um relato lírico dos seus últimos dias como um homem livre e conseguiu mandá-lo às escondidas para um editor. *Até Quarta, Isabela* foi escrito na forma de uma carta para sua filha mais nova, uma bela criança loura, de olhos azuis. É a melhor coisa de tudo o que ele escreveu.

Durante certo tempo, ele compartilhou suas acomodações com um ilustre companheiro, Miguel Arraes, que tinha sido trazido de volta de Fernando de Noronha para o Recife. Os dois homens tiveram tempo de sobra para discutir suas diferenças anteriores e, quando Arraes foi transferido, separaram-se como bons amigos.

Nesse meio tempo, Regina, que permaneceu livre, estava fazendo todo o esforço possível para conseguir a liberdade de Julião. Depois de passada a euforia das primeiras semanas da "revolução", o governo militar viu-se na posição de ter de encontrar justificativa legal para manter na cadeia seus prisioneiros. As autoridades civis proferiram algumas acusações contra Julião, enquanto as Forças Armadas tinham as suas próprias acusações, que eram processadas num tribunal militar.[99] Regina, que tinha preparo como advogada, ajudou a impetrar um requerimento *habeas corpus* ao Supremo Tribunal Federal, que tinha jurisdição sobre os processos civis. O requerimento foi deferido e Julião foi solto em 27 de setembro de 1965.

Ele imediatamente deixou o Recife e viajou de avião para o Rio, onde viveu calmamente na clandestinidade durante um mês. Depois, no dia 27 de outubro, ante o desagrado dos militares com as eleições estaduais que tinham sido então realizadas, o regime de Castelo Branco decretou o segundo Ato Institucional, dissol-

[99] Entrevista com Julião e seu advogado, Recife, agosto de 1965.

vendo todos os partidos políticos e tornando o poder militar mais abertamente ditatorial.

Assim que tomou conhecimento do Ato nº 2, Antônio Callado compreendeu que os elementos da "linha dura" dentro das Forças Armadas iriam usar novamente a força contra as suspeitas de subversão; portanto, comunicou-se com Julião e aconselhou-o a refugiar-se numa embaixada. A primeira providência de Julião foi disfarçar-se: apresentou-se em casa de Callado com o cabelo alisado e usando uma camisa de cores berrantes. "Parecia mais Julião do que nunca", relembrou Callado recentemente, "como um místico do sertão".[100]

Foram infrutíferas as primeiras tentativas para achar uma embaixada que o aceitasse. A embaixada do Chile, que dera refúgio a muitos fugitivos em abril de 1964, recusou-se a deixá-lo entrar, o mesmo acontecendo com a embaixada da Argélia. A princípio, os únicos estrangeiros compreensivos, curiosamente, foram os indonésios e os bolivianos. Julião não se entusiasmou a ir para nenhum dos dois países. Finalmente, os mexicanos concordaram em aceitá-lo. Portanto, Julião, com seu disfarce, e uma Regina muito nervosa, esconderam-se no chão do Volkswagen de Callado e o jornalista os levou para a segurança da embaixada mexicana.

As autoridades brasileiras forneceram-lhe o costumeiro salvo conduto e ele seguiu por via aérea para o México. Regina, com Isabela e dois filhos do seu primeiro casamento, reuniu-se com ele ali. Viveram por um tempo na Cidade do México e depois foram residir em Cuernavaca. Sua fuga provou ser oportuna, pois o Tribunal Militar, subsequentemente, processou-o *in absentia* e condenou-o a dezenove anos de prisão.

Atrapalhado por doenças ocasionais e sem qualquer fonte de renda certa, Julião ainda conseguiu manter o seu bom espírito e

---

[100] Entrevista no Rio de Janeiro, julho de 1967.

não deixou de pensar e sonhar com o seu querido Nordeste. Enquanto isso, no subúrbio de Caxangá, no Recife, um velho amigo mora no seu casarão, entre memórias do passado, tentando em vão preservá-lo dos estragos do tempo e dos elementos.

Após deixar o Quartel dos Bombeiros, no Recife, Miguel Arraes tornou-se objeto de disputa entre elementos das Forças Armadas. O Supremo Tribunal mandou soltá-lo em meados de abril de 1965, e o presidente Castelo Branco ordenou que a decisão do Tribunal fosse mantida. Mas os oficiais militares de "linha dura", que investigavam suas alegadas atividades comunistas, continuaram a mantê-lo preso. Essa perseguição continuou até o final de maio, quando Arraes se asilou na embaixada da Argélia e teve permissão para deixar o país. Ele viajou para a Argélia, onde está residindo desde então. Um tribunal militar brasileiro sentenciou-o a 23 anos de prisão.

Outras figuras no exílio incluem Paulo Freire, Clodomir Morais e Maria Ceales. Pelópidas Silveira, Joel Câmara, João Alfredo e Paulo Cavalcanti estão entre aqueles que cumpriram penas de prisão e estão agora levando vidas calmas e completamente apolíticas no Recife.

Desde o momento em que tomaram o poder, os dirigentes militares do Brasil reforçaram sua determinação de instalar uma "nova ordem" no país. Sua missão era modernizar a nação e efetuar as reformas necessárias, eliminar a corrupção da vida política e destruir todo e qualquer traço de comunismo. Pelo menos assim o disseram. Um cartaz de propaganda amplamente divulgado anunciava que "até 1964 o Brasil era o país do futuro; agora o futuro chegou".

Desde que o seu controle sobre o país era virtualmente absoluto, não havia nada que impedisse os generais de decretarem reformas básicas. Essa era a sua oportunidade, mas eles se esquivaram dela.

Em Pernambuco, devolveram o poder político às mãos dos grupos de famílias estreitamente unidas que controlavam tudo antes da ascensão de Miguel Arraes. Toda atividade política, naturalmente,

permaneceu sob a vigilância do IV Exército, mas a elite de Pernambuco não deu qualquer problema aos militares. Paulo Guerra terminou o mandato de Arraes como governador e sucedido por Nilo Coelho, cuja família é dona de quase toda a parte ocidental do Estado. O fato de que ambos tivessem apoiado Arraes nas eleições de 1962 não os desqualificou aos olhos dos militares.

Dentro da charada que passava por ser uma política, ninguém se preocupou com os interesses dos pobres. Uma "renovação urbana" no Recife ressaltou os resultados dessa falta de representação. O prefeito removeu pela força 300 famílias que moravam em mocambos à beira do rio, perto do centro da cidade, e recolocou-as num pequeno vale por trás do aeroporto.[101] Elas se acharam fora da vista, com difícil acesso à cidade, e sem condições de arranjar qualquer meio de vida.

O Exército e a polícia têm mantido uma rígida cobertura sobre qualquer atividade política que possa desafiar o *status quo*. Apenas os estudantes universitários têm protestado abertamente, mas seus comícios e passeatas ocasionais têm sido reprimidos violentamente. A presença de informantes e a técnica de prisões ao sabor do acaso têm conseguido desmoralizar os estudantes. Seis bombas explodiram no Recife entre março e julho de 1966, mas as circunstâncias dão credibilidade à crença popular de que as explosões foram provocadas por elementos da "linha dura" do Exército.

A única voz real de dissidência no Nordeste pertencia a D. Hélder Câmara.[102] O arcebispo do Recife moveu-se rapidamente para dentro do vácuo político criado pelos militares, e ofereceu um

---

[101] Entrevista com Voluntários do Corpo da Paz, Recife, julho de 1967.

[102] *Vide* a biografia recentemente publicada: BROUCKER, José de, *Dom Hélder:* The Violence of a Peacemaker. Nova York: Orbis Books, Maryknoll, 1970. *Vide* também Page, "The Little Priest Who Stands up to Brazil's Generals", *The New York Times Magazine*, 23 de maio de 1971, p. 26.

raio de esperança a todos os elementos das classes média e baixa que anteriormente tinham se dirigido a Miguel Arraes em busca de uma liderança. O Exército não podia amordaçar D. Hélder e ele falou sobre a necessidade de reformar a sociedade feudal que havia reduzido os camponeses da região a um estado subumano. Ele ressaltou a urgência da formação de uma nova mentalidade que possibilitasse aos trabalhadores tanto urbanos quanto rurais uma libertação das cadeias da pobreza, da doença e da ignorância. Sua ênfase constante era sobre a não violência na tradição de Mahatma Gandhi e Martin Luther King.

Em 1966, D. Hélder enfrentou seu primeiro desafio direto por parte dos militares quando os bispos do Nordeste publicaram um manifesto protestando contra a situação dos trabalhadores dos engenhos. Vários oficiais do Exército consideravam o documento "subversivo" e tentaram impedir sua publicação. Mas D. Hélder conseguiu ganhar o apoio do presidente Castelo Branco. Vários generais foram transferidos do Nordeste e o documento foi publicado.

Essa confrontação e o seu resultado provocaram a ira do sistema conservador de Pernambuco, e os direitistas começaram uma campanha para difamá-lo e marcá-lo como um "comunista". Gilberto Freyre dirigiu um ataque excepcionalmente violento contra o arcebispo e conseguiu acusá-lo, num mesmo artigo de jornal, de ser um "dr. Goebbels brasileiro" e um "Kerensky brasileiro".[103]

Nos anos seguintes, D. Hélder e seus seguidores publicaram vários outros documentos, inclusive um panfleto eloquente intitulado "Desenvolvimento sem Justiça", protestando contras condições do trabalho urbano no Nordeste,[104] e uma continuação recente,

---

[103] *Jornal do Commércio*, 21 de agosto de 1966.

[104] *Nordeste:* Desenvolvimento sem Justiça. Recife: Ação Católica Operária, 1º de maio de 1967. Republicado em CÂMARA, H., *The Church and Colonialism* Denville, Nova Jersey: Dimension B, 1969, p. 131.

"Nordeste: o homem proibido". Mas, a dificuldade que eles nunca puderam superar foi a de estarem confrontando problemas políticos sem possuir sequer uma aparência de poder político próprio.

Os que detinham o poder possuíam suas próprias ideias de como desenvolver o Nordeste. Os homens de negócio e industriais progressistas de Pernambuco mantinham o controle do governo estadual, tinham cobertura do IV Exército e o apoio entusiástico da Usaid. Eles iniciaram um plano ambicioso que procurava atrair novas indústrias para o Nordeste, estimular o investimento de recursos públicos na infraestrutura da região (transporte, saúde, projetos hidrelétricos etc.) e aumentar a produção agrícola, especialmente na zona açucareira. Escutavam de perto os conselheiros da Usaid e converteram o Nordeste em um tubo de ensaio para desenvolvimento ao estilo estadunidense.

Para não serem contestados pelos fatos, os promotores da nova estratégia quase imediatamente exaltaram o seu sucesso com ruidosas celebrações. Anunciaram o alvorecer de "um novo Nordeste". Uma série de artigos publicados numa revista nacional, dizendo se tratar de relatos colhidos no local, descreveu o crescimento da região nos termos mais veementes.[105] (Ninguém parece ter percebido ou se incomodado com o fato de os artigos terem sido parafraseados diretamente da literatura promocional.[106]) As coisas chegaram ao auge em agosto de 1967, quando o sucessor do presidente Castelo Branco e o seu gabinete passaram uma semana inteira no Nordeste, fazendo proclamações e confirmando o magnífico desenvolvimento da região.

Não se pode negar que o Recife e outras cidades nordestinas apresentaram uma notável expansão na sua capacidade industrial durante os últimos 6 anos. As novas fábricas e o aumento do núme-

[105] *O Cruzeiro*, 3 de junho de 1967, p. 51; id., 10 de junho de 1967, p. 47.

[106] Cópias no arquivo do autor.

ro de automóveis nas ruas são os sinais mais visíveis de progresso. Mesmo assim, uma olhadela por sob esse verniz revela que o alarido de publicidade celebrando o "novo Nordeste" é terrivelmente prematuro.[107]

O impulso para a industrialização deve seu ímpeto a um engenhoso artifício de incentivos fiscais. Uma empresa que faça negócios no Brasil poderá investir ou reinvestir até 50% de seu imposto de renda anual em vez de pagá-lo ao governo. Esse investimento específico exige aprovação pela Sudene. Os investidores poderão também obter crédito em termos bastante liberais do Banco do Nordeste do Brasil e de alguns órgãos estatais de desenvolvimento. Um programa promocional agressivo tem dado publicidade a estas oportunidades de investimento.

No final de 1968, estatística publicada pela Sudene indicou que novas indústrias já em operação ou em fase de planejamento garantiriam 123,3 mil novos empregos. A Sudene afirmou que cada emprego diretamente criado estimularia, por sua vez, mais quatro empregos.

Há várias dificuldades com o programa de industrialização. Primeiramente, ainda está em escala muito pequena para ser significativo. Aproximadamente 50% da força de trabalho existente na área do Grande Recife está desempregada ou subempregada. A população está crescendo aceleradamente. A verdade sobre o assunto é que os desenvolvimentistas do "novo Nordeste" têm sido obrigados a correr para se manterem parados de pé.

Apesar da crescente magnitude do problema, murmúrios de insatisfação têm se ouvido de industriais do Rio e de São Paulo; eles prefeririam investir no centro-Sul e obter mais lucro com o seu dinheiro. Ao mesmo tempo, outras regiões não desenvolvidas ou subdesenvolvidas

---

[107] Informações das condições econômicas atuais no Nordeste foram oriundas de entrevista no Recife, em julho de 1967, junho de 1969 e janeiro de 1971.

do Brasil têm obtido incentivos fiscais semelhantes que lhes permitem competir com o Nordeste na busca de capital.

Além disso, as novas indústrias do Nordeste estão naturalmente utilizando maquinaria moderna, que exige um menor número de trabalhadores altamente habilitados. A força de trabalho existente na região é constituída, em sua maioria, de pessoas analfabetas e sem treinamento, apesar dos esforços que estão sendo empregados na educação vocacional.

O capital que tem chegado ao Nordeste toma a forma de novas indústrias ou investimentos em indústrias já existentes, com o intuito de expansão e modernização. Nesse último caso, os empresários nordestinos frequentemente têm sido forçados a pagar 10% de gratificação (eufemismo para suborno ou "retorno antecipado") ao investir de fora para obter esses recursos. Várias companhias estrangeiras (estadunidenses, francesas, japonesas) com negócios no Centro-Sul também têm considerado vantajoso montar fábricas no Nordeste sob a nova lei.

A afluência de novos capitais não destruiu o domínio dos grupos de famílias que controlam a economia da região, nem estimulou qualquer melhoria de condições nas indústrias existentes. Os novos investidores estão interessados primariamente na manutenção de um bom clima de negócios. Eles acham conveniente trabalhar dentro da estrutura e não "entornar o caldo", competindo com a concentração do poder econômico dentro da região.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores das fábricas de tecidos e de outras indústrias mais antigas têm tido de aceitar pagamento abaixo do salário mínimo estabelecido por lei. Embora o custo de vida continue subindo, o governo tem sempre permitido que os salários fiquem para trás, como um dos componentes do seu arsenal de medidas anti-inflacionárias. Por causa do excesso de mão de obra na região, os trabalhadores acham desaconselhável fazer greve. Os sindicatos de trabalhadores continuam a existir, mas sob o domínio do

empresariado, ou sob a liderança de homens apreensivos com o que o Exército faz a qualquer um que seja rotulado por ele de "agitador".

Ocasionalmente, aparecem reformas significativas, tais como a tentativa da Sudene, em 1968, de incluir no seu 4º Plano Diretor a exigência de as novas indústrias adotarem planos de participação nos lucros por seus trabalhadores e desenvolverem meios de incluir trabalhadores na administração da empresa. De forma alguma isso constituía um plano subversivo. A Sudene estava meramente implementando mudanças que haviam sido especificamente declaradas desejáveis pela nova Constituição federal, promulgada pelo governo militar em 1964. Mas um clamor de protesto, tanto no Nordeste quanto no centro-Sul, forçou a Sudene a retirar a proposta. Um jornalista recifense explicou:

– Você pode imaginar um negro sentado no conselho administrativo de uma companhia, pedindo para ver os livros de contas, queixando-se de práticas comuns, tais como uma companhia pertencente a uma família pagando o salário das empregadas domésticas com os recursos da companhia? Seria impossível. O nível cultural aqui é muito baixo. Os trabalhadores seriam manipulados para causar problemas. E também ter trabalhadores ajudando a administrar suas próprias fábricas é socialismo.

Enquanto isso, o interesse por oportunidades de investimento no Nordeste tem estimulado uma demanda por outro tipo de empresário, o consultor local, uma pessoa indispensável para contatos nos bastidores e capaz de orientar o investidor em perspectiva através dos intrincados caminhos legais e práticos para o estabelecimento de um negócio na região. Esse tipo de trabalho pode ser bastante compensador. Um dos consultores do Recife está ganhando por ano mais do que o equivalente a 30 mil dólares Como ele observou durante uma recente entrevista: "Há muito dinheiro para se ganhar no Nordeste."

O Nordeste continua a sofrer um desfavorável balanço comercial. Os críticos do atual programa de industrialização sustentam

que é preciso reverter essa evasão de capital, uma das causas básicas de subdesenvolvimento no Nordeste.

Um aspecto interessante do "novo Nordeste" diz respeito ao que aconteceu com a Sudene e a Usaid. A demissão de Celso Furtado retirou da Sudene a sua mística fascinante. Enquanto ele estava passando um ano exilado no Chile, ensinando durante outro ano em Yale, e depois permanecendo como professor de Economia na Sorbonne, em Paris, a Sudene deixou de funcionar como uma entidade independente subordinada diretamente ao presidente e, numa reorganização do governo, tornou-se parte do Ministério do Interior. O choque causado pela demissão de Celso Furtado, a subsequente depressão psicológica sofrida pela autarquia e um corte nos recursos financeiros resultante do programa anti-inflacionário do governo estiveram perto de destruir a Sudene. O fato de sua sobrevivência a todo custo deve ser considerado um dos pontos altos do período pós-1964.

Depois da "revolução", as relações entre a Sudene e a Usaid melhoraram consideravelmente. Os dirigentes militares do Brasil tornaram claro que não tolerariam qualquer obstrução da política desenvolvimentista aprovada por Washington e avidamente aceita pelos encarregados da economia brasileira. A Sudene seria obrigada a cooperar, portanto; de certa forma, aquela autarquia tinha de se tornar uma chancela, um carimbo para os projetos da Usaid.

Em 1966, as pessoas que trabalhavam para a Usaid no Nordeste eram mais de 150. Uma parte do seu trabalho estava de acordo com os temas específicos e a filosofia do plano diretor original de Celso Furtado e do Relatório Bohan. Portanto, a Usaid forneceu empréstimos e assistência técnica para vários projetos hidrelétricos ambiciosos, que aumentaram consideravelmente o suprimento de energia para a região. A assistência estadunidense ajudou a construir estradas, poços, sistemas de irrigação e postos de saúde.

Outros esforços da Usaid são de valor questionável. Um programa amplamente divulgado para estimular pequenas indústrias rurais que seriam financiadas unicamente por investimento local em sua maior parte mostrou ser inviável. Uma tentativa para reformar o sistema educacional dentro do modelo estadunidense falhou, tanto no Nordeste quanto em outros lugares, por causa da ampla e determinada resistência dos estudantes e de outros grupos. O treinamento de policiais para o controle de rebeliões, dentro do chamado Programa de Segurança Pública da Usaid, reviveu ressentimentos e o reconhecimento de que era um esforço estadunidense para fortalecer o *status quo* contra qualquer tipo de mobilização popular. Muitos nordestinos têm expressado sérias dúvidas como quanto à "Cruzada do ABC", um programa de alfabetização administrado por presbiterianos brasileiros e estadunidenses com apoio do programa Alimentos para a Paz. A cruzada rejeita a filosofia de conscientização de Paulo Freire, ou seja, tornar os analfabetos conscientes e, portanto, críticos de sua posição no sistema social; tenta, em vez disso, treiná-los para aceitar as coisas como são e tirar o melhor partido da sua condição atual.

Até 30 de junho de 1968, a Usaid havia gasto 249,462 milhões de dólares em empréstimos e subvenções para o Nordeste.[108] Outros 40 milhões de dólares já haviam sido comprometidos com projetos em andamento.

O programa de promoção industrial da Sudene e os vários projetos da Usaid descritos deixaram virtualmente intocado o problema principal do Nordeste – a indústria açucareira. A maquinaria das usinas continuou antiquada, a mentalidade feudal da maioria dos donos de usinas e engenhos persistiu e a miséria dos trabalhadores do açúcar e de suas famílias aumentou. Um estudo sobre nutrição

[108] *United States Assistence to Northeast Brazil: summary Report*, 1962-june 30, 1968 (AID/Brazil, Northesast Area Office, Recife, 31 de agosto de 1968).

efetuado em 1968, por amostragem, num grupo de trabalhadores rurais na área em torno de Palmares, revelou que eles trabalhavam consumindo menos calorias do que em 1962.[109] Um jornal francês relatou que, numa pequena cidade na zona açucareira no Sul de Pernambuco, "em condições 'normais' todas as crianças nascidas entre junho e dezembro de 1968 tinham morrido".[110] Em 1967, várias usinas perto de Palmares entraram em bancarrota, e relatórios da fome que assolava a região chegaram ao Recife.[111] Uma história descreveu camponeses desesperados comendo ratos para sobreviver. O proprietário de uma grande usina começou a pagar os seus trabalhadores com valores resgatáveis no armazém da empresa. Durante várias semanas o armazém ficou vazio, e o governo teve de mandar às pressas suprimentos de emergência para a área.

Donos de usinas e engenhos continuam a infringir a lei com impunidade. Às vezes simplesmente se recusam a pagar o salário mínimo exigido por lei. Ou encontram meios de fugir a suas obrigações contratuais. Um expediente comum para burlar a lei é derivado do fato de o salário legal ser calculado com base em uma semana de sete dias. Para recebê-lo, um trabalhador do campo tem que trabalhar seis dias por semana. Seu trabalho diário é anotado por tarefas (tantos metros quadrados destocados, tantos feixes de cana cortados, tantos metros arados). A fim de evitar o pagamento do salário mínimo legal, o proprietário manda que o feitor anote, para o camponês, uma carga de trabalho impossível de ser realizado em um dia. Quando o trabalhador não pode terminar a tarefa, perde o direito ao salário mínimo da semana e recebe somente cinco dias por seis de trabalho.

---

[109] A. Tamer, *op. cit., supra,* cap. 2º, nota 5, p. 115.

[110] *Le Monde Diplomatique*, 4 de maio de 1971.

[111] Para um relatório da visita do autor a Palmares em julho de 1967, vide Page, "Northeast Brazil: Richer and Poor Poorer", *Denver Post* (Perspective Magazine), 6 de agosto de 1967, p. 12.

O pagamento por meio de vales, apesar de proibido por lei, continua a ser uma prática comum. Os camponeses de uma das maiores usinas de Pernambuco vêm negociando os seus vales com o pessoal do escritório da usina, trocando-os por 20% do valor total em dinheiro. Por sua vez, os empregados do escritório vendem os vales de volta à usina por 40% do seu valor.

Uma lei de reforma agrária promulgada pelo governo federal logo depois do golpe tem sido ignorada. Uma das exigências da lei é que a cada camponês que trabalha na indústria açucareira sejam dados dois hectares de terra perto de sua casa, para o seu próprio uso. Até agora nenhuma tentativa foi feita para forçar os donos de usinas e engenhos a obedecer à lei.

O movimento trabalhista rural, que era ativo em Pernambuco, não tem sido capaz de assegurar aos camponeses meios efetivos para conseguir seus supostos direitos ou para obter qualquer nova legislação que beneficie os trabalhadores na zona rural, uma vez que os chefes militares do Brasil têm impedido o trabalho organizado de funcionar como uma força política independente.

No Nordeste, o Exército colocou novos líderes na maior parte dos sindicatos rurais logo depois do golpe. O padre Crespo conseguiu manter o controle sobre a federação. O padre Melo permaneceu com o seu sindicato no Cabo, mas tirou partido de suas boas relações com os militares para favorecer seus projetos quanto à liderança do movimento. Em 1965, aconteceu o inevitável: os dois padres se envolveram numa amarga querela. Uma diferença de opinião sobre estratégia foi a causa da rixa, que chegou ao auge quando o padre Melo tentou conseguir, sem sucesso, que o padre Crespo fosse expulso da federação. A briga ferveu e ainda persiste até o presente. O padre Crespo nunca relaxou sua mão férrea sobre o Sorpe e a federação, um fato que, na opinião de alguns observadores, contribuiu para o fracasso do movimento pernambucano para desenvolver uma liderança interna. No início de 1971, ele anunciou que estava

deixando a batina para se casar, mas que continuaria seu trabalho com o Sorpe e a federação.

Em dezembro de 1964, a Liga Cooperativa (Clusa) firmou com o Sorpe um contrato pelo qual a organização católica continuou a receber ajuda financeira da CIA. Foram fundadas várias cooperativas agrícolas, e a maioria delas ainda hoje funciona. A Clusa retirou seu apoio financeiro em 1967, mais ou menos na mesma época em que a sua ligação com a CIA foi publicamente revelada, e a responsabilidade pela assistência ao movimento cooperativo rural foi transferida para a Usaid e o Corpo da Paz.

O envolvimento dos Estados Unidos com o movimento trabalhista rural no Nordeste desenvolveu-se no período após o golpe mediante a atuação do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Trabalho Livre (AIFLD), uma corporação privada, não lucrativa, criada pela AFL-CIO primariamente como um instrumento para combater as influências comunistas e castristas no movimento trabalhista da América Latina.[112] A Usaid fornece a maior parte das verbas para o AIFLD, cuja política segue de perto a do Departamento de Estado dos Estados Unidos e cujo corpo de diretores inclui representantes das corporações estadunidenses que têm participação substancial na América Latina.

Já em julho de 1963, os chefes da AIFLD estavam tentando organizar um programa no Nordeste do Brasil. Mas os acontecimentos se sucediam depressa demais, e o AIFLD não conseguiu os seus recursos em tempo suficiente para causar um impacto na agitação que precedeu o golpe no interior. (O AIFLD estava ativo em outros lugares no Brasil. Na verdade, um dos seus chefes tem se gabado orgulhosamente da contribuição da entidade para a derrubada de Goulart.)[113]

---

[112] *Vide,* em geral, *Survey of the Alliance for Progress* (Committee on Foreign Relations, U. S. Senate, Doc. No.91-17, 29 de abril de 1969), p. 573-658.

[113] *Idem.*, p. 586.

Não muito tempo depois do golpe, uma equipe do AIFLD chegou ao Recife para se envolver no que restava do movimento trabalhista rural em Pernambuco. O AIFLD programou cursos de treinamento para líderes trabalhistas e construiu vários centros de serviço para camponeses. Tem sido dada ênfase ao desenvolvimento de "sindicatos livres e democráticos", um conceito altamente duvidoso numa ditadura militar que não tolera atividade trabalhista independente e atuante, mas o AIFLD não tem tido problemas por causa dessa contradição. Desse modo, os sindicatos rurais de Pernambuco realizam eleições democráticas para escolha de líderes que percebem altos salários, assistem aos cursos do AIFLD e trabalham muito pouco.

O governo brasileiro estava totalmente advertido das condições na zona açucareira e decidiu fazer uma nova abordagem do problema. Seguindo as recomendações de um estudo na Usaid sob a direção da Companhia Havaiana de Agronomia Internacional,[114] o regime militar anunciou, com a publicidade apropriada, a criação do Geran – Grupo Especial para a Racionalização da Indústria Açucareira do Nordeste. Os objetivos do Geran eram promover a modernização da zona açucareira e realizar uma genuína reforma agrária. A ideia era estimular a adoção de nova maquinaria e novos métodos que capacitassem os donos de usinas a produzir a mesma quantidade de açúcar que vinham produzindo, porém na metade das terras. As terras restantes ficariam então disponíveis para diversificação das culturas e distribuição entre os camponeses.

A criação de um novo órgão federal para lidar com os problemas mais urgentes do Nordeste indicava claramente a perda de poder, prestígio e importância da Sudene. A entidade estava representada

[114] "Diversification and Modernization of Agriculture in the Sugar Cane Zone of Northeast Brazil", Hawaiian Aghronomics International, Basic Agreement no AID/csd.-842, Task Order nº1.

no conselho deliberativo do Geran, mas compartilhava responsabilidades com o Instituto do Açúcar e do Álcool, o Banco do Brasil e várias outras entidades governamentais.

A filosofia básica do Geran, que era encorajar os donos de usinas a se ajudarem a si próprios e, portanto, incidentalmente prover assistência às massas empobrecidas, estava completamente de acordo com as noções de Washington sobre o desenvolvimento de cima para baixo. Parece incrível que aqueles que por muitas décadas tinham preservado um sistema que trouxera pobreza, doença e ignorância a milhares de camponeses fossem agora recompensados, tornando-se os beneficiários diretos de mais ajuda governamental.

Naturalmente, o Geran não podia forçar os donos de usinas a modernizá-las. Não possuía autoridade para compeli-los a fazer coisa alguma, mas tinha de passar-lhes a ideia de tirar vantagem do novo programa. Havia muita conversa no Recife de que o Geran iria se concentrar na modernização das usinas e esquecer os problemas dos trabalhadores que seriam dispensados. A Usaid expressou preocupações quanto a essa possibilidade e desenvolveu planos para transportar esses camponeses para centros de relocação, onde receberiam treinamento e assistência técnica. A ideia alarmou alguns brasileiros, que viam na proposição uma tentativa de manter "campos de concentração". Mas a proposta nunca ultrapassou a fase de planejamento.

O Geran foi anunciado em 1966. No início de 1967, estava em fase de organização. Seus dirigentes expressavam a esperança de que apresentaria resultados dentro de cinco anos. Em agosto daquele ano, o órgão sofreu uma modificação drástica na sua administração, que durou por mais dois anos. Em maio de 1969, o governo designou um coronel do Exército como administrador-chefe do Geran. Sua fama consistia em ter sido encarregado da segurança no Recife durante o período repressivo imediatamente depois do golpe. Em junho de 1969, o Geran ainda se encontrava

em fase de organização. No início de 1971, apenas uma usina em Pernambuco tinha obtido a aprovação dos seus planos de modernização pelo Geran, mas nenhuma ação tinha sido iniciada. Ao mesmo tempo, tinha sido criado um novo órgão, o Gera (Grupo Executivo para Reforma Agrária). Em junho de 1971, o regime militar anunciou um novo plano de reforma agrária, que envolvia a desapropriação de terras na zona açucareira (com pagamento em dinheiro aos proprietários) e o transplante de camponeses nordestinos para colônias ao longo da nova estrada transamazônica. E assim por diante.

Enquanto o Geran continua fazendo tímidos esforços para "racionalizar" a indústria açucareira do Nordeste, os consumidores estadunidenses têm ajudado os donos de usinas e engenhos a resistir às mudanças. De acordo com o Ato do Açúcar, os Estados Unidos compram cotas de várias nações produtoras de açúcar, inclusive o Brasil, por um preço mais alto do que o do mercado mundial. Quase todo o açúcar importado do Brasil pelos Estados Unidos, sob o Ato, é proveniente do Nordeste. Um relatório do Escritório de Contabilidade do Governo dos Estados Unidos calculou que, em 1967, o Brasil recebeu 44,4 milhões de dólares como subsídio resultante do Ato do Açúcar.[115] Esse bafejo permite que o Instituto do Açúcar e do Álcool compre açúcar do Nordeste por um preço artificialmente alto, tornando rentável para os produtores do Nordeste manter métodos antiquados de produção e não lhes dando nenhum estímulo para alterar os seus métodos. É uma contradição curiosa que, enquanto a missão da Usaid no Recife tenta encorajar o programa do Geran, os funcionários do Departamento de Estado em Washington não têm feito nenhum esforço para pressionar o

[115] General Accounting Office, "Foreign Aid Provided Through the Operations of the United States Sugar Act and the International Coffee Agreement" (B-167416, 23 de outubro de 1969), p. 23.

Congresso no sentido de propor uma emenda ao Ato do Açúcar, a fim de criar pressões sobre os antiquados produtores de açúcar, como os do Nordeste brasileiro, para reformar seus métodos.

À medida que os esforços estadunidenses se intensificaram no Nordeste nos anos que se seguiram ao golpe, a presença estadunidense se expandiu perceptivelmente. O Corpo da Paz enviou uma multidão de voluntários para a região. Em meados de 1967, 204 voluntários estavam trabalhando em várias comunidades através do Nordeste. Até o número de missionários estadunidenses aumentou. Um dos subprodutos desse influxo foi uma onda de antiamericanismo. Na Paraíba, os estudantes abordavam os voluntários do Corpo da Paz e os missionários mórmons com gritos de "Vão para casa!. Um estudo conjunto feito pela Sudene e o Estado de Michigan sobre as práticas de compra e venda no Nordeste marcou passo por muito tempo por causa da suspeita dos brasileiros de que os estadunidenses estavam ligados a empresas dos Estados Unidos que planejavam se transfrerir para a região. Uma campanha dos jornais do Recife caluniou uma moça do Corpo da Paz, falsamente acusada de esterilizar mulheres camponesas.[116]

A estreita relação entre Washington e o regime militar do Brasil era a causa subjacente dessas manifestações hostis. Uma vez que o Exército suprimiu toda crítica contra o governo no Nordeste, o antiamericanismo forneceu um meio indireto para os brasileiros expressarem sua insatisfação com a política doméstica. Além disso, muitos brasileiros sentiam que o seu governo tinha se tornado intoleravelmente subserviente para com os Estados Unidos e estavam alarmados com o que viam como uma política de americanização forçada sobre eles. A intervenção estadunidense na República Dominicana e a intensificação do envolvimento dos Estados Unidos no Vietnã serviram para aumentar as animosidades. Em 1968, os Estados Unidos redu-

---

[116] *Jornal do Commércio*, 6 de maio de 1967.

ziram substancialmente sua presença oficial no Brasil, em parte pelo menos por causa da crescente onda de antiamericanismo.

Enquanto isso, o arrocho repressivo do regime parecia estar afrouxando um pouco quando o general Artur da Costa e Silva foi escolhido pelos oficiais seus colegas para suceder Castelo Branco como presidente. Costa e Silva subiu ao poder em março de 1967 e anunciou sua intenção de "humanizar a revolução". Mas sua administração fracassou em fazer qualquer progresso real no sentido de uma justiça social ou uma reforma estrutural para complementar a pequena recuperação econômica obtida pela política de estabilização do governo. Ao iniciar-se o segundo ano do governo de Costa e Silva, a oposição ao regime aparentemente estava ficando fora de controle. Os estudantes organizavam demonstrações violentas por todo o país. Ocorreram algumas atividades isoladas de guerrilhas. Os católicos progressistas intensificaram sua mobilização por reformas sociais. Os velhos políticos (Kubitschek, Jânio, o exilado Goulart e outros) tentaram formar um partido político de oposição como frente única, em desafio às leis que determinavam ser ilegais tais organizações. Grupos paramilitares da direita, com o apoio tácito de certos oficiais do Exército, reagiram com uma campanha terrorista contra a esquerda, e católicos conservadores requereram que o Vaticano fizesse algo quanto à "infiltração comunista" da Igreja brasileira.

As coisas atingiram um ponto de crise quando um deputado federal denunciou os militares como "torturadores" por terem suprimido um congresso de estudantes. O governo exigiu que o Congresso retirasse as imunidades dos parlamentares. O Congresso recusou e, em 13 de dezembro, Costa e Silva decretou o Ato Institucional nº 5. O Congresso foi dissolvido e o Exército impôs uma rígida censura à imprensa. A onda de prisões que se seguiu foi uma reminiscência de abril de 1964.

As universidades foram submetidas a sérios ataques, e os professores e estudantes foram vítimas de novos expurgos pela polícia

e pelo Exército. Isso provou ser forte demais para Lincoln Gordon, naquela época presidente da Universidade Johns Hopkins, e ele se reuniu a outros especialistas em estudos latino-americanos para mandar um telegrama de protesto a Costa e Silva.[117]

No Nordeste, o Ato Institucional nº 5 significou a repressão sobre D. Hélder Câmara e seus seguidores. Um grupo católico ultraconservador denominado "Sociedade para Defesa da Tradição, Família e Propriedade" fez uma campanha para transferir o arcebispo do Nordeste. O governo expulsou dois padres estadunidenses que estavam trabalhando no Recife e cujo boletim paroquial reproduzia artigos de jornais estrangeiros criticando o regime (um terceiro padre estadunidense retornou aos Estados Unidos pouco antes de sua iminente expulsão). A censura à imprensa excluiu dos jornais o nome e os pronunciamentos de D. Hélder, com exceção de alguma notícia ocasional nas páginas religiosas. Os espiões da polícia começaram a frequentar as missas de domingo para surpreender sermões "subversivos". Terroristas atiraram contra o palácio episcopal, o escritório arquidiocesano e a residência de D. Hélder, e pintaram o muro com os dizeres "Morte a Dom Hélder, o arcebispo vermelho". No dia 26 de maio de 1969, um dos seus padres foi brutalmente assassinado. Esse fato, somado ao ferimento a bala de um líder estudantil que ficou paralítico, estendeu um manto de terror sobre os nordestinos que haviam expressado de alguma forma sua crítica ao regime.

O processo de polarização tem continuado rapidamente. Um jovem estudante de São Paulo que tentou organizar camponeses no sertão de Pernambuco foi preso e tão barbaramente torturado que tentou o suicídio, tendo quebrado a espinha ao pular de uma janela do quartel da polícia. Um grupo de estudantes do Sul foi capturado pela polícia após um tiroteio no Recife. Os estudantes

---

[117] The *New York Times*, 10 de junho de 1969, p. 24.

foram acusados de planejar o sequestro do cônsul dos Estados Unidos. Entre eles, achava-se uma moça estadunidense.

Washington tem expressado alguma insatisfação com essa virada nos acontecimentos no Brasil. O que em 1964 foi denominado um grande triunfo para o hemisfério ocidental é atualmente fonte de embaraço para aqueles que vêem, confusos, a destruição das instituições democráticas, a censura da imprensa e a tortura de estudantes, padres e freiras. Para os que fazem a política dos Estados Unidos, as galinhas voltaram para o poleiro, em casa.

Em maio de 1970, uma seca seriíssima, a pior desde 1958, novamente transformou o Nordeste numa área de desastre natural. Os camponeses invadiam as cidades do interior e saqueavam lojas, mercearias e residências, à procura de comida. Chegaram mesmo a parar os trens e retirar as cargas de alimento. A Sudene, antes orgulhosa, criada para defender a região contra os efeitos de futuras secas, rapidamente organizou um programa de "frentes de trabalho" para que os camponeses pudessem ganhar em projetos de serviços o bastante para permanecerem vivos. Refugiados do sertão – os "flagelados" – começaram a chegar à cidade de São Paulo. *Le Monde*, o conhecido jornal parisiense, publicou que, "pela quinta vez em um mês, a polícia de Pernambuco parou um caminhão lotado de homens e mulheres que iam ser 'vendidos' (como trabalhadores escravos) aos grandes proprietários em Minas Gerais por 80 cruzeiros – menos de 18 dólares por cabeça".[118]

*Plus ça change...*

[118] *Le Monde* (English Language ed.), 20 de maio de 1970, p. 4.

# IV – FRANCISCO JULIÃO, AS LIGAS E O GOLPE MILITAR DE 1964 (2004)*

Vandeck Santiago

## 1. PERNAMBUCO NO OLHO DO FURACÃO

A visão do interior pernambucano, principalmente do semiárido, causou impacto no escritor Arthur Schlesinger Jr., em fevereiro de 1961, época em que ele era um dos mais próximos assessores do presidente John Kennedy [presidente dos Estados Unidos nessa época]. "Eu jamais vira uma região de tamanho desespero – uma aldeia miserável e estagnada após outra, casebres de barro escuro, crianças de pernas tortas e barrigas imensas, onde não se via praticamente nenhum velho", escreveu ele na obra clássica sobre o governo Kennedy: *Mil Dias – John F. Kennedy na Casa Branca,* publicado no Brasil em 1966 (atualmente esgotado).

Juntamente com um grupo de integrantes do governo estadunidense, ciceroneado pelo superintendente da Sudene, Celso Furtado, ele passou nove horas viajando pelo interior. Em um vilarejo, um menino de cerca de dois anos, completamente nu, disparou na

---

* SANTIAGO, Vandeck. *Francisco Julião, as Ligas e o golpe militar de 64*. Recife: Comunigraf Editora, 2004, p. 39-40; 75-76; 91-96; 133-136; 147-153; 31-32; 139-142; 65-69; 41-42; 27-30.

direção deles. A cena, conforme vista por Schlesinger: "(ele) correu alegremente para nós, estendendo os braços para que o pegássemos no colo. Estava coberto de feridas e marcas de sarampo. Não tivemos coragem de tocar nele".

Pela contundência do relato e pelo respeito que Kennedy tinha por Schlesinger (hoje um dos principais intelectuais dos EUA), a descrição do que ele vira teve influência também sobre o presidente. A China havia feito uma revolução em 1949 e Cuba, em 1959 – ambas com participação maciça de camponeses. O cenário aqui tinha ingredientes preocupantes, na visão estadunidense: miséria e camponeses revoltados. Em 1º de novembro de 1960, o *The New York Times* bradava em manchete: "Marxistas estão organizando os camponeses no Brasil". No dia anterior, em matéria com chamada de primeira página, o tom fora o mesmo: "O surgimento de uma situação revolucionária é cada vez mais nítido" no Nordeste. Em ambas, o foco era a atuação das Ligas Camponesas. Fidel Castro e Mao Tse-tung, afirmavam as reportagens assinadas por Tad Szulc, estavam sendo apresentados como heróis para os camponeses, estudantes e trabalhadores urbanos.

No relato que fez sobre a viagem a Pernambuco e ao Nordeste, Schlesinger menciona "o agitador Francisco Julião, que estava organizando as Ligas Camponesas e convencendo os camponeses a tomarem as terras". Confessa-se "impressionado com a magnitude do problema" e considera que a situação em que se encontrava a América Latina inteira "encerra uma crise para os EUA". Caso ignorada, a crise "poderia acabar transformando a metade Sul do hemisfério numa China fervente e irada". Considere-se ainda a opinião do próprio Celso Furtado sobre as Ligas: "O movimento (tinha) todas as características de uma arregimentação revolucionária de tipo clássico".

Em discurso pronunciado em 15 de julho de 1961, John Kennedy afirmaria: "Nenhuma área tem maior e mais urgente necessidade de atenção que o vasto Nordeste do Brasil". No ano

seguinte, ao receber na Casa Branca o governador do Rio Grande do Norte, Aluízio Alves, o presidente mostrou-se interessado em saber da situação no Brasil. Primeiro perguntou: "E a Aliança para o Progresso, o que está fazendo?", referindo-se ao programa que criara, destinado a ajudar os países da América Latina e a conter uma eventual influência da Revolução Cubana na região. Depois da resposta de Aluízio Alves, o presidente Kennedy fez outra pergunta: "E o movimento do Francisco Julião?".

A agitação camponesa no Nordeste preocupava o homem mais poderoso do planeta.

## Os estadunidenses estão chegando

Nunca houve tanto estadunidense no Brasil e em Pernambuco quanto no início dos anos de 1960. E também nunca houve um embaixador dos Estados Unidos que tivesse presença tão ostensiva na política nacional quanto o daquela época, Lincoln Gordon. Tanto que uma das palavras de ordem de mais sucesso naqueles anos era: "Chega de intermediários, Gordon para presidente!"

O embaixador apresentou suas credenciais a João Goulart em outubro de 1961. Àquela altura, o governo Kennedy já havia criado a Aliança para o Progresso, programa que visava fornecer assistência socioeconômica para a América Latina e que tinha entre suas metas melhorar a distribuição de renda e promover a integração econômica com vistas à implantação de um mercado comum latino-americano.

Foi também em 1961 que começou o aumento do número de vistos solicitados pelo Departamento de Estado dos EUA ao Itamaraty. A maioria vinha morar no Nordeste. Só em 1962, o total de cidadãos estadunidenses desembarcados no Brasil foi de 4.968 – número que, segundo o cientista político Moniz Bandeira, era superior a todos os registrados nos anos anteriores, incluindo o período da II Guerra Mundial, quando os EUA tiveram bases

militares no Nordeste. Muitos desses estadunidenses, conforme Moniz Bandeira, faziam parte das Special Forces (os chamados Green Berets, "Boinas Verdes"*)*, especializadas em enfrentar tentativas de revolução.

No Recife, o consulado estadunidense tinha uma equipe como jamais teve: 14 vice-cônsules e um cônsul, que – conforme informações publicadas por Moniz Bandeira e nunca desmentidas – era agente da CIA. No início dos anos de 1960 estava instalado na capital pernambucana o maior escritório do mundo da Usaid (Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional), que só foi fechado em 1972.

Outra área em que se verificou a ação estadunidense foi a eleitoral. Por meio do Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), foram investidos cerca de 1 milhão de dólares nas campanhas de candidatos contrários à esquerda e favoráveis aos EUA. O valor de US$ 1 milhão foi reconhecido pelo próprio embaixador Gordon. No livro *O diário da CIA,* o autor, Phillip Agee, ex-agente da Companhia, fala em cifra mais alta: US$ 5 milhões. Pernambuco foi um dos Estados em que o Ibad mais auxiliou candidatos (todos contrários à candidatura de Miguel Arraes). Até o engenho Galileia, onde surgira a primeira Liga, foi contemplado: em um ato repleto de autoridades, foram doados gabinete dentário, escola e implementos agrícolas – tudo com dinheiro do Ibad.

O embaixador Gordon tinha contatos frequentes com o presidente João Goulart – de quem, a propósito, tinha péssima impressão. "Goulart era uma rolha balançando na água, ia e vinha sempre pela última opinião que ouvia", disse ele em entrevista à historiadora americana Phyllis Parker, autora do livro *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março* (publicado nos EUA em 1976 e no Brasil no ano seguinte; essa obra é feita principalmente com base em documentos oficiais, liberados pelos EUA anos depois de 1964).

## 2. "O GOVERNO ESTADUNIDENSE TEMIA UMA INSURREIÇÃO CAMPONESA NO NORDESTE"
### Entrevista com Moniz Bandeira, cientista político

Na opinião do maior estudioso do governo João Goulart, o doutor em Ciência Política Moniz Bandeira, em 1964, o presidente não tinha meios de resistir ao golpe. Se optasse por esse caminho, afirma Bandeira, teria havido uma guerra civil, o Brasil sofreria uma intervenção armada dos Estados Unidos e teria ocorrido uma "tragédia de proporções internacionais" – além do que as forças pró-Goulart não teriam a menor chance de êxito, segundo ele. Moniz Bandeira é autor de mais de 20 livros, entre os quais um que se tornou clássico sobre o período: *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964*, lançado em 1983 e hoje na sétima edição. Nesse livro, ele afirma que "os principais protagonistas dessas lutas foram as classes sociais" e o governo João Goulart "refletiu o aguçamento de suas lutas" – tese da qual este caderno compartilha, ao enfocar a trajetória das Ligas Camponesas. Para Bandeira, os EUA encorajaram o golpe, agravando a crise financeira e econômica do Brasil e, por intermédio da CIA, provocando artificialmente a radicalização das lutas. Moniz Bandeira vive hoje na Alemanha, de onde – por correio eletrônico – concedeu esta entrevista:

*O senhor considera que as atividades das Ligas Camponesas estão entre aquelas que teriam sido "induzidas artificialmente à radicalização"? Por quê?*

**Moniz Bandeira:** Não julgo que as atividades das Ligas Camponesas estivessem entre aquelas que foram induzidas artificialmente à radicalizacão, embora elas estivessem naturalmente infiltradas. As tentativas de deflagrar guerrilhas, apesar de que Cuba, de modo aventureiro, também as encorajasse, contribuíram para esse processo de indução artificial à radicalização, cujo ponto culminante

foram os levantes dos sargentos e dos marinheiros. Os agentes da CIA instigavam atitudes radicais, a fim de provocar a repressão e as Forças Armadas. O golpe estava sendo articulado desde 1961 e era necessária uma justificativa. Em meu livro *O governo João Goulart* fiz referência a um informe, existente nos arquivos de Goulart, sobre um submarino americano que desembarcou armas de procedência tcheca no litoral do Nordeste. Era uma provocação.

*Por que a maior parte dos estadunidenses veio para o Nordeste naquele período? Aqui estava o principal potencial revolucionário do país?*

**Bandeira:** O governo estadunidense temia que eclodisse no Nordeste uma insurreição camponesa, devido às atividades das Ligas e às suas vinculações com Cuba. Mas uma insurreição camponesa no Nordeste não tinha condições de triunfar. O Brasil já era um país predominantemente urbano e industrial, como demonstrei em meu livro *O caminho da revolução brasileira,* publicado em 1962. As guerrilhas não produziriam o colapso econômico.

*Qual a importância política e social de Julião naquela época?*

**Bandeira:** Julião teve enorme importância ao despertar a consciência nacional para a necessidade da reforma agrária.

*Para Julião, a reforma agrária assinada por Jango era reforma de "beira de rodagem" (estrada) e não surtiria efeito. Como o senhor vê a postura de Julião em relação ao governo Jango?*

**Bandeira:** A postura de Julião em relação ao governo de Goulart foi equivocada, como, de resto, a postura de quase toda a esquerda, que se radicalizou, sem perceber que esse processo acarretaria um golpe de Estado, que ela não tinha condições e meios materiais para enfrentar. Houve uma radicalização verbal, sem força para sustentar sequer uma revolta: "Reforma agrária, na lei ou na marra". Na marra? Com que recursos? Era ilusão.

*O senhor considera que, se Jango houvesse resistido, "a guerra civil eclodiria, haveria a intervenção dos EUA" e as forças legalistas não teriam "a menor chance de êxito", conforme afirmou em seus trabalhos. Mas, levando-se em conta que os reforços estadunidenses só chegariam à costa brasileira no dia 11 de abril e que os EUA já estavam com uma frente aberta (ou em vias de) no Vietnã, não é de se cogitar que o golpe poderia ter sido revertido? O senhor não considera a hipótese de o povo brasileiro (ou parte dele) resistir à intervenção estadunidense? Será que o levante golpista não poderia também ter caído "como um castelo de cartas" (como disse o Golbery sobre o governo)?*

**Bandeira:** Goulart já não tinha condições militares para enfrentar o golpe. A maior parte das Forças Armadas já inflectira contra o governo, em virtude da quebra da disciplina e da hierarquia nas Forças Armadas, com os levantes dos sargentos e marinheiros. Se Goulart houvesse resistido no Rio Grande do Sul, ficaria muito isolado do resto do país. Os EUA teriam reconhecido, como logo o presidente Lyndon Johnson fez, o governo de Ranieri Mazzili para fornecer a assistência militar. Não importa que a esquadra estadunidense só chegasse no dia 11 de abril. Eles já se preparavam para enviar os suprimentos por via aérea. Isso está nos documentos, no telegrama de Dean Rusk a Lincoln Gordon. Também não importava que os EUA já tivessem uma frente aberta no Vietnã, para onde ainda não havia enviado grandes contingentes de tropas. Eles apenas desembarcariam no Brasil (onde já estavam cerca de 4 a 5 mil "Boinas Verdes") alguns poucos *marines*, a pretexto de resgatar os estadunidenses no Brasil. O Brasil seria praticamente dividido e João Goulart não dispunha de recursos logísticos para sustentar uma guerra civil. Não contaria com suprimentos de armas, munições e gasolina. O Vietnã tem fronteira com a China e contava com o apoio da Rússia. O Brasil está muito distante.

*Enquanto isso...*

O último comício do presidente João Goulart foi numa sexta-feira, 13 de março. O famoso "Comício das Reformas de Base". Entre 150 e 200 mil pessoas compareceram ao evento, segundo estimativas dos jornais, na época. Autoridades e representantes da sociedade civil participaram do ato. Era tão ampla a participação que lá estava com direito a discursar – o "representante de 15 mil terreiros de Umbanda" – o senhor Jair Ribeiro de Sousa. Num discurso emocionado, disse que o presidente João Goulart era protegido pelo "caboclo Boiadeiro", da Bahia, e a mulher do presidente, Maria Teresa, era protegida pela "cabocla Jurema". Também disse que estava trabalhando para desfazer os trabalhos de magia negra feitos contra o presidente. Entre as autoridades, lá estavam Miguel Arraes e Leonel Brizola. Crítico do governo, Francisco Julião não foi convidado. No ato, Jango assinou dois decretos: um encampando refinarias particulares de petróleo e outro de desapropriação de terras à margem de rodovias (Julião ironizou esse decreto dizendo que era "reforma agrária de beira de rodagem"; depois, no exílio, refaria sua análise, considerando que a reforma era a possível no momento e tinha efeitos positivos). As medidas, em si, não eram radicais. Em relação à reforma agrária, porém, os partidários do governo acreditaram que ali fora dado apenas o primeiro passo e que outros, mais largos, seriam dados no futuro. No ato, o presidente anunciou outra medida que deveria ser adotada posteriormente e que atingia propriedades urbanas. "Outro decreto (...) vai regulamentar o preço extorsivo dos apartamentos e residências desocupados". Também defendeu o voto do analfabeto e a reforma tributária. Metas que hoje poderiam constar do programa de partidos liberais, mas que na época possuíam teor explosivo. Sobretudo pelo tom dos discursos e pelas faixas e cartazes (alguns falavam em "enforcar os gorilas"; outros conclamavam Jango a "mandar brasa"). Acrescido a tudo, um detalhe que parecia apenas geográfico, mas que encerrava uma pesa-

da carga política: o comício foi realizado em frente ao Ministério da Guerra. Segundo historiadores, teria sido a partir daí que o general Castelo Branco engajou-se de vez na ação dos que conspiravam pelo golpe. Ao final do comício, quando o presidente deixava o local, um mau presságio: ao entrar no carro, ele bateu com a cabeça na porta, uma pancada tão forte que, segundo relato de um cronista social que presenciou a cena, "o presidente quase deitou no banco traseiro do carro, enquanto D. Maria Teresa soltava-lhe a gravata e começava a abaná-lo" .

Nos dias seguintes, novos problemas. Em 26 de março, o levante dos marinheiros, que simbolizou a quebra da hierarquia nas Forças Armadas. No dia 30 o presidente compareceu a uma homenagem de sargentos e suboficiais, onde fez mais um discurso inflamado. "Um observador externo podia até imaginar que ele estivesse provocando a própria queda", disse Darcy Ribeiro, que era chefe da Casa Civil e que sugerira a Goulart não comparecer ao ato dos sargentos. Àquela altura, já não havia caboclo nenhum, nem mesmo da Bahia, capaz de salvar Jango.

## 3. "AS LIGAS INFLUENCIARAM A POLÍTICA DE KENNEDY"
## Entrevista com Anthony Pereira

O cientista político estadunidense Anthony Pereira é um especialista nas questões agrárias do Nordeste e, em particular, de Pernambuco. É professor de Ciência Política na Universidade de Tulane (Nova Orleans, Louisiana, EUA) e autor de uma série de trabalhos sobre o tema, a quase totalidade deles sem tradução para o português. É o caso, por exemplo, de *Brazil's agrarian reform: democratic innovation or oligarchic exclusion redux?,* publicado na Latin American Politics an Society (volume 45, número 2, 2003). É dele também o ensaio *God, the devil and development in Northeast*

*Brazil* ("Deus, o diabo e o desenvolvimento do Nordeste do Brasil", de 1999) e "Profeta no exílio: o retorno do mito de Francisco Julião". Pereira (sobrenome proveniente do pai, que era de Açores) conhece Pernambuco e já escreveu trabalhos sobre Julião. Reconhece que o líder das Ligas esteve à frente do seu tempo nos anos de 1950/1960 e que a ação das Ligas influenciou a política de reforma agrária do programa Aliança para o Progresso (no governo Kennedy). Em entrevista por correio eletrônico, dos EUA, Pereira afirma que, em virtude do que se passava aqui e do cenário mundial, o Nordeste nunca teve tanta importância para o governo americano quanto naquela época.

*Qual o papel histórico de Julião nos anos de 1950/1960? Que contribuição ele deixou?*

**Anthony Pereira:** Penso que Julião deu uma contribuição poderosa para a compreensão da questão agrária, quebrou o domínio do PCB e da Igreja nessa área. A ideologia de Julião, que ele descreve como um cristianismo marxista, foi em algum sentido uma síntese da doutrina do PCB e da Igreja progressista da sua época – uma síntese em alguns aspectos mais radical que a ideologia das duas instituições. É interessante observar como movimentos sociais que aparentemente fracassam podem lançar as sementes para movimentos futuros, que têm impacto muito maior do que seu precursor. Um exemplo do legado de Julião pode ser constatado no movimento contemporâneo dos sem-terra no Brasil.

*E do ponto de vista internacional?*

**Pereira:** Creio que Julião teve um impacto na política estadunidense para a América Latina. A ênfase dos EUA pela reforma agrária durante os anos da Aliança para o Progresso no governo Kennedy (1961-1963) foi em parte decorrente da ação das Ligas Camponesas e do temor dos EUA de uma revolução no Nordeste brasileiro. Claramente, a Revolução Cubana de 1959 foi o fator

principal também, mas é frequentemente esquecida agora a preocupação que havia em relação ao Nordeste do Brasil nos círculos da política externa dos Estados Unidos no início anos de 1960. Eu não creio que o Nordeste brasileiro tenha tido tal importância em Washington antes ou depois!

*Que críticas o senhor considera mais pertinentes em relação à atuação dele à frente das Ligas?*

**Pereira:** É provavelmente justo dizer que os reais dons de Julião foram literários, oratórios e, no que concerne à agitação, mais do que os de organizador. A sua eleição para deputado estadual em 1958 e para federal em 1962 parece ter resultado em negligência, de sua parte, na organização das Ligas. A liderança do MST parece ter aprendido essa lição, optando por não tentar criar uma bancada dos sem-terra no Congresso.

*Em que as Ligas não deram certo?*

**Pereira:** O grande fracasso da Ligas foi construir uma organização nacional e coesa. Contudo, esse fracasso não é devido só a limitações de Julião como líder. É importante ressaltar que o Brasil em 1962/1963 era um país muito menos integrado do que é hoje. Os transportes e as comunicações eram mais primitivos que hoje – não havia celulares, computadores com acesso à internet etc. Os níveis de alfabetização eram mais baixos, assim como os recursos financeiros. Então não é surpreendente que houvesse tremendas barreiras para a construção de uma organização nacional naquela época.

*O fato de Julião ter-se aliado a antigos adversários na eleição de 1986 foi o fator que impediu que ele viesse a ter um novo papel na política brasileira pós-regime militar?*

**Pereira:** O apoio de Julião ao candidato José Múcio, em 1986, foi certamente uma maneira estranha de ele retomar à política bra-

sileira e afetou a forma como ele tem sido lembrado. Por um lado, suas relações com Miguel Arraes eram tensas desde quando Arraes foi governador em 1963-1964 e Julião estava no Congresso – de alguma forma eles eram rivais na disputa do mesmo eleitorado. Sob esse ponto de vista, a posição de Julião em 1986 foi coerente. Por outro lado, creio que Julião estava realmente tentando repensar sua política e encontrar alguma coisa que fosse realizável. Ele estava consciente de que sua agitação em nome das Ligas não tinha produzido resultados diretos e imediatos. E ele estava também consciente de que aquela segunda chance [a disputa nas eleições de 1986] de influenciar na política seria provavelmente a última. Julião me disse numa entrevista em Cuernavaca, em 1988, que ele quis retornar ao Brasil "como um homem, não como um mito". Eu creio que, em 1986, como no período 1955-1964, Julião enfrentou tremendas adversidades (talvez tenha sido isso que o atraiu para a luta!). Ele estava propondo uma reforma agrária em larga escala e voluntária numa área dedicada especificamente à cana-de-açucar, dominada pelos usineiros. Isso foi no auge do Proálcool, quando os usineiros tinham o apoio total do governo federal. Como se pode ver olhando para trás, uma redução drástica dos subsídios federais para o açúcar seria provavelmente uma condição necessária para a redistribuição de terra na Zona da Mata. Nos últimos anos, é isto o que tem acontecido em Pernambuco, e no Estado: consideráveis mobilizações por terra e alguma redistribuição, a maioria voluntária. Assim, em alguns aspectos, talvez Julião estivesse à frente do seu tempo em 1986, da mesma forma que esteve à frente do seu tempo no período anterior.

### Congresso debate as Ligas. Com CPI

Nenhuma matéria na imprensa e nenhum livro registra isso, mas houve uma "CPI das Ligas" nos anos de 1960. Ela foi instaurada em 5 de julho de 1961, sob a presidência de um deputado

pernambucano, Andrade Lima Filho. Seus integrantes percorreram o Nordeste, estiveram no engenho Galileia, tomaram depoimentos de proprietários, líderes camponeses, militares (como o então comandante do IV Exército no Recife, Costa e Silva), religiosos, deputados, desembargadores e Francisco Julião. A CPI foi encerrada no ano seguinte e suas conclusões foram divulgadas em 15 de dezembro de 1962. Partia de um caso de violência contra um camponês, em Água Preta (Zona da Mata pernambucana) e encerrava pedindo urgência na implantação de uma reforma agrária no Brasil e, principalmente, no Nordeste: "De tudo o que vimos e registramos, de tudo o que sabemos ocorrer em todos os setores do território nacional, uma verdade está evidenciada: o problema do campo no Brasil é simplesmente explosivo e gritante e ofensivo à dignidade humana". O relatório final da CPI encontra-se nos anais do Congresso. É um documento revelador da situação e dos personagens da época e de como estava expandido o movimento das Ligas Camponesas.

Em 1961, o clima já era de agitação no Nordeste e no Brasil. As Ligas haviam ganho notoriedade nacional e internacional. Um caso de violência ocorrido no engenho Pedra, em Água Preta, foi o estopim para que o deputado Andrade Lima Filho solicitasse a instauração de uma CPI. O camponês Agnelo Delmiro havia sido ferrado a fogo, como boi, naquele engenho. Seu crime fora pertencer às Ligas Camponesas e ter resistido à ordem de expulsão da terra que ocupava. O fato fora motivo de editorial do na época influente *Jornal do Brasil*. A CPI destinava-se a apurar esse caso e "estudar as causas e as implicações do fenômeno socioeconômico que deu origem ao aparecimento das Ligas Camponesas". O pedido de instauração da CPI foi assinado por 141 deputados. A Comissão foi composta de 9 parlamentares.

Na visita que fizeram aos Estados nordestinos, os parlamentares ouviram aquele que 15 anos depois seria presidente do Brasil, o

general Costa e Silva. Na época, ele comandava o IV Exército no Recife. O relato dos integrantes da CPI sobre o encontro com ele é o seguinte:

> Homem rude, desconfiado, agressivo, defensor intransigente dos latifundiários. Não tolera manifestações populares e mantém vigilância permanente sobre os líderes camponeses, cujas casas manda invadir à procura de armas. Acha que os grandes usineiros são excessivamente generosos para com seus moradores, aos quais dão a mais completa assistência.

O primeiro a falar na CPI foi Francisco Julião, no dia 28 de agosto de 1961. Seu depoimento, dado na sala da Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados, em Brasília, durou cerca de quatro horas. Ele fez uma explanação do que eram as Ligas e como elas estavam organizadas. Ele era então deputado estadual. Disse que, naquele mês de agosto, recebera 80 convites de cidades de todo o país para dar palestras sobre questões agrárias ou fundar ligas camponesas. Acrescentou que o Nordeste encontrava-se "em estado revolucionário", em virtude "das dificuldades e da falta completa de assistência" e de "a grande massa de camponeses estar totalmente desamparada". E falou de um "general formidável" que havia na região:

> O Nordeste sempre deu boas lições de história; sempre foi uma região sensibilizada e sempre se pôs à frente dos grandes movimentos libertários deste país. Não é de admirar que, se não encontramos uma saída pacífica, legal para este problema de base, tal como a reforma agrária, isso bem pode conter em seu bojo a própria revolução brasileira. Se surgir, pois, uma convulsão neste país, o Nordeste não poderá permanecer alheio, porque ele tem um general formidável comandando a região, que é o general-fome.

Neste depoimento, há também uma proposta de Julião que não aparece em nenhum outro relato sobre ele e sobre as Ligas: propôs que fosse estendido aos camponeses uma lei equivalente a do

inquilinato, que existia para quem morava na cidade. Por essa lei, os inquilinos tinham direitos e não podiam ser despejados de uma hora para outra – era isso que Julião desejava para os camponeses.

A Comissão fez audiências públicas também no Maranhão, Piauí e Paraíba. Em Teresina (PI) ouviu, entre outros, o depoimento do desembargador Simplício de Souza Mendes, professor da Faculdade de Direito e grande proprietário de terras no Estado. O texto da CPI sobre este depoimento:

> [o desembargador] fez um relato completo dos fatos ocorridos em Teresina, condenando-os por considerá-los ilegais, acentuando ser um erro estimular os homens do campo a se unirem com esse objetivo, pois entende que só é possível resolver o problema do trabalhador rural através do estatuto legal da reforma agrária, que o Congresso votará. Considera esses tipos de associação de lavradores meras entidades comunistas, subversivas, destinada a convulsionar a ordem.

Em seguida, ainda no Piauí, os integrantes da Comissão ouviram José Esperidião Fernandes, "lavrador, criador de galinhas e presidente da Liga Camponesa do município de Teresina". O relato da CPI:

> Homem simples, sem instrução, em seu depoimento vazado numa linguagem singela, porém firme, passou a descrever o que era a vida de um trabalhador agrícola no interior do Piauí: sem assistência, sem garantia do uso da terra, à mercê do proprietário, sem salário mínimo, sem escolas para os filhos, sem assistência médica, sem transporte, sem crédito, vivendo do seu próprio trabalho e colhendo da terra alheia o sustento para si e para a sua famí1ia. É descrição amarga da mais profunda miséria.

Um terceiro depoimento:

> Por fim, depôs o general João Henrique Gayoso e Almendra, um dos grandes proprietários daquele Estado e em cujas terras se instalou a primeira Liga Camponesa do Piauí. Aqui, ouvimos exatamente a voz oposta, o outro mundo, a realidade em choque com a outra

> realidade. Falava o proprietário com ênfase dramática, punhos cerrados, investia contra aqueles que abusavam da sua propriedade, acentuando: "Srs. deputados, na minha propriedade criaram uma liga camponesa para subverter a ordem e a disciplina; e os oradores da sessão inaugural chegaram a dizer que a terra era de todos, como o solo, o ar e a chuva". E interrogava dramaticamente: "Isso é ou não é subversão, Srs. deputados?

Em Pernambuco a CPI ouviu o deputado Francisco Falcão (presidente da Sociedade Auxiliadora da Agricultura), moradores do engenho Galileia, Celso Furtado (superintendente da Sudene), o padre Melo (que atuava no interior, organizando sindicatos e fazendo oposição às Ligas), o arcebispo do Recife, D. Carlos Coelho, e o general Costa e Silva. Alguns trechos do depoimento de Celso Furtado, um técnico ponderado, que via as necessidades de reformas, mas sem o radicalismo das propostas da esquerda:

> Creio ardentemente na reforma agrária. Esse nome já se tornou um *slogan,* que altera seu sentido. Uma reforma agrária tem de ser feita cautelosamente, através de uma série de medidas. Cabe ao governo essa tarefa de criar uma agricultura nova e um agricultor novo, destruindo os vícios da atual estrutura que impede os meios de produção e causa desigualdades sociais. Acredito que se deve aumentar a produção de qualquer gênero, isso é fundamental para qualquer política governamental. Com providência dessa natureza, teríamos mais e melhores terras para a produção de gêneros. Acredito que estamos em vias de receber dos usineiros dessa região terras anteriormente ocupadas com a plantação de cana, para serem destinadas à colonização. Para que se pudesse solucionar esse problema todo, com intrincadas relações com os setores mais diversos, o primeiro passo a dar seria a criação de uma agricultura nova e um agricultor novo. Se dividíssemos as terras e as redistribuíssemos às populações, pelo fato de não estarem preparadas, regrediriam aos métodos agrícolas mais primitivos. Podemos dizer que o sistema de ação do governo

> não está ainda em condições de transformar o agricultor em produtor agrícola. Temos de pensar no Nordeste do futuro, que terá 40 milhões de habitantes. Como alimentar 40 milhões no futuro? É nesse sentido que devemos pensar.

A Comissão esteve ainda em Água Preta, em busca do camponês Agnelo Delmiro:

> Ainda com relação ao fato noticiado pela imprensa nacional, segundo o qual um camponês fora ferrado com ferro em brasa no engenho Pedra, no município de Água Preta, esclarecemos que realmente o fato ocorreu, entre o administrador do engenho e um morador que lhe desobedeceu as ordens. Tomou um caráter pessoal a rixa entre os dois e o administrador, na sua truculência, procurou punir seu servidor com método realmente selvagem. Não vimos a vítima, que desapareceu do lugar, mas o fato foi testemunhado e registrado na polícia local.

Nas "considerações finais" do relatório da CPI, os integrantes da Comissão relatam a "descrença dos depoentes" com a possibilidade de o Congresso votar a reforma agrária: "Há uma descrença generalizada com relação ao Poder Legislativo. Não há argumentos bastante convincentes, capazes de modificarem essa concepção. As palavras não servem mais, são desprezadas. O que se exige são atos, fatos, compromissos, ação". Por isso,

> (...) O Congresso estaria na obrigação moral de imediatamente votar as leis básicas para a reforma agrária do país. Nossa convicção, neste momento, não comporta dúvidas – ou fazemos as reformas imediatamente, com decisão e com firmeza, ou o povo as fará. A fome é a pior conselheira da existência. Ou representamos o povo, traduzindo as suas aspirações em realidades objetivas, participando dos seus vitais interesses, ou nos divorciamos dele, deixando de o representar. Essa é que é a verdade.

Ao final, a CPI reivindica que sejam adotadas "providências urgentíssimas" para pôr em prática três pontos. O primeiro é a

aplicação do plano agrícola da Sudene; o segundo e o terceiro, combinados, representam um projeto de reforma agrária para o país. Nenhum deles foi tornado realidade.

### Tudo dentro da lei. E com Deus

Só para que se faça uma ideia de como era a situação naqueles primeiros anos das Ligas: o que o camponês ganhava por um dia de trabalho não dava para pagar um litro de farinha na feira. O cálculo não é de nenhum manifesto ou de integrante das Ligas, mas do economista Celso Furtado (primeiro superintendente da Sudene, criada em dezembro de 1959). Outro testemunho, de um escritor que esteve aqui na época e escreveu reportagens sobre a situação, Antônio Callado: "Se alguém chegasse, em plena Idade Média e em tempo de peste, a uma aldeola miserável de Portugal, não encontraria quadro mais fantástico do que o desses camponeses" .

Foi nesse quadro que as Ligas se desenvolveram. Fundar sindicato rural era na prática impossível Mas o direito à associação era garantido pelo Código Civil, percebeu Francisco Julião, que era advogado e fora eleito deputado estadual em 1954. Bastava reunir um monte de gente, cumprir uns rituais burocráticos, ir ao Juiz e pronto – a Liga estava criada, na forma da lei. O cenário estava pronto, os personagens foram ocupando seus lugares, e aí o motor da História começou a movimentar-se numa área onde se pensava que ele sequer existisse. No trabalho de arregimentação dos camponeses, Julião levava o Código Civil numa mão e a Bíblia na outra. Assim contemplava tanto o legalismo quanto a religiosidade do camponês. No meio de tudo, fez uso da literatura de cordel e de cantadores de feira. Intelectual que era, antes de deflagrar a luta pela apropriação da terra, Julião empenhou-se na apropriação dos substantivos. Primeiro, a utilização do termo "camponês" – na época, coisa de subversivo; os não subversivos

utilizavam "rurícola". Depois, a delegacia de polícia era o local onde costumavam ser resolvidos os problemas de conflitos de terra. Julião decidiu batizar assim também, "delegacia", os núcleos das Ligas. Dessa forma, os camponeses perdiam medo do nome e passavam a ter igualmente uma delegacia para defender os seus direitos. "Todas as classes já se organizaram neste país", pregava ele, em artigo para a imprensa. "O operário tem o seu sindicato; o estudante, a sua união; o militar, o seu clube; o jornalista ou o funcionário público, a sua associação; o industrial, o seu centro. Somente o camponês ainda não se uniu."

Por esses e outro motivos, o movimento "teve uma rápida propagação, que não encontra paralelo na história dos movimentos sociais do Brasil", segundo Celso Furtado. "Transmitindo suas mensagens através de símbolos (...), criando mártires ali onde uma população sem presente e sem destino aguardava uma mensagem qualquer que lhe desse sentido à vida, o movimento das Ligas levou a massa camponesa nordestina a cumprir em prazo surpreendentemente curto uma evolução que em outras partes do mundo madurou através de longos decênios", escreveu ele. Para José de Souza Martins, especialista em questões agrárias e autor do livro os *camponeses e a política no Brasil,* as Ligas foram "o capítulo mais importante da história contemporânea do campesinato brasileiro".

Junto com o crescimento, veio a visibilidade. Foram então realizadas as primeiras marchas – precursoras dessas que hoje são feitas pelo MST. (Uma tática de Julião, usada nos dias de hoje pelo MST: para dar impressão de muita gente, os manifestantes se organizam em filas de dois em dois.) Tudo era motivo para uma marcha ou manifestação. Em 10 de maio de 1957, pela primeira vez eles participaram da comemoração com os trabalhadores urbanos. Só entre 1958 e 1959, as Ligas fizeram cerca de 80 atos públicos no Recife. Os homens e mulheres invisíveis da sociedade brasileira começavam a ganhar rosto e nome.

## 4. CONQUISTAR O APOIO DO PADRE CÍCERO
## O último plano de Julião para as Ligas Camponesas

O golpe militar impediu que Julião colocasse em prática um plano que vinha arquitetando nos mínimos detalhes: o de incorporar o padre Cícero às Ligas Camponesas. Ele já havia encomendado uma estátua do padre ao escultor Abelardo da Hora; iria levá-la à terra onde o padre é venerado, Juazeiro do Norte (CE). O ato seria em forma de marcha, durante o período da romaria que anualmente se faz lá. Já mandara até medir o tamanho da porta da igreja. Embaixo da estátua, ficariam os dizeres: "Ligas Camponesas do Nordeste, romaria ao Juazeiro do padre Cícero". Ela seria fotografada e da foto seriam tiradas cópias para fazer prospectos a serem distribuídos em todo o Nordeste. O objetivo estratégico do plano era fazer com que as Ligas penetrassem no sertão, onde nunca prosperaram.

> "Eu estava preocupado em ver como fundar ligas no sertão, como romper esse problema [de o movimento não existir na região]. Eu considerava que o sertanejo seria um elemento extraordinário para a Liga, pela sua grande seriedade", afirma Julião no depoimento – já citado – que deu à socióloga Aspásia Camargo. "Havia aquela tradição do cangaceiro e do beato, e eu queria ver como é que eu poderia transformar isso em um movimento organizado, político, consciente, já em outra dimensão. O cangaceiro e o beato eram forças desorganizadas, que não conduziam a nada, senão a grandes violências. Agora, como o sertanejo era muito místico, muito ligado ao padre Cícero, eu tinha de buscar a fórmula", completa Julião.

A ideia era levar cerca de cinquenta caminhões a Juazeiro, cada um deles com cinquenta pessoas. A estátua seria levada para ser benzida pelo padre da igreja. Julião contara seu plano para o jornalista e escritor Antônio Callado, que escrevera um livro de grande repercussão sobre as Ligas, em 1960 *(Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco).* A ele pedira para informar a imprensa

internacional sobre a manifestação. Seria um acontecimento: cerca de 2,5 mil camponeses carregando a estátua do padre Cícero e defendendo a reforma agrária.

Julião novamente com a palavra, no mesmo depoimento:

> Quando a gente regressasse, viria com uma força tremenda, com uns cartõezinhos com a imagem do padre Cícero e tudo, que a gente pretendia distribuir por centenas de milhares em todo o sertão, desde a Bahia até o Piauí, até o Ceará. Aí, toda essa massa sertaneja teria não somente a imagem do padre Cícero, mas também esse documento, essa coisinha onde estava escrito, embaixo da maquete do padre Cícero: "Romaria a Juazeiro. Ligas Camponesas do Nordeste". A gente ia chamar "do Nordeste" para abranger toda a região. Depois disso, eu ia tratar de mandar ativistas com a carteirinha da Liga, para organizarem o sertanejo em ligas, vendo os seus problemas, vendo que conflitos tinham com o latifúndio.

O ato estava marcado para 1965, quando seriam realizadas as eleições presidenciais. O objetivo de Julião era que a marcha tivesse impacto também no processo eleitoral. A entrada em Juazeiro seria no dia 7 de setembro, quando ocorre a romaria. As eleições estavam marcadas para o dia 3 de outubro. Se tudo desse certo, o plano seria fazer uma marcha também em Brasília.

O problema foi que o golpe chegou antes.

## 5. PEDI ARMAS A MAO TSE-TUNG
### Entrevista com Alexina Crespo, mulher de Julião

Quem via aquela elegante senhora nos idos de 1960 ou a vê idosa hoje (ainda elegante), custa a acreditar que Alexina Crespo, a mulher de Julião, era em alguns assuntos mais radical do que ele. Ela participava da direção das Ligas e integrava a corrente mais à esquerda da organização. O lema de todos era "reforma agrária na lei

ou na marra". Para ela, deveria ser: "Reforma agrária só na marra". Alexina aderiu à luta armada quando uma corrente das Ligas optou por esse caminho. Fez treinamento em Cuba, conversou com Fidel Castro sobre guerrilha no Brasil e pediu armas a Mao Tse-tung. Na entrevista que segue, ela conta esses e outros detalhes, como o de que enterrou metralhadoras, fuzis e revólveres numa granja do Rio, que – garante, sem querer fornecer o endereço – estariam lá até hoje:

*Como foi o treinamento que a senhora fez em Cuba?*

**Alexina**: Foi num campo de tiro ao alvo. Com armas, metralhadora... Tivemos aula também sobre curva de nível, que é para você aprender a atirar de morteiro. Você tem de colocar no chão e calcular a curva que a bala tem de fazer para atingir o alvo. Estávamos com um grupo de pessoas que fomos conhecendo em Cuba. Mas não foi uma coisa assim, oficial, do tipo "Fidel mandou buscar e colocou num lugar especial"... Fomos nos conhecendo e aí se formou o grupo. Não era só gente das Ligas; havia pessoas de outros países.

*A senhora participou de algum encontro com Fidel em que ele falou da luta armada no Brasil?*

**Alexina:** Eu conversava com ele, dizia o que nós estávamos pretendendo. Houve inclusive uma ocasião em que havia duas correntes nas Ligas, do pessoal favorável à luta armada. Uma queria dividir o Brasil assim, horizontalmente (faz o gesto com a mão, mostrando)... A parte Norte do Sul. Outra queria dividir assim, verticalmente. Essa era a que o padre Alípio [de Freitas, integrante das Ligas; vive hoje em Portugal] queria. A proposta dele era que assim seria possível tomar as fábricas, as montadoras de automóvel, para fazer armas. Era um negócio meio absurdo, meio utópico. Justamente onde tinha mais mata para a gente fazer a guerrilha, mais rios, essa coisa toda, ficava isolado. E a gente ficava com a fronteira do lado de cá, toda a costa, era superperigoso. A corrente

que eu defendia preferia o corte horizontal. Assim a gente ficava com diversas fronteiras, que poderiam nos ajudar. Com as Guianas, de onde poderia vir ajuda de Cuba. E com mais um pedaço aqui no Nordeste. Mas minha proposta foi derrotada. Tudo isso eu levei para Fidel. E ele disse: "Essa aqui tem mais lógica". Era a proposta que eu defendia. Porque você pegava as fronteiras... Inclusive da África, que fica pertinho daqui. Naquela época a Argélia estava muito ligada a Cuba, poderia vir ajuda também por aí.

*Como eram essas explicações, em um mapa do Brasil?*

**Alexina:** É, eu me lembro que estavam Fidel, o comandante *Barba Roja* [como era conhecido o comandante Pinheiro, um dos participantes da Revolução Cubana], que era o encarregado de todos esses movimentos na América Latina. Aí eu botei o mapa assim no chão e comecei a explicar. E Fidel olhou assim, eu explicando, e ele disse: 'Pero que pasa con tu español?' Eu disse: 'O mesmo que se passa com o seu português. Eu entendo espanhol, mas não falo. E você entende português, mas não fala'. O comandante *Barba Roja* ficou olhando assim... (faz um ar sorridente).

*Julião sempre disse que foi contra a luta armada. Mas ele sabia da participação da senhora?*

**Alexina:** Sabia, sabia. Ele ficava, vamos dizer assim, na parte legal, institucional, os discursos. E nós ficávamos na parte clandestina, preparando as coisas, treinando os camponeses.

*A senhora participou de algum treinamento guerrilheiro também no Brasil?*

**Alexina:** Sim, no Rio. Houve uma vez em que passamos um dia inteiro comendo mamão verde. E eu reclamando: 'Mas precisa isso?' E Clodomir [Morais, que havia saído do PCB e liderava a ala guerrilheira das Ligas]: 'É para vocês verem a dureza', e não sei o

quê. Agora, o que eu acho interessante é que hoje ele não fala nessas coisas. Ele não assume que foi comandante, que fez treinamento.

*Os integrantes da Liga chegaram a ter armas?*

**Alexina:** Chegamos. Inclusive, quando nós começamos a sentir que iria haver um golpe, nós fomos para o Rio, na granja de um amigo nosso, e enterramos armas. Acho que elas ainda estão lá.

*Em que local foram enterradas?*

**Alexina:** No quintal da granja. Eram muitas. Nós colocamos em papel impermeável, no caixão. Estão lá, enterradas. Tinha Fal (fuzil), metralhadora, revólver...

*Quando veio o golpe, não deu para desenterrá-las e tentar a resistência?*

**Alexina:** Deu nada. Quando veio estava todo mundo desarmado. As Ligas possuíam pelo menos oito dispositivos (como eram chamados os campos guerrilheiros das Ligas), em Estados diferentes.

*Quando o de Dianópolis (GO) foi desmontado pelas Forças Armadas, parou de vez a ação guerrilheira das Ligas?*

**Alexina**: Parou, parou. Ali em Goiás foi uma traição danada. Um agente da polícia que nos denunciou. Nós tínhamos uma maneira de nos aproximar dos dispositivos. A gente se aproximava cantando ou assobiando o hino de Cuba, porque ninguém conhecia. Era a senha. Essa pessoa foi lá e denunciou tudo.

*O nome da senhora não foi envolvido quando o dispositivo foi descoberto?*

**Alexina**: Não, porque a gente tinha nome de guerra. O meu era Maria. Por que Maria tem muita, né?... E aí num imprevisto fica difícil identificar. 'Maria, Maria de quê, que Maria?'

*Depois, prenderam Clodomir... [em 12 de novembro de 1962, no Rio, quando ele estava conduzindo um carro com armas].*

**Alexina**: Quando prenderam ele, Francisco [era assim que ela tratava Julião] ia fazer um pronunciamento na Assembleia dizendo que ele, Francisco, é que era o responsável por tudo. Aí eu mandei um telegrama para que ele não desse esse depoimento. Porque Clodomir já estava preso e a gente já tinha tomado todas as providências. Aí ele recuou.

*Julião iria fazer um pronunciamento assumindo as ações do dispositivo?*

**Alexina**: Sim, sim. Aí ia ser um negócio ruim demais. Talvez ele tenha pensado nisso para proteger Clodomir. Porque ele sabia que se Clodomir fosse preso, iria ser torturado, o que realmente aconteceu. Mas Francisco cuidava só da parte institucional das Ligas, não dos dispositivos.

*No encontro com Mao Tse-tung, a senhora pediu apoio para a luta armada no Brasil?*

**Alexina**: Sim, eu falei na frente das meninas mesmo. Você tinha de aproveitar o momento. Se eu consegui ser recebida por ele, tinha de aproveitar e falar o que devia falar. Eu pedi apoio, ele perguntou quantas armas nós tínhamos. Eu disse que tínhamos muito pouca coisa. Ele não deu uma resposta logo, o chinês é muito cauteloso. Mais tarde, ele mandou uma delegação de três companheiros para verificar como estava a situação.

*Ao Brasil?*

**Alexina**: Sim. Nós tínhamos de recebê-los, mas eles não me conheciam. Então a gente tinha uma senha para o contato, para que eles soubessem que eu era eu mesma.

*Qual era a senha?*

**Alexina**: Eu não lembro exatamente todas as palavras. Mas lembro que era sobre um cigarro. 'Você fuma tal cigarro?', aí eu respondia. Fomos recebê-los no aeroporto. Fizemos tudo que tinha de ser feito. Eles foram conversar com Francisco, Clodomir... Eles vieram para ver se era verdade o que dizíamos, o que nós tínhamos, onde eles poderiam ajudar. Mas não visitaram as Ligas. Vieram, conversaram. Mas logo em seguida Clodomir foi preso e acho que aí eles se retraíram.

## 6. UMA FIGURA BÍBLICA? NÃO, UM AGITADOR

Francisco Julião era um homem franzino, pálido, de 1,66m e dotado de uma cabeleira que se assanhava com facilidade. Perdera a fé aos 18 anos, tomando-se marxista, mas falava mais em Cristo do que muitos religiosos. O governador Jarbas Vasconcelos lembra tê-lo visto certa vez, fazendo um comício no centro do Recife: "Parecia uma figura bíblica". Neto e filho de senhores de engenho, Julião vira desde criança o sofrimento dos camponeses – e assumira a causa deles. Formado em Direito na turma de 1939, no ano seguinte passou a advogar para camponeses. Um gesto maluco, segundo os colegas: com isso não se ganhava dinheiro nem prestígio. E ainda se corria risco de vida. O fato de ser advogado foi fundamental para o êxito do movimento. Do que mais ele sentiu falta, em toda a história das Ligas (1955-1964), foi de outros advogados que pudessem auxiliá-lo. Diria ele no *Diário de Pernambuco*, em 21 de julho de 1960: "Com 50 advogados corajosos e dispostos, nós revolucionaríamos todo o Nordeste".

Em 1961, Julião visitou Cuba e tomou-se a partir de então um entusiasta da Revolução Cubana. Foi a liderança popular do Brasil que mais sofreu a influência de Cuba naqueles anos – e também

durante certo tempo foi "a aposta cubana" no Brasil, conforme afirma Dênis de Moraes, em *A esquerda e o golpe de 64*. A relação – combinada com o cenário político do Brasil – levou as Ligas ao seu período de maior radicalização. É dessa época o lema "Reforma Agrária na lei ou na marra" (ao qual às vezes acrescentava-se "com flores ou com sangue"). Aumentaram as acusações a Julião de "agitador" – termo que ele próprio passou a usar para definir a si próprio.

## 7. O MST CONSIDERA-SE UM DESCENDENTE DAS LIGAS

### Entrevista com João Pedro Stedile, da coordenação nacional do MST

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) ainda não existia em 1976-1978, mas nesse período houve em Cuernavaca, no México, uma série de encontros entre duas pessoas cujas conversas, mais tarde, influenciariam o movimento. Ganhador de uma bolsa de estudos naquele país, o gaúcho João Pedro Stedile – hoje coordenador nacional do MST – encontrou-se com o pernambucano Francisco Julião. Por uma dessas coisas que se convencionou chamar "coincidência da História", os passos do futuro e do passado do Brasil cruzaram-se no solo mexicano. Até hoje esse encontro e as conversas dele provenientes nunca foram noticiados na imprensa brasileira. Stedile e Julião conversaram durante horas. O líder do MST conta que o diálogo foi baseado em duas perguntas básicas feitas a Julião: o que deu certo nas Ligas Camponesas? E o que deu errado? Em entrevista ao *Diário*, ele relata como foi a conversa:

*Como o senhor encontrou Julião?*

**Stedile**: Fui várias vezes visitá-lo em Cuernavaca, onde ele morava. Encontramo-nos muitas vezes. Eu sempre procurava conhecer, saber da história do Nordeste, das Ligas, do golpe etc. Ele era um

homem simples e sóbrio. E bom contador de histórias, um velho rábula, com jeito de camponês... Independente das posições partidárias que assumiu ao voltar, guardo dele um carinho muito grande. Cumpriu seu papel na História do nosso país, com dignidade.

*O que ele falou sobre o que deu certo e errado nas Ligas?*

**Stedile**: Ele contou muitas histórias, muitas lições, que dariam um livro e que fazem parte da história das Ligas, e não apenas da experiência pessoal dele. Mas, dos ensinamentos que mais me marcaram, foi o de que devemos partir do nível de cultura e conhecimento do camponês. Não adianta querer despejar doutrinas... Impressionou-me a forma como eles usavam a lei e a bíblia para convencer o camponês e tirá-lo do nível de consciência ingênua para uma consciência crítica. Dos muitos erros de que me falou, sempre comentava a necessidade de os movimentos camponeses terem autonomia dos partidos políticos que, segundo ele, minaram a Liga, a ponto de, ao final, a própria Liga quase se ter transformado num partido. E a necessidade de formar quadros, militantes. Também a importância da cultura, de como o camponês expressa suas ideias e seus ideais pela cultura. Ele comentava também sobre a importância de ter um movimento camponês nacional, de que as Ligas infelizmente eram muito nordestinas, e que precisariam ter sido mais nacional.

*Como foram as primeiras mobilizações para a organização do MST?*

**Stedile**: Nos primeiros encontros e reuniões que realizamos naquele período de 1979 a 1984, quando o MST nasceu como movimento, encontros estimulados pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), havia uma referência básica: sempre procurávamos refletir a partir das experiências das organizações que haviam existido antes. Ou seja, havia uma vontade de querer aprender com os que nos

antecederam. Nesse sentido, as experiências das Ligas e as conversas com Julião e outros dirigentes das Ligas que ainda estavam vivos, como Clodomir Morais, os livros do mestre Manuel Correia de Andrade, de Josué de Castro, nos ajudaram muito. Os movimentos sociais, como o MST e outros, são processos de organização social, coletivos. Eles não são frutos de vontades pessoais ou determinados exclusivamente por essa tese, essa experiência ou esses ensinamentos. O MST considera-se um descendente, um seguidor das Ligas Camponesas e, nesse sentido, da experiência e vida também de Julião e de tantos outros líderes das Ligas, como João Pedro Teixeira, José Porfírio, Clodomir, Elizabeth Teixeira, o padre Alípio de Freitas e outros menos conhecidos.

*O lema das Ligas, "Reforma agrária na lei ou na marra", permanece atual? "Na marra" seria exatamente o que, hoje?*

**Stedile**: Primeiro, os leitores que não viveram naquela época devem entender o contexto da palavra de ordem. Não era provocadora ou radical, no sentido panfletário. Procurava exprimir o conceito de que os problemas da concentração da propriedade de terra no Brasil eram impressionantes, e que não havia uma lei de reforma agrária. Era a democratização da propriedade da terra. E, nesse sentido, para viabilizá-la, precisava-se de uma lei e da luta do povo. O "na marra" hoje significa que o povo precisa se organizar, e lutar, e ocupar os latifúndios, que são uma afronta à democracia da sociedade brasileira, onde apenas alguns têm direito à propriedade. Acho que os fundamentos que deram origem a essa palavra de ordem estão atualíssimos. Nada mudou, o que mudou foi para aumentar a concentração da propriedade da terra. Mas hoje temos outras formas de realizar propaganda e expressar nossa linha política. Como essa de que lutamos "Por um Brasil sem latifúndio", ou "Sem reforma agrária não haverá democracia", ou "Reforma agrária, luta de todos".

*Como o senhor vê o Brasil de hoje em comparação com aquele da época das Ligas?*

**Stedile**: O Brasil vive a rigor a mesma crise de destino da década de 1960. O povo brasileiro precisa de um projeto para o país. Um projeto que organize a economia para a melhoria e bem-estar de todo o povo. Um projeto que recupere a soberania nacional, que distribua renda, que recupere a dignidade do trabalho e que garanta reforma agrária. Por isso, alegro-me que o *Diário de Pernambuco* recupere nossa História e figuras como Julião. Lembrar os que nos antecederam nessa luta é muito importante. Vocês, pernambucanos, devem se orgulhar de ter nos dado lutadores do quilate de Francisco Julião, Josué de Castro, Paulo Freire... Que tiveram reconhecimento mundial e que, infelizmente, são esquecidos em nossas escolas. Talvez a maioria dos jovens de hoje nem os conheçam. Ou conheçam apenas o nome, mas não a obra deles.

# ANEXOS

# SEM TERRA E SEM PAÍS

Malaquias Batista

João Pedro, assassinado aos 42 anos, não foi apenas um homem sem terras: desde os três anos foi também um filho sem pais, criado pelos avós. Viveu sua juventude como um cigano, de trabalho. Tendo apenas para vender a força de seus músculos adolescentes, João Pedro, ainda menor, foi trocando por salários de fome, por foros extorsivos, por meias desumanas, sua força de trabalho em fazendas e engenhos. Em Guarabira, sua terra natal, o único título de propriedade que João Pedro poderia mostrar era sua certidão de nascimento, no livro de registro civil. Nada mais. Deixou "sua" terra e procurou as terras dos outros. Trabalhou por uns tempos no Engenho Coroada, município de Santa Rita. De lá furou a fronteira e se aventurou pelo Estado de Pernambuco, Garanhuns, Jaboatão, Caruaru, Recife. Mudou de ramo, fazendo-se operário, mas não mudou de vida, sofrendo em toda parte as aperturas de quem se submete ao regime de exploração do homem pelo homem.

Casou-se aos 24 anos, passando a viver no engenho Massangana, em Santa Rita. Homem de profundas convicções religiosas, João Pedro foi dando aos seus filhos nomes de profetas e santos da igreja: Abraão, Jacó, Isaac. O mais novo – caçula de uma prole de 11 filhos – chama-se Lenine. E o último dos profetas pertence já ao Novíssimo Testamento, segundo contava João Pedro.

Nasce o líder.

João Pedro foi um aluno da vida, um autodidata das vicissitudes. Aprendeu pelos caminhos que andou. Pelos sindicatos operários, pelas lições que lhe ia ensinando a unidade operária. Ao voltar a

Sapé, em 1954, como morador da fazenda Antas do Sono, João Pedro traria uma ideia atravessada na cabeça: fundar uma associação de camponeses. E se pensou, melhor o fez. Convocou os trabalhadores da vizinhança – uns duzentos camponeses.

A reunião se fez no pátio do casebre. Com debates, ata e diretoria eleita e empossada. Bastou então que o núcleo se fundasse para que o terror policial-latifundiário se fizesse presente como um rolo compressor. Havia semana em que João Pedro era intimado 15 vezes pelo comissário do posto policial de Sobrado. O núcleo se desfez com a dispersão de toda a diretoria, cujos membros foram obrigados a fugir. O próprio João Pedro teve que se retirar para o Rio, onde trabalhou durante cinco meses, separado da família. Voltou depois. Veio para ficar.

Em 1958, João Pedro voltou à luta para enfrentar o latifúndio num segundo *round*. Com a experiência da tentativa anterior mudou de tática: em vez de Liga doméstica, funcionando em seu terreiro, criaria uma associação com cidadania, com sede urbana. Catequizou antigos desertores e enfileirou novos soldados. Marcou data de reunião e convidou as autoridades para presenciarem o ato, desde o juiz de direito, o médico do hospital, o comissário de polícia até o padre da freguesia. A liga teria sua sede na cidade de Sapé.

A luta de João Pedro nessa jornada faz lembrar, consideradas as proporções, o esforço épico de Cristóvão Colombo na descoberta da América. Poucos acreditavam na iniciativa. Dispostos os pioneiros em frente do casebre, surge a primeira dificuldade. A arrecadação contabilizada entre os que tinham algum dinheiro não dava para o pagamento do transporte que levaria os camponeses até Sapé. João Pedro empenhou o único patrimônio disponível no momento – um carneiro que pertencia a sua filha mais velha e que foi arrematado de emergência por 500 cruzeiros, em favor do proprietário do caminhão contratado.

O comboio seguiu para Sapé. Pelos caminhos, João Pedro teve que lutar contra as dúvidas dos que temiam pela aventura. E apesar de toda a sua argumentação de líder por vocação, não pôde evitar a retirada de muitos. A pedido dos descontentes e tímidos, o caminhão fez parada antes de entrar na cidade e quase um terço do primitivo grupo se desfez, vencido pelo medo.

Mas a Liga foi fundada. A primeira na Paraíba. Hoje, a primeira em expressão, em espírito de luta, em solidariedade revolucionária no Brasil. Uma liga cuja retrospectiva se confunde com a própria biografia de João Pedro!

Tragédia e glória.

Pouco há para se dizer sobre a morte de João Pedro. Seu assassinato foi notícia e foi manchete em todo o país e até no estrangeiro. O *New York Times* registrou e gravou o fato, dando-lhe mais importância do que as cotações do dólar na bolsa de Wall Street. Agnaldo Veloso Borges, Pedro Ramos Coutinho e Antonio Vitor, financiando a emboscada, haviam cometido o crime do ano.

Como sempre, nesta democracia de brinquedo, em que a lei tem apenas um olho e um ouvido, os assassinos saíram impunes. Mas João Pedro, com seu destino tão ligado aos caminhos, deixou uma sentença póstuma. São seus epitáfios à beira da estrada Sapé-Café do Vento, no local em que foi assassinado. Ali, diariamente, muitos param, muitos olham, muitos sentam. E a Liga de João Pedro que tinha 6 mil associados, hoje conta com mais de 10 mil sócios. Há multa gente cobrando, na intimidade de sua consciência, os três tiros de fuzil que prostraram sem vida o grande líder camponês. No asfalto, as ranhuras dos projéteis que plantaram na terra do caminho o sangue revolucionário de João Pedro. Compondo a cena final de sua vida, cartilhas inocentes que João Pedro levava para seus filhos, fizeram mudar não só o destino da família, na orfandade, mas também a própria educação política do campesinato. Há, naqueles livros furados de balas, um apelo à revolução.

E a revolução vem sendo pregada. Sobre o sangue de João Pedro e de seus companheiros. Suas cartilhas escolares, que ficaram no caminho da viagem interrompida, devem hoje ensinar outro credo e civismo, outras primeiras letras. Devem ser bíblias de lutas para as escolas onde se formam novas gerações.

Jornal *A Liga,* 3 de março de 1963 p. 5
*In Cuadernos 27*, p. 199.

# O ABC DO CAMPONÊS

Francisco Julião

1. A tua liberdade, camponês, depende da tua união. A tua união depende da tua vontade. E a tua vontade depende da tua necessidade. Porque a necessidade cria a vontade. A vontade cria a união. E a união cria a liberdade.

2. Quem tem liberdade tem o trabalho. E quem ama o trabalho merece a terra. Porque a terra deve ser de quem nela trabalha. Terra é sossego, é paz, é pão, é água, é casa, é agasalho, é escola, é saúde e é vida.

3. De cada 90 brasileiros, 60 moram no campo. De cada sessenta brasileiros que moram no campo somente dois têm a terra. Os outros, 58, são camponeses sem terra. São eiteiros, condiceiros, peões, percenteiros, meeiros, foreiros, vaqueiros, agregados. Aqui com esses nomes. No Norte, no Centro e no Sul do país com esses e outros nomes.

4. É justo que cada dois brasileiros de 20 que moram no campo tenham terra, e os outros 58 não fiquem com um naco? Não é justo. O justo é que haja um pedaço de terra para cada um deles. Um padre, a quem muito respeito pela sua bondade, já me disse: "Deus deixou a terra para todos, mas os sabidos tomaram conta dela". Isso é mais certo que beiço de bode.

5. Que é preciso fazer para ganhar um pedaço de terra? A reunião de todos os que não têm terra. Essa união pode ser feita porque depende da vontade de cada um. Essa vontade existe porque é filha da necessidade. E a necessidade é coisa que todo mundo sente.

6. A união é o primeiro passo. Porque a união faz a força. Foi por isso que, no “Guia do camponês”, espalhado no ano de 1956, falei tanto em união. O segundo passo é saber usar essa união.

### Pela reforma agrária

7. A favor de quem deve ser usada essa união? Essa união deve ser usada a favor de todo aquele que lutar pela reforma agrária. Que é a reforma agrária? A reforma agrária é o direito à terra para o camponês trabalhar. É a luta contra o latifúndio. É a criação da média e da pequena propriedade. É a escola para o camponês aprender. É o remédio para o camponês se curar. É a água para o camponês beber. É a semente para o camponês plantar. É o adubo para dar boa safra. É o arado contra a enxada. É o agrônomo indo ensinar o camponês a cultivar a terra. E a defendê-la da erosão. É o fim da seca no Nordeste. É a luta contra o travessão que acabou com a ação do bode e do carneiro. É a faixa verde em torno das cidades e à beira das estradas de ferro e de rodagem. É o dinheiro emprestado em longo prazo. E a juros de seis por cento ao ano. É o transporte barato para a feira. É o salário justo contra a exploração. É a liberdade contra a escravidão.

8. Quem é a favor da reforma agrária? São todos os operários. São todos os camponeses. São todos os estudantes. Alguns sacerdotes e ministros. Alguns militares. A maioria dos intelectuais.

9. Os estudantes querem a reforma agrária, pois só assim o ensino será gratuito para todos. E a dona de casa, que não sabe o que fazer para alimentar, vestir e botar o filho na escola. E os professores, porque são explorados como os camponeses. E os médicos e enfermeiros, porque estão com os hospitais entupidos de camponeses com a pele pegada no osso por causa da fome, que é a mãe de quase todas as doenças. E os advogados. E os engenheiros. E os escritores, que não podem viver de seus livros porque há milhões de camponeses analfabetos. E os jornalistas e

tipógrafos sacrificados como os escritores, explorados, espancados e até assassinados como os camponeses. E os juízes e promotores, que não se dobram aos potentados e coronéis. Que não vendem sentenças nem pareceres. Que não negociam a sua promoção. Os funcionários públicos também querem a reforma agrária, sobretudo os modestos, que não aguentam mais a carestia de vida, porque há milhões de brasileiros na tanga e no cambão. Até os soldados da polícia que, no seu atraso ainda perseguem, prendem e espancam camponeses, querem a reforma agrária. Pois são filhos e irmãos de camponeses. Mais desgraçados ainda do que eles. Porque não têm sequer o direito de votar. A grande maioria da nação quer a reforma agrária. Porque a reforma agrária é a salvação do Brasil. É a libertação do camponês. É o sertanejo sem deixar nunca mais a sua terra. É a morte do latifúndio. É o fim do coronelismo. Do eleitor de cabresto. Do pau de arara. Do atraso. Da fome. E da miséria.

10. Contra quem deve ser usada essa união? Essa união deve ser usada contra todo latifundiário, seja ele coronel, major, capitão. Tenente ou doutor que adota o cambão, arrenda a terra de meia, aumenta o foro todo o ano, estimula o capanga contra o camponês, manda prendê-lo, espancá-lo ou assassiná-lo, arranca sua lavoura, destelha seu mocambo, ou toca fogo nele, paga salário de fome, usa o vale em lugar do dinheiro, esfola o camponês no barracão, cobra 150 quilos de algodão por um quadro de terra, põe o gado no roçado e não dá recibo do foro.

Essa união deve ser usada contra o dono da terra que quer também ser dono do camponês, da mulher e do filho do camponês, da sua lavoura, do seu trabalho, da sua liberdade, do seu direito, da sua consciência, de sua honra, de seu destino e até de sua vida.

11. O Brasil não será livre enquanto tu não o fores. Porque tu és Brasil. És tu quem nos veste. Quem nos sustenta. Quem fornece o operário à fábrica. E o soldado ao Exército. Sem ti não

há comércio, nem indústria, nem riqueza. Ouve, portanto, o meu conselho. Não te esqueças de que o latifúndio é o grande aliado do imperialismo estadunidense que te explora. Lembra-te de que são os imperialistas que controlam o nosso comércio de algodão, café, trigo, sisal, arroz, carne, gasolina, dos remédios, das comunicações e da energia elétrica. É o dono de quase todas as grandes indústrias que existem no Brasil, levando para fora vultosos lucros tirados do suor, do sangue e da miséria de todos os brasileiros.

Camponês, usa a tua cabeça. A tua hora é chegada. Em Cuba, foste tu, junto com operários, estudantes e outros patriotas que expulsaste o gringo opressor e liquidaste o latifundiário e todos os exploradores da massa trabalhadora dos campos e das cidades.

12. Camponês, organiza-te nas Ligas com todos os teus irmãos de sofrimento. Para libertar o Brasil!

Fonte:<br>CPI das Ligas Camponesas, vol. 2, p. 292.

# CARTA DE ALFORRIA DO CAMPONÊS

## I – A união

Daqui do Recife, de Pernambuco, o berço das Ligas Camponesas, eu te mando esta carta, camponês do Brasil, na esperança de que ela chegará à tua casa.

Tu és com os teus irmãos quase todo o Brasil. És tu quem mata a nossa fome. E morre de fome. És tu quem nos veste. E vive de tanga. Dás o soldado para defender a Pátria. E a Pátria te esquece. Dás o capanga para o latifúndio. E o capanga te esmaga. Dás a esmola para a igreja. E a igreja te pede resignação em nome de Cristo. Mas o Cristo foi um rebelado. E por isso subiu à cruz. E, como o Cristo, o bom Francisco de Assis, da Itália, também ficou contigo. E, dos que ainda estão vivos, Mao-Tsé-tung, da China, e Fidel Castro, de Cuba. Todos eles venceram porque estavam contigo e tu estavas com eles. Estavas e estás. Estás e estarás.

Esta carta, camponês do Brasil, há de chegar à tua mão. Ainda que te encontres perdido nas selvas do Amazonas. Ou debaixo dos babaçus do Maranhão. Ou das carnaúbas do Ceará. Ou dos canaviais do Nordeste. Ou à sombra dos cacaus da Bahia. E dos cafezais do Sul. Ou dos arrozais de São Francisco. E na região da erva-mate. E dos pampas. Ou onde só haja carrasco e espinho. Com o teu irmão vestido de couro. E o outro de machado ou tição de fogo na mão lutando contra a floresta para ganhar a terra. Ou com o papo-amarelo lutando contra o grileiro, para defender a terra. No Rio. No Paraná. Em Goiás. No Maranhão. Ao longo das estradas abertas sobre o peito do Brasil. Por toda a parte onde tu gemes, noite e dia, no cabo da enxada, do machado, da foice, do facão e do arado.

Esta carta, camponês do Brasil, que te escrevo do Recife, do quartel-general das Ligas Camponesas, aponta os caminhos por onde deves seguir em busca da tua liberdade.

Digo-te que a viagem é penosa e cheia de ciladas, mas a tua vitória é tão certa como o nascer do Sol todas as manhãs. O latifúndio é cruel. Escora-se na polícia. E no capanga. Elege os teus piores inimigos. Para ganhar o teu voto, usa duas receitas: a violência ou a astúcia. Com a violência ele te faz medo. Com a astúcia ele te engana. A violência é o capanga. É a polícia. É a ameaça de te jogar fora da terra. De te pôr a casa abaixo. De te arrancar a lavoura. De te matar de fome. De te chamar de comunista e de dizer que Deus te castiga. Como se pudesse haver maior castigo do que esse em que tu vives. Acorrentado ao latifúndio. Em nome de uma liberdade que não é a tua liberdade. E de um Deus que não é o teu Deus.

A astúcia é te tomar por compadre. É entrar na tua casa mansinho como um cordeiro. Com a garra escondida. Com o veneno guardado. É te oferecer um frasco de remédio. E o jipe para te levar a mulher ao hospital. É um pedaço de dinheiro por empréstimo. Ou uma ordem para o fiado no barracão. É te apanhar desprevenido, quando chega a eleição para te dizer: "Compadre, prepara o título. Se o meu candidato ganhar, a coisa muda". E, quando o candidato ganha, a coisa não muda. E, se muda, é para pior. O latifúndio incha de gordo. Tu inchas de fome. Vão-se os anos. Passam os séculos. Escuta o que te digo: quem precisa mudar, camponês, és tu. Mas tu só mudarás se matares o medo. E só há um remédio para matar o medo: é a união. Com um dedo, tu não podes tomar a enxada, o machado, a foice ou o arado. Nem com a mão aberta, porque os dedos estão separados. Tens de fechar a mão, porque assim os dedos se unem. A Liga é a mão fechada porque é a união de todos os teus irmãos. Sozinho, tu és um pingo d'água. Unido ao teu irmão, és uma cachoeira. A

união faz a força. É o feixe de varas. É o rio crescendo. É o povo marchando, é o capanga fugindo. É a polícia apeada. É a justiça nascendo. E a liberdade chegando. Com a Liga nos braços. E o sindicato nas mãos.

### II – Os caminhos

Muitos são os caminhos que te levarão à liberdade. Liberdade quer dizer terra. Quer dizer pão. Quer dizer casa. Quer dizer remédio. Quer dizer escola. Quer dizer paz. Eu te apontarei esses caminhos. Mas eu te digo e repito: não adianta a viagem se tu fores sozinho. Convida teu irmão sem terra ou de pouca terra. E pede que ele convide outro. No começo serão dois. Depois, dez. Depois, cem. Depois, mil. E no fim serão todos. Marchando unidos. Como unidos vão à feira, à festa, à missa, ao culto, ao enterro, à eleição. Digo e repito: a união é a mãe da liberdade. São muitos os caminhos por onde poderás viajar com os teus irmãos. Eles começam em lugares diferentes, mas vão todos para o mesmo lugar. Que caminhos são esses? Esses caminhos são: 1) a democracia para o camponês; 2) o sindicato para o camponês. 3) a cooperativa para o camponês; 4) uma lei justa e humana para o camponês; 5) e o voto para o analfabeto.

Eu te explicarei tudo isso trocando em miudinho. Tenho a esperança de acender uma luz no teu espírito. De espantar o morcego que mora dentro dele chupando a tua coragem. Esse morcego é o medo. Acesa a luz que espanta o medo, essa luz, amanhã, crescerá como uma fogueira. E depois como um incêndio.

### III – A Liga

Vamos pelo primeiro caminho. Que quer dizer a democracia para o camponês? Eu te explico. É tirar o soldado da tua porta. É desarmar o capanga. Porque as tuas questões devem ser resolvidas na Justiça. E nunca pela polícia. E muito menos pelo capanga. Pois a polícia e o capanga esmagam a tua liberdade. É acabar com o regime

do cambão. Esse cambão existe por todo o Brasil. Mesmo em um Estado como São Paulo, nesse vagão de ouro, que os outros Estados, como locomotivas sem força, empurram para a frente.

O cambão é o dia de graça e a seca que tu dás ao dono da terra, além de pagares o foro ou a renda. Tem muitos séculos de vida. Nasceu com a servidão. E continua montado no teu lombo. Mudando de nome. E até sem nome. Aparecendo em contrato. E no livro do tabelião. É acabar com o regime da meia e da terça. Que é a meia? Que é a terça? Os nomes estão dizendo. É dar ao dono da terra a metade ou a terça parte da lavoura que tu plantas, tratas e colhes, em pagamento da renda. Não há furto maior do trabalho alheio. É acabar com o vale de barracão. Que é o vale de barracão? É um papelzinho que corre como moeda nas grandes fazendas, usinas e engenhos. Não para te beneficiar, mas para te escravizar ainda mais ao latifúndio. Forçando-te a comprar mais caro o bagaço que a cidade não quer. É acabar com o dia de 10 e 12 horas de trabalho. Com a vara de mais de 2,2 metros e o pulo que ainda se dá furtando na medição da conta. É lutar contra o aumento do foro que, de um ano para o outro, passa de dois para quatro e de cinco para dez. É acabar com toda e qualquer forma de sujeição, de servidão, de escravidão. Por isso é que a Liga existe. E é para isso que tu deves entrar na Liga. Lutar pela Liga. Porque a Liga é a cachoeira. É o feixe de varas. É a união. E a união, digo e repito, é a mãe da liberdade. Quem for foreiro, parceiro, posseiro ou pequeno dono de terra deve entrar na Liga. E marchar com ela. Porque ela é o guia que te ensina o caminho da liberdade.

### IV – O sindicato

O outro caminho é o sindicato rural. Que é isso? Eu te explico. Quando tu não és foreiro nem posseiro, tu és oiteiro. Alugas o teu braço. A tua vida é ainda mais dura. Não tens direito a nada. És ave de arribação. Hoje, no Norte. Amanhã, no Sul. Trabalhas de

sol a sol. E de domingo a domingo. Morres antes do tempo, de fome, cansado. Roído pelos vermes. Tua carta de ABC é a enxada. Teu repouso é o chão de hospital. Teu instituto é a cadeia. Tua aposentadoria é o cemitério.

Entra governo e sai governo e a tua sorte não muda. Não te sobra tempo para nada. O salário não dá. E a fome não deixa. És escravo de dia. És escravo de noite. Acordado és escravo. És escravo dormindo. O teu filho é o pasto da fome. E quando morre já nem te causa dor... Porque o teu coração não é mais coração. É um calo no peito. O teu caminho é o sindicato. O operário já tem. Mas tu ainda não tens. E quando tens não voga. Porque o latifúndio não quer. E o governo não deixa. Quando se funda um, o latifúndio mostra os dentes. Põe a polícia junto. Amedronta o padre. Porque para o padre sindicato rural é comunismo. Salva-se um ao outro. Para o padre só voga o Círculo Operário Católico. Mas o círculo não luta pela tua liberdade. Se te acende uma velinha, tem um maço guardado para o latifúndio. Às vezes, a polícia se encolhe. E o padre perde o medo e fica contigo. Surge, então, a barreira maior: O Ministério do Trabalho. O tempo se fecha. Há sempre um deputado ou um senador na porta do ministro. É um espoleta de latifúndio. Eleito com o teu voto. Toma nota. A conversa dura horas. Há comes e bebes. Depois, o ministro vai à casa do deputado ou do senador. Novos comes e bebes. E o sindicato não sai. E não saindo o sindicato, não sai o salário mínimo. Nem as horas extraordinárias de trabalho. Nem o repouso semanal remunerado. Está explicado tudo. O sindicato só sai se tu te unires ao teu irmão. Se aprenderes a votar. Ou se fizeres a greve. Largando a enxada. Arriando a foice. Deixando o trabalho. Marchando para a cidade. Cem. Mil. Dez mil. Todos. Gritando para o juiz, o prefeito, o delegado, o padre: “Queremos o sindicato”. Esta é a receita para ganhares o sindicato. E o sindicato é o guia que te ensina o caminho da liberdade.

### V – A cooperativa

Mostrarei, agora, o terceiro caminho. É a cooperativa. Que é isso? Eu te explico. Cooperativa quer dizer: um por todos e todos por um. Para que serve? Serve para o foreiro. Para o posseiro. Para o pequeno proprietário. E para o médio também. Na luta contra o latifúndio. Contra o atravessador. Contra o isolamento. Vou te dar um exemplo. Em um município há 500 proprietários de 100 quadras de terras para baixo. São os médios proprietários. Há mil proprietários de 20 quadras para baixo. São os pequenos proprietários. Há cinco mil foreiros ou rendeiros. Todos se juntam, os médios e os pequenos proprietários com os foreiros. E fundam uma cooperativa. Há uma lei mostrando como se faz. Com a cooperativa tu te defendes do latifúndio, que vive com o olho no teu pedaço de terra, na tua bola de algodão, de arroz, de banana ou de café. Como sócio da cooperativa, tu pagas uma mensalidade que a tua bolsa não sente. E isso serve para muita coisa. Para te libertares das garras do agiota, que te empresta 100 por 200. Do atravessador, que compra o teu produto pelo preço que bem quer e finda enriquecendo com o teu suor. A cooperativa pode comprar o caminhão para levar o teu produto à cidade, cobrando frete barato. E te fornecer os instrumentos agrários, o adubo, a semente, o inseticida, por um preço que tu nunca encontrarás no mercado. A cooperativa terá o agrônomo para te ensinar como a terra produz mais. E o médico para te curar. E o advogado para te defender. E o professor para educar os teus filhos. A cooperativa acaba com o teu isolamento e te oferece uma vida nova. A cooperativa é a união. Todos por um e um por todos. E a união, digo e repito, é a mão da liberdade. A cooperativa é, portanto, um bom caminho.

### VI – Uma lei humana e justa

Falarei também de uma lei humana e justa para o campo. Lei civil para ti, se és posseiro ou rendeiro. Lei trabalhista, se és oiteiro,

se alugas o teu braço. Tudo está ainda por se fazer. Há séculos que é assim. Já se gritou demais. E nada. É que o grito veio de cima. De bem poucas vozes. Não abala o latifúndio, que é surdo e tem o coração de pedra. É preciso que o clamor venha de baixo. De ti. Com todos os teus irmãos. Gritando e marchando. "Abaixo o latifúndio! Abaixo a tirania! Viva a reforma agrária! Viva a liberdade!" Todos os ouvidos escutarão esse clamor se vem da massa. Tu és a massa. E o coração do latifúndio, que é de pedra, se derrete como gelo. Porque o clamor da massa tem o calor do fogo. E a força da água. E o estrondo da cachoeira. Há necessidade de uma lei que defenda o posseiro contra o grileiro. Aquele que chegou primeiro, que pôs a mata abaixo, enfrentou a maleita, o beribéri, a cobra venenosa, o isolamento, a fome, e fez sua casa, plantou sua lavoura, multiplicou os filhos, tem direito sagrado à terra que conquistou com sua coragem. O que vem depois, de mãos finas, de anel no dedo, do dente de ouro, de roupa de linho, com título estalando de novo, fabricado sabe o diabo como, não passa de um salteador, de um ladrão. É o grileiro. Quem o protege é pior do que ele. Entre os dois quem deve ficar? És tu, posseiro, que conquistaste a terra com a tua coragem, regando-a com teu suor, ensopando-a com as tuas lágrimas e com o teu sangue quando chega o jagunço, o capanga do grileiro, ou a polícia embalada de todos os moisés lupions que há pelo Brasil para te expulsar sob o pretexto de que cumpre a lei. Que se apague, de uma vez para sempre, essa mancha. O posseiro deve ficar sempre na terra. O grileiro nunca, ainda que seu título de propriedade venha enfeitado de selo como uma boneca. Enquanto não chega para o posseiro a lei, que se lhe dêem o papo-amarelo e o cunhete de balas. Que democracia é essa que assiste, posseiro, ao teu assassinato frio, que vê o teu sangue ensopando a terra que tu conquistaste com o teu machado, e não vai ao teu socorro? Essa democracia ainda não é a tua. É do grileiro. Quantos rios de sangue ainda correrão por esse Brasil imenso até que a democracia

reconheça que nenhum bom título de grileiro deve prevalecer sobre o teu título que é a tua própria vida? Da tua união dependerá a lei, porque da tua união dependerá a democracia. É preciso, pois, que te unas, posseiro, como o cimento ao aço, para que a democracia sinta a tua força e a lei se faça em teu favor.

E tu, rendeiro, parceiro, ou meeiro, também não tens ainda uma lei que te proteja da ganância do dono da terra. A lei de inquilinato favorece o homem da cidade, que mora na casa alheia. Não veio ainda em teu socorro. Porque a maioria da democracia está comprometida até o gogó com o latifúndio. Quem não tem terra é testa de ferro de quem a tem.

Não há punição para aquele que, de um ano para o outro, dobra o teu foro. Ou te obriga a dar o cambão. Ou toma a metade ou a terça parte da tua lavoura. Ou te arrenda um quadro de terra por 150 quilos de algodão. Ou põe o gado no teu roçado antes do tempo. E ainda te afronta com o capanga. E te derruba a casa. E te arranca a lavoura. Ou te assassina. Não há punição para o latifúndio. Ele vive solto como o tigre. De dentes sempre aguçados para ti. Pronto a dar o bote. Devorando o teu trabalho. E a democracia, que faz? Deixa que o tempo passe. Ignora a tua existência de escravo. Volta as vistas para fora e bate palmas aos outros povos que fizeram a reforma agrária. Se alguém se levanta dentro dela para clamar, sua voz se perde no silêncio. Há muitos projetos de leis em teu favor. Desde 1945. Mais de 200. E não passa um, pelo amor de Deus. Por quê? Porque tu não estás ainda unido e organizado como o operário, o estudante, o militar, o funcionário público. Porque ainda não aprendeste a marchar do campo para a cidade. Como fazes quando a seca chega ao sertão e a fome e a sede te expulsam da terra.

Porque ainda não usaste da grande arma da classe operária – a greve. Deixando a cidade sem feira. Parando o trabalho no campo. Não comprando nas lojas dos inimigos da Liga e do sindicato. E para

ti, oiteiro, trabalhador braçal, assalariado agrícola, a situação ainda é mais dura. Não te pagam o salário mínimo. A moeda que te dão é vale de barracão. O remédio que tu conheces é o chá de fedegoso, ou a garrafada feita de cachaça e raiz de pau. Quando és acidentado e botas sangue pela boca, o teu remédio é um pinto pisado vivo com as penas e as tripas. Exploram-te o medo, o atraso, a ignorância, a miséria, a fome. Nunca ouviste falar em férias. A legislação trabalhista é para ti uma história de trancoso. Não existe. O que existe é o trabalho de sol a sol. De semana a semana. É o furto da vara. É o "engano de lápis", é a sardinha podre. É a farinha azeda. É o figo de alemão. É o capanga na porta. São os traços na cabeça. E o pau de arara. E a cuia na mão. E o facão do soldado. É o chão do hospital. É o cemitério – a tua aposentadoria. O teu descanso. Tantas vezes pedido. Tantas vezes encontrado. Com o copo de cachaça.

Com a dor de veado. Com o cipó no pescoço. E a democracia, o que faz? A democracia tem medo! A democracia ignora! A democracia é cristã! E por isso ela espera que o milagre aconteça. Como aconteceu na China e em Cuba também.

### VII – O voto para o analfabeto

Falarei, finalmente, do voto para o analfabeto. O Brasil tem 70 milhões de habitantes. E somente 15 milhões de eleitores. Se o analfabeto votasse, metade do povo brasileiro votaria. Seriam 35 milhões de eleitores. Não há injustiça maior do que essa de se negar o voto ao analfabeto, se ele paga imposto e carrega o país nas costas. Por que o analfabeto não vota? Porque o latifúndio não quer. Está na Constituição. Por isso a nossa democracia é capenga. Não é o governo do povo pelo povo. Porque o povo é a maioria e a maioria não vota. É preciso emendar a Constituição e arrancar o voto para o analfabeto. Com a pressão da massa. Do camponês e do operário. De cada 100 camponeses, somente cinco assinam o nome. E um ou outro sabe ler. Com o operário já não é tanto. Se o país não tem

escola para te ensinar, camponês, a culpa não é tua. E se a culpa não é tua, o país não te pode negar o título de eleitor. Tu deves clamar na tua Liga, no teu sindicato, por toda a parte, para que a Constituição seja emendada e tu possas votar como analfabeto. Em outros países isso já acontece. Há tempo. Há muitas maneiras de colher o teu voto. Com esse voto, tu mudarias a face do Parlamento. E os projetos de lei que lá existem em teu favor seriam aprovados. Com o teu voto, o latifúndio perderia o esporão. De galo de briga passaria a ser capão. Com o teu voto, tu farias nascer escolas por toda a parte. Para ensinar os teus filhos. E tu também aprenderias a ler. Com o teu voto, viria uma lei humana e justa para o campo. O sindicato rural nasceria por todo o Brasil. E a desapropriação das terras se faria facilmente. Com o pagamento da indenização não em dinheiro e à vista, mas em títulos do Tesouro e a prazo como em outros países.

Com o teu voto, viria uma lei para garantir o posseiro contra o grileiro e o foreiro contra o latifundiário. Com o teu voto, o cambão, a meia, a terça, o vale de barracão, o capanga, a vara, a sujeição, todas essas e outras formas de roubo do teu suor, do teu sossego, da tua vida se encantariam da noite para o dia.

Com o teu voto, a batalha pela reforma agrária seria vencida mais depressa e correria menos sangue. Porque o sangue já corre há séculos e ainda correrá. Com o teu voto, tu passarias a ser mais respeitado porque, sendo tu a maioria, a tua voz engrossaria na Câmara de Vereadores, na Assembleia Legislativa, no Parlamento Nacional, e também no palácio do prefeito, do governador, ou do presidente da República. O voto para o analfabeto depende da tua união. Tu já formas a maioria. A maioria que não vota. Deves formar a maioria que vota. Porque só assim serás a maioria cá fora e também cá dentro. Mas enquanto não conquistas esse direito, toma a tua carta de ABC, arranja uma horinha e vai, mesmo cansado, faminto, de tanga, à casa de teu irmão que saiba ler e aprende com ele a soletrar e a assinar teu nome.

É grande o teu sacrifício. Mas com esse sacrifício tu conquistas o título de eleitor. Esse título de eleitor é um passo que dás para a frente no caminho da liberdade. O dia de amanhã será teu. Vai ao encontro do teu dia. Não esperes pela madrugada de olhos fechados. Abre bem os teus olhos para fitá-la como se fosse tua mãe que viesse ao teu encontro. E abre ainda mais os teus braços para recebê-la. Não há nada mais belo do que a face da liberdade. Só a face da tua mãe se parece com ela. Vai. E leva os teus irmãos. A liberdade te espera. Ela é a tua mãe.

Recife, 12 de fevereiro de 1961.
Francisco Julião
Presidente de Honra das Ligas Camponesas de Pernambuco.
*In:* JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?*
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, p. 69-80.

# LIGAS CAMPONESAS DO BRASIL

## INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Em outubro de 1963, o Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil resolveu, por unanimidade, criar a Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil (LCB) e, para tanto, elaborou e aprovou os seus estatutos.

Esse passo de grande significação histórica e política para o movimento camponês brasileiro, e de repercussão nas demais classes e camadas sociais do país, provém de uma apreciação das condições objetivas e subjetivas que influem na Revolução Brasileira e, ademais, de uma aprofundada análise crítica e autocrítica do trabalho de arregimentação das massas que se reúnem em torno das Ligas Camponesas do Brasil.

Sobre esse último aspecto, foram levadas em conta as condições peculiares do trabalho no campo, ou seja, junto ao campesinato e sua coordenação com o trabalho das massas urbanas, da pequena burguesia e do proletariado, em que o movimento camponês tem encontrado enorme apoio, manifestado, de maneira concreta, na criação das Ligas Urbanas, Ligas Femininas, Ligas de Estudantes, Ligas de Sargentos etc.

O campesinato, dessa forma, cada vez mais se integrando no trabalho de formação da aliança operário-camponesa, por meio das Ligas, tem estabelecido vínculos com a cidade, não podendo se furtar, pois, da tarefa de ajudar a criação das organizações das massas urbanas.

Assim é que as Ligas Camponesas do Brasil, reunindo numerosas organizações de massas, às quais integram pessoas das mais

diferentes ideologias, teriam que, mais cedo ou mais tarde, com o enorme desenvolvimento quantitativo das suas hostes, criar uma organização política, unitária, disciplinada, que pudesse garantir a orientação geral da sua linha política e da ação direta nos acontecimentos políticos da hora atual. E isso fará com que possa o campesinato, no papel de aliado da classe operária e na garantia da hegemonia desta, influir decisivamente no desenrolar da Revolução Brasileira.

A falta de uma organização política unitária e disciplinada, em contraposição com o desenvolvimento espontâneo das nossas organizações de massas espalhadas por todo o país, determinou o surgimento de campo para o mais desabrido fracionismo, para a atividade aventureirista, a instabilidade da linha política e a deformação de indivíduos e organismos de massas, com incalculáveis prejuízos materiais e políticos para as Ligas Camponesas do Brasil.

Tornou-se urgente, inadiável, intransferível, a criação de uma vanguarda, de uma organização política, unitária, disciplinada e de funcionamento com base no centralismo democrático e na forma leninista de organização.

Em janeiro deste ano, o Conselho Estadual de Pernambuco, de braços com a árdua tarefa de dirigir politicamente 50 mil pessoas filiadas em 42 Ligas Camponesas, 3 sindicatos de assalariados agrícolas, 5 associações (Ligas) de pequenos proprietários, 2 Ligas de pescadores, 8 Ligas urbanas, uma federação (Ligas) de associações beneficentes, uma associação (Liga) de desempregados da cidade do Recife, resolveu criar, com o apoio do Conselho Nacional das LCB, a comissão construtora de âmbito nacional destinada a, imediatamente, iniciar os trabalhos de formação da Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil. Ficou, ainda, esta Comissão Construtora autorizada a convocar a realização, em tempo útil, do Congresso da Organização Política, com o fim de discutir e aprovar os seus estatutos definitivos, programa e plano de traba-

lho, bem como a orientação geral das duas seções – Organização Política e Organização de Massas das Ligas Camponesas do Brasil.

Face à importância desse passo, que corresponde ao salto da quantidade para a qualidade, o Conselho Estadual de Pernambuco e a Comissão Construtora conclamam a todos os militantes das Ligas a prestigiar a formação da Organização Política na seleção e educação de quadros que deverão, posteriormente, nos termos dos Estatutos atuais, ser convocados para integrar os organismos da Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil.

"Tudo pela aliança operário-camponesa!
Tudo pela Revolução anti-imperialista e antifeudal!
Tudo pela vitória do marxismo-leninismo!
Ou deixar a Pátria livre ou morrer pelo Brasil!"

Recife, janeiro de 1964
Conselho Estadual de Pernambuco
(Ligas Camponesas do Brasil)
Fonte: Jornal *A Liga,* 11.3.64, p. 5.

# A EDUCAÇÃO DE QUADROS: TAREFA DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS LIGAS

As Ligas Camponesas do Brasil entraram em uma fase importante e decisiva de sua vida política. A luta pela libertação de nossa pátria se fortalece, dia a dia, aumentando o número de soldados em suas fileiras. As LCB, como movimento de vanguarda, têm o dever de educar e organizar os seus filiados, dando-lhes uma consciência marxista-leninista. Temos de passar da quantidade para a qualidade. Não pode haver movimento de vanguarda sem organização de vanguarda, sem teoria de vanguarda. O sucesso das grandes tarefas que temos daqui por diante está, fundamentalmente, na organização e educação política das massas camponesas e operárias. Somente com a organização e educação dessas massas podemos dirigir o nosso povo para a vitória da luta contra o imperialismo, contra o regime de latifundiários e contra os grandes capitalistas que, cada dia mais, oprimem o povo brasileiro.

Elevar o nível de consciência das massas deve ser a nossa maior preocupação. Dando-lhes consciência, aprimora-se a sua organização, fortalece-se a sua unidade. Quanto mais crescer a consciência política dos camponeses e operários, mais resistente será a aliança operário-camponesa, que é a força básica da luta pela libertação nacional.

Foi o despertar da consciência política no camponês que lhe deu forças para enfrentar o seu inimigo de tantos séculos – o latifundiário; para lançar no Congresso de Belo Horizonte a sua palavra de ordem: "Reforma agrária radical na lei ou na marra", para se impor na ordem do dia da política brasileira.

A prática tem demonstrado que a conquista do socialismo é fruto da organização leninista de um povo, e só com esse tipo de organização poderão as LCB melhor servir ao Brasil.

Mas só conseguiremos impor essa organização por meio do estudo, pois é pelo estudo que se impregna o espírito revolucionário, uma ideologia nos homens que realmente querem a libertação de sua pátria.

Convencidas da importância dessa tarefa, as LCB criaram a sua Comissão de Educação, que já iniciou a batalha em favor do estudo marxista-leninista, que deve ser permanente, resoluta e imediata. Devemos tomar todas as medidas para tornar o trabalho de educação, dentro das LCB, um trabalho capaz de, pela sua qualidade, forjar verdadeiros revolucionários.

Planificando e controlando os cursos, os círculos de leituras, as sabatinas, as palestras e tornando obrigatório o estudo individual, estaremos ajudando fraternal, compreensiva e pacientemente, de modo específico, os operários e camponeses a elevarem o seu nível ideológico e cultural, tendo o cuidado, no entanto, de não os transformar em simples agitadores, com uma fraseologia teórica, muitas vezes inoportuna.

Devemos ter um carinho especial em preparar os companheiros para que transmitam, a outros, a teoria marxista-leninista, de uma maneira simples, procurando sempre ligá-la à prática, a fim de que a aliança operário-camponesa se torne, realmente, chefe da revolução socialista no Brasil.

A Comissão de Educação conclama todos os companheiros para que se unam no cumprimento dessa tarefa tão importante, procurando criar, o mais rapidamente possível, as subcomissões de educação nos organismos das LCB, onde militam.

Aprimorando a educação dos companheiros na teoria marxista-leninista, surgirão os novos quadros conscientes, capazes de corrigir, dirigir e levar à prática as grandes tarefas da nossa revolução.

Necessitamos de homens responsáveis, esclarecidos teoricamente, corajosos e honestos, que possam analisar dialeticamente uma situação que se apresente, tomar as providências necessárias e aplicar as soluções justas no justo momento. Temos de aliar a teoria à prática. Muitos companheiros têm prática, mas lhes falta o mínimo de teoria; ou, ao contrário, têm a teoria, mas falta-lhes a prática. Isso constitui uma grande deficiência nossa. Precisamos corrigi-la. Superá-la.

Queremos deixar bem claro, aqui, que quando nos referimos aos "companheiros" estamos nos dirigindo aos homens e mulheres que constituem a grande massa de militantes das LCB. Não podemos esquecer nem subestimar a valiosa colaboração da mulher nas lutas revolucionárias. Precisamos esclarecer as mulheres, dar-lhes, igualmente, uma ideologia marxista-leninista, para que ela se conscientize de seu papel em defesa de uma vida melhor para o povo brasileiro. Esclarecidas, elas se colocarão rapidamente à altura de suas responsabilidades, dando um impulso inestimável ao processo revolucionário, que esmagará o regime caduco que nos oprime, abrindo caminho para o socialismo, que será o futuro radioso e feliz de nosso povo.

Fonte: jornal *A Liga,* p. 4.
*In Cuadernos 27*, p. 527.

# ESTATUTOS DAS LIGAS CAMPONESAS DO ESTADO

## Denominação, sede e fins

Art. 1º – A Liga Camponesa do Estado ..., fundada no dia ... de 19 ..., com sede e foro em ..., Estado ..., é uma sociedade civil de direito privado com jurisdição para todo o Estado ... e se regerá pelos presentes estatutos e pelas leis em vigor no país.

Art. 2º – A Liga tem por objetivos:

1º – Prestar assistência social aos arrendatários, assalariados e pequenos proprietários agrícolas;

2º – Criar, instalar e manter serviços de assistência jurídica, médica, odontológica e educacional, segundo suas possibilidades.

Parágrafo único – A Liga não fará discriminação de cor, credo político, religioso ou filosófico entre seus filiados.

## Dos sócios

Art. 3º – São condições para associar-se à Liga o exercício de quaisquer atividades ligadas à produção agrícola e discriminadas no item 1º (primeiro) do art. 2º (segundo).

Art. 4º – Os sócios podem ser efetivos, beneméritos e honorários.

Parágrafo 1º – Somente podem ser sócios efetivos aqueles que preencherem os requisitos exigidos no item 1º (primeiro) do artigo 2º (segundo);

Parágrafo 2º – Serão considerados sócios beneméritos todos aqueles que, por relevantes serviços prestados à Liga, se fizerem dignos desse título, que será outorgado pelo conselho deliberativo, por proposta da diretoria;

Parágrafo 3º – Serão considerados sócios honorários todos aqueles que tomarem parte da reunião de fundação da Liga e que tenham assinado a ata de fundação.

### Dos direitos e deveres dos sócios

Art. 5º – São direitos dos sócios efetivos:

a) Votar e ser votado;

b) Participar de todas as atividades programadas pela Liga;

c) Usufruir dos benefícios que lhes são conferidos pelos presentes estatutos.

Art. 6º – São deveres dos sócios efetivos:

a) Pagar as mensalidades que forem estipuladas, anualmente, pela diretoria, incorrendo na pena de exclusão do quadro social todo aquele que atrasar o pagamento durante três meses consecutivos;

b) Acatar e cumprir todas as deliberações dos órgãos da Liga;

c) Cumprir as tarefas determinadas e prestar contas da execução ao organismo que as tiver determinado.

### Das penalidades

Art. 7º – Um membro da Liga que se tornar pernicioso à mesma ou infringir os deveres prescritos nestes estatutos deverá ser, na medida da infração praticada:

a) Advertido por escrito;

b) Censurado publicamente;

c) Suspenso ou destituído do cargo que ocupar;

d) Expulso da Liga.

Parágrafo 1º – As penalidades serão aplicadas pelo órgão a que estiver diretamente subordinado o infrator, através de processo sumário, com audiência do acusado;

Parágrafo 2º – Das penalidades aplicadas pela diretoria caberá recurso ao conselho deliberativo.

Da administração

Art. 8º – A liga será administrada por uma diretoria, por um conselho deliberativo e pela assembleia geral.

I – A diretoria terá função executiva e se comporá de um presidente, um 1º vice-presidente, um 1º secretário, um 2º secretário, um 1º tesoureiro e um 2º tesoureiro;

II – O conselho deliberativo terá função deliberativa e se comporá de 13 (treze) membros;

III – A assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez em cada biênio para eleger a diretoria e o conselho deliberativo e para apreciar as contas da diretoria.

1º – O mandato da diretoria e do conselho deliberativo será de 2 (dois) anos;

2º – O mandato da primeira diretoria e do primeiro conselho deliberativo, eleitos na assembleia de fundação, será de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 9º – Compete ao presidente da diretoria:

1º – Representar a Liga em juízo ou fora dele, podendo, todavia, constituir procurador;

2º – Presidir e convocar as reuniões da diretoria e as assembleias gerais.

Art. 10 – As atribuições dos demais membros da diretoria serão definidas no regimento interno da Liga.

Art. 11 – A diretoria reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por quinzena e, extraordinariamente, quando convocada pelo presidente ou pela maioria simples dos seus componentes.

Art. 12 – A assembleia geral poderá se reunir, extraordinariamente, quando convocada pelo presidente, com a vênia da diretoria, ou quando convocada pelo conselho deliberativo.

Art. 13 – O presidente da assembleia geral será o presidente da diretoria, que designará um secretário *ad hoc* para os trabalhos.

Art. 14 – A assembleia geral reunir-se-á em primeira convocação, com a presença mínima de um décimo (1/10) dos sócios quites, e, em segunda convocação, uma hora após a primeira com qualquer número.

Art. 15 – Os membros do conselho deliberativo, na primeira reunião, elegerão um presidente e um secretário.

Art. 16 – O conselho deliberativo poderá ser integrado por sócios efetivos, beneméritos e honorários, não se estendendo essa regalia aos demais órgãos.

Art. 17 – Compete ao conselho deliberativo orientar todas as atividades da Liga durante o intervalo das reuniões ordinárias da assembleia geral, sendo suas decisões soberanas em relação à diretoria.

Art. 18 – O conselho deliberativo reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por quinzena e, extraordinariamente, quando convocado pelo presidente.

Art. 19 – Os cargos que se tornarem vagos na diretoria serão preenchidos interinamente por aprovação da maioria simples da diretoria, até que uma assembleia geral, convocada com qualquer fim, ratifique ou eleja novo diretor para o cargo vago, assumido interinamente.

### Das delegacias municipais ou locais

Art. 20 – A Liga, cuja jurisdição abrange todo o Estado ... poderá criar delegacias municipais ou locais.

Parágrafo único – As delegacias serão dirigidas por uma diretoria e pela assembleia geral, na forma dos presentes estatutos, podendo a diretoria, em casos especiais, compor-se de apenas um presidente, um secretário geral e um tesoureiro.

Art. 21 – As delegacias estarão subordinadas, diretamente, aos órgãos centrais da Liga, considerando-se, no entanto, subsedes da mesma.

Art. 22 – Criada uma delegacia municipal ou local, a diretoria da Liga comunicará imediatamente às autoridades locais.

Disposições gerais

Art. 23 – O patrimônio da Liga constituir-se-á de mensalidades dos sócios, doações, subvenções ou qualquer outra forma lícita de renda.

Art. 24 – O movimento financeiro da Liga será escriturado de forma a permitir sua rápida verificação por qualquer sócio interessado.

Art. 25 – A Liga deverá colaborar com as entidades congêneres de direito público ou privado, no interesse da melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, para tanto podendo celebrar convênios e acordos.

Parágrafo único – Os convênios de acordos de que trata o art. 25 só serão homologados mediante aprovação do conselho deliberativo da Liga e, em última instância, da assembleia geral.

Art. 26 – Todas as decisões da Liga serão tomadas por maioria simples de votos, ressalvando-se os casos expressamente previstos nestes estatutos.

Art. 27 – Os presentes estatutos somente poderão ser reformados por assembleia geral extraordinária para esse fim convocada.

Art. 28 – Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Art. 29 – A Liga dissolver-se-á por assembleia geral para esse fim convocada, o que deliberará pelo voto de dois terços dos presentes.

Parágrafo único – Essa assembleia geral destinará o patrimônio da Liga a uma instituição de fins análogos.

Art. 30 – A eleição dos órgãos dirigentes da Liga na reunião de fundação far-se-á por aclamação e para renovação far-se-á por escrutínio secreto.

Art. 31 – Os casos omissos nos presentes estatutos serão resolvidos pelo conselho deliberativo.

# BIBLIOGRAFIA

Se você quiser saber mais sobre as Ligas Camponesas, pode buscar os seguintes livros:


AUED, Bernardete Wrublevski. *A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas.* Florianópolis: Editora UFSC, 1986.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BANDEIRA, Lourdes, *et alli* (orgs). *Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira*. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

BARRETO, Leda. *Julião, Nordeste e Revolução*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BEZERRA, Gregório. *Memórias. Segunda parte: 1946-69*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

———. *Tempo de Arraes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

DECCA, Edgar Salvadori De. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas*? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

———. *Cambão, la cara oculta de Brasil*. México. Siglo Veinteuno Editores, 1968.

LESSA, Sonia Navarro. *O movimento sindical rural em Pernambuco – 1958-68*. Dissertação de mestrado. Recife: UFPE, 1985.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. *A questão da Reforma Agrária no Brasil – 1955-64*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 1982.

MORAIS, Clodomir. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Brasília: Iattermund, 1997.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-64)*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

SANTIAGO, Vandeck. *Francisco Julião – luta, paixão e morte de um agitador*. Recife: Assembleia Legislativa de Pernanbuco, 2001.

# DADOS DOS AUTORES

**CLODOMIR SANTOS DE MORAIS** é brasileiro de Santa Maria da Vitória, Bahia. Formado em Direito pela Universidade Federal de Recife (UFPE) e doutor em Sociologia pela Universidade de Rostock, Alemanha, especializou-se nas questões de organização dos camponeses. Foi organizador e assessor das Ligas Camponesas nos anos de 1960. Eleito deputado federal, teve seus direitos políticos cassados em 1964, permanecendo por 15 anos no exílio. Atuou como consultor da FAO e da Organização Internacional do Trabalho (OIT/ONU) em programas de capacitação e organização de camponeses no Chile, Honduras, Costa Rica, México, Nicarágua, entre outros. Atuou junto ao Instituto Latino-Americano de Pesquisas Sociais, na República Democrática Alemã. Autor de *História das Ligas Camponesas* e *Dicionário de Reforma Agrária da América Latina*, entre outros. Como um dos organizadores das Ligas Camponesas, Clodomir apresenta em detalhes diferentes aspectos históricos e políticos deste grande movimento camponês, vivenciados pessoalmente. Mais do que uma resenha histórica, é um testemunho pessoal.

**BERNADETE WRUBLEVSKI AUED** nasceu em Santa Catarina. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba e doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), é professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vinculada ao Departamento de Ciências Sociais. Em *A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas (1955-1964),* publicado em 1986, Bernadete tenta reconstruir o papel social da Ligas Camponesas analisando a totalidade social em que elas estavam inseridas. A análise parte do estágio de concentração a que havia chegado o capitalismo no campo, na área canavieira nos anos de 1950/1960. A autora interpreta o fenômeno das Ligas Camponesas como uma determinação maior que foi, no caso, o Partido Comunista e suas vinculações, verificando, assim, as proposições reformistas e/ou revolucionárias dentro daquele contexto histórico. A partir da pesquisa e convivência política com remanescentes da Ligas Camponesas de Sapé, na Paraíba, Bernadete procura evidenciar aspectos fundamentais da luta que travaram "julianistas" e "comunistas" no esforço para organizar os camponeses de Sapé. É autora, entre outros, de *Educação para o (des)emprego* e *Agricultura familiar.*

**JOSEPH A. PAGE**, estadunidense. Professor assistente de Direito da Universidade de Georgetown. Possui duas graduações em Direito pela Harvard Law School. Page é diretor do Centro Avançado do Papel da Lei, no Centro Judicial e diretor do Museu Americano de Injustiças da Lei. Membro da Faculdade de Estudos Latino-Americano na Universidade de Georgetown e do grupo de Biógrafos de Washington. Os dois artigos aqui publicados são uma avaliação dos acontecimentos que levaram ao golpe de 1964, um estudo incisivo da falência da política estadunidense para a América Latina e um retrato do tipo de movimento revolucionário, existente então, na maior parte do subcontinente latino-americano.

Page publicou, além de *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)*, os livros *Brasil: o gigante vencido* e *Peron: uma biografia*.

**VANDECK SANTIAGO** é repórter especial do *Diário de Pernambuco*. Em 2004, foi vencedor do Prêmio Esso e do Prêmio Cristina Tavares (este, de Pernambuco) com a série de reportagens sobre Francisco Julião, as Ligas Camponesas e o golpe de 1964. Agora, em 2005, ganhou o Prêmio BNB (nacional) com uma série de reportagens sobre a mandioca. É autor de *Luta, paixão e morte de um agitador*, perfil biográfico de Francisco Julião, publicado em 2001. Já trabalhou em *Veja, Jornal do Brasil e Folha de S. Paulo* (sempre na sucursal do Recife dessas publicações). Nasceu em Pesqueira (agreste de Pernambuco), em 11 de janeiro de 1962. Gosta muito de um pensamento de Castro Alves, da época da luta abolicionista (século 19), que cita de memória: "Em um país de escravos, a missão do poeta é lutar contra a escravidão". Entende que nessas poucas palavras há mais verdade do que em todas as reformas políticas pretendidas no Brasil.

*Elaboração: Douglas Estevam*